

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA-INPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (PPG-MPGAP – INPA)

**ORDENAMENTO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE ANIMAIS EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: MAMÍFEROS AQUÁTICOS NO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ, AMAZONAS, BRASIL.**

GALIA ELY DE MATTOS

Manaus, Amazonas

Outubro / 2012

GALIA ELY DE MATTOS

**ORDENAMENTO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE ANIMAIS
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: MAMÍFEROS AQUÁTICOS
NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ, AMAZONAS, BRASIL.**

Orientador: Dr. Mário Cohn-Haft

Co-orientadores: MSc. Sherre Nelson e MSc. Marcos Amend

Dissertação apresentada ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciências Biológicas, área de concentração em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia.

Manaus, Amazonas

Outubro / 2012

BANCA JULGADORA

Membros

Dra. Vera M. F. da Silva
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA

Prof. Henrique dos Santos Pereira, Ph.D.
Universidade Federal do Amazonas

MSc. Patricia Ribeiro Farias
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA

Manaus, Outubro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

M444 de Mattos, Galia Ely
Ordenamento do turismo de observação de animais em Unidades de
Conservação: mamíferos aquáticos no Parque Nacional do Jaú, Amazonas,
Brasil / Galia Ely de Mattos.--- Manaus : [s.n.], 2012.

xvi, 90 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) --- INPA, Manaus, 2012

Orientador : Mário Cohn-Haft

Coorientador : Sherre Nelson; Marcos Amend

Área de concentração : Conservação e Uso de Recursos Naturais

1. Ecoturismo. 2. Unidades de conservação. 3. Mamíferos aquáticos.
4. Parque Nacional do Jaú (AM). I. Título.

CDD 19. ed. 333.784

Sinopse:

Avaliou-se o turismo de observação de mamíferos aquáticos como ferramenta de conservação em uma unidade de conservação na Amazônia (Parque Nacional do Jaú). Considerações sobre estratégias relacionadas ao turismo com boto-vermelho e ariranha são apresentadas.

Palavras-chave: ecoturismo, mamíferos aquáticos, unidades de conservação, Parque Nacional do Jaú.

Dedico esse trabalho às minhas avós, mulheres fortes e guerreiras, em especial à Savta Margalit que durante essa caminhada acadêmica virou estrela e aos meus filhos Ayelet e Eitan por serem uma constante fonte de motivação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que em algum momento de minha vida, mesmo sem saber, plantaram uma sementinha para a minha paixão pelo meio ambiente e pela natureza exuberante da Amazônia. Destaco em especial os “tios” Saul e Rosalie Benchimol pelas horas de convívio em seu barco de pescaria da família durante os anos 80. Não tenho dúvida que naqueles passeios inesquecíveis (eu como criança sapeca e curiosa) foi de fato plantada a “arvore mãe” de todas as sementes! Agradeço ao amigo Asher que me deu o empurrão final necessário para saber que esse mestrado era de fato o caminho certo a ser seguido!

Agradeço a todos do curso MP-GAP, docentes e discentes: a todos os professores que se empenharam em nos passar o seu vasto conhecimento, em especial à Lorena San Roman a qual passei a admirar imensamente como profissional e como pessoa. Às coordenadoras Rita Mesquita e Márcia Lederman por se desdobrarem para oferecer o melhor possível enquanto estávamos na Reserva Adolfo Ducke e nas excursões de campo. Aos cozinheiros Seu Jorge e Dona Eduarda pelas refeições preparadas com tanto capricho. Aos colegas alunos (em especial às meninas – Dani, Amanda, Vera, Antonia, Beth, Adriana e Wanessa) pelos inesquecíveis 74 dias de reclusão acadêmica, aprendi um pouco com cada um de vocês e o que seria de nós sem as preciosas pérolas do Naldo, heim? À Beth pela elaboração do mapa e por sempre me ouvir e me animar nas horas que a conclusão deste trabalho parecia quase impossível. E em especial à Márcia Munick, amiga de longos tempos e outras batalhas profissionais, acadêmicas e pessoais. Obrigada Márcia, pelo apoio e a amizade de sempre!

Agradeço à Associação Amigos do Peixe-Boi por ter me liberado dos meus afazeres profissionais durante o período que precisei me ausentar de Manaus para cumprir a parte teórica e presencial das disciplinas. Agradeço imensamente a todos que na minha ausência não deixaram a peteca da Educação Ambiental cair, em especial Gisele e Séfora. Agradeço à “Família LMA” por torceram pelo meu sucesso e ofereceram um ombro amigo nos momentos de desespero total diante das várias etapas que precisavam ser cumpridas para a conclusão desse trabalho: Anselmo, Dani, Roberta, Bruno, Nívia, Bel, Paulinha, Rodrigo, Waleska e toda a “tchurma”. Vera e Fernando, obrigada por ter me recebido como estagiária no LMA há um pouco mais que uma década atrás e por ter me apresentado ao mundo aquático dessas espécies tão encantadoras! Obrigada pelos

conselhos e pitacos acadêmicos que foram fundamentais para a minha formação profissional e acima de tudo sou grata pela amizade e carinho.

Aos meus orientadores oficiais: Mario Cohn-Haft, Sherre Nelson e Marcos Amend por aceitar o desafio de me orientar e por me auxiliar a percorrer o “caminho das pedras” para concluir esse trabalho com êxito. À minha banca pelo tempo despendido para ler e avaliar o meu trabalho. À professora Anete Rubim e professora Kalina Benevides que sempre me apontaram para a luz do fim do túnel; vocês foram nota 10! À grande amiga Ellen Amaral pelos *insights* financeiros e as cutucadas necessárias para seguir em frente.

À todos que de alguma maneira ajudaram o processo de coleta de dados: Rosana e Paulinha por me ajudar a aplicar os questionários e pela boa companhia no campo. Dayse Campista e seu estagiário Kevi por ajudarem nas entrevistas realizadas no Zoológico do Hotel Tropical e à gerência do hotel por permitido a coleta. Ao Zé Gomes por ceder a sua casa em Novo Airão sem hesitação. Ao ICMBio por ter me autorizado a ficar em seu alojamento. À Kalina, Sannie e Fê Romagnoli por ter ajudado na formulação dos questionários. À equipe de Comitê de Ética do INPA, em especial a Dra. Sueli e o Augusto pela paciência de responder tantas dúvidas. Às meninas do Flutuante Boto-Vermelho por ter deixado eu coletar os dados com os turistas no flutuante, pelo carinho e as boas risadas que demos juntas. À todos os entrevistados (barqueiros, turistas, donos de agências de turismo e funcionários do ICMBio) que cederem seu precioso tempo para conversar comigo! E a todos que concordaram em ceder a sua imagem ao longo deste trabalho.

Last but definitely not least, gostaria de agradecer às minhas amigas-irmãs Alessandra, Julia, Patrícia Prado, Claudia, Valeria e Patrícia Carvalho por sempre torcer pelo meu sucesso, por apoiar minhas decisões, por me ouvir nas horas difíceis e por ajudar com a logística de passar 74 dias longe de casa deixando casa, marido e dois filhos pequenos em *stand-by*! O apoio de vocês vale ouro meninas! Gostaria de agradecer a minha família extensa, irmão, primos/primas e tios/tias que mesmo estando do outro lado do mundo (literalmente) sempre festejaram as minhas conquistas. Aos meus pais que SEMPRE valorizaram a minha educação e me passaram confiança quanto a minha capacidade chegar ao topo! À minha mãe por passado uma breve temporada em Manaus durante o perrengue da reta final com intuito de me ajudar (logisticamente e

psicologicamente) - sua ajuda foi fundamental! Ao meu companheiro de vida, meu amigo, meu “menino do Rio”- Sérgio, sem o seu apoio eu nunca poderia ter desvendado essa façanha de realizar um mestrado que exigia passar quase 3 meses fora de casa e depois horas e madrugadas a dentro acordada estudando. Minha gratidão não tem palavras. Aos meus filhos, Ayelet e Eitan, que em muitos momentos ficaram em segundo plano por precisar me dedicar às minhas obrigações acadêmicas. Decidir fazer esse mestrado não foi fácil justamente por pensar em vocês, mas não me arrependo e quero que lhes sirva de exemplo que nunca é tarde para seguirmos nossos sonhos. Eu segui o meu.....

À D`us por ter SEMPRE fechado e aberto portas de forma orquestrada para que a minha vida seguisse o melhor caminho almejado por Ele e por me dar sabedoria para reconhecer isso.

“Suba o primeiro degrau com fé. Você não tem que ver toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.”

Martin Luther King Jr.

RESUMO

O turismo é um tema de gestão importante para muitas áreas protegidas e é uma das poucas atividades permitidas em algumas categorias de Unidade de Conservação (UC). Muitas vezes essas áreas de visitação são parques nacionais cujo objetivo é de fato o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo. Esse trabalho avaliou o potencial que existe em um produto de turismo no Parque Nacional do Jaú no que se refere à atividade de observação de mamíferos aquáticos da Amazônia, especificamente para ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e boto-vermelho (*Inia geoffrensis*). Elaborou-se um roteiro turístico baseando-se em recomendações existentes na literatura para a espécie e legislação pertinente à atividade turística para ariranha e boto-vermelho. Na coleta de dados utilizou formulários *in loco* e entrevistas semiestruturadas com turistas, barqueiros/guias de Novo Airão/AM e representantes do *trade* turístico de Manaus e Novo Airão. Foi levada em consideração a Disposição a Pagar (DAP) dos entrevistados. Foram entrevistadas 244 pessoas. Os resultados apontam que caso houvesse disponível no mercado turístico um passeio específico para ver mamíferos aquáticos (especificamente boto-vermelho e ariranha), 95% dos brasileiros e 84% dos estrangeiros entrevistados teriam interesse em participar. Cinquenta por cento dos entrevistados mostrou-se disposto a pagar entre R\$101 e R\$150 por pessoa, por dia de participação no produto proposto. Foram traçadas propostas relacionadas ao turismo com ariranha e boto-vermelho, levando em consideração Limite de Modificações Aceitáveis da atividade, modo de operação (concessão, permissão ou autorização), interpretação ambiental, e divulgação do produto. É importante que haja consenso entre todos os envolvidos para garantir a segurança do turista e o bem-estar animal, visando oferecer um produto turístico diferenciado na Amazônia Brasileira que possa atrair turistas de diversos países e diversas regiões do Brasil.

Abstract

Tourism is important for management in protected areas and is one of the few activities allowed in some categories of conservation units (CU). National parks are the most visited and have an objective of combining the development of recreation activities in the natural setting and ecotourism. This study evaluated the potential of wildlife tourism in the Jau National Park specifically the observation of two Amazonian aquatic mammals, the giant otter (*Pteronura brasiliensis*) and the pink dolphin (*Inia geoffrensis*). A tourist guide based on existing recommendations in the literature for the species and relevant legislation to tourism for giant otter and pink dolphin was developed. Data collection included: *in loco* questionnaires and semi-structured interviews with tourists, boatmen / guides from the town of Novo Airão/AM and representatives of the tourism industry in Manaus and Novo Airão. The interviewees Willingness to Pay (WTP) was taken into consideration. Two hundred and forty four people were interviewed. The results indicate that if a trip to see aquatic mammals (specifically pink dolphin and giant otter) was available to the tourist, 95% of Brazilians and 84% of foreign interviewees would be interested in participating. Fifty percent of the interviewees expressed their willingness to pay between R\$ 101 and R\$ 150 per person per day to participate in the proposed product. Proposals concerning tourism

with pink dolphins and giant otters taking into consideration the activity's Limits of Acceptable Change (LAC), operating mode (concession, permission or authorization), environmental interpretation, and advertising the product were outlined. It is important that there is consensus between all stakeholders to ensure the tourist's safety and animal welfare in order to offer a unique tourism product in the Brazilian Amazon which may attract tourists from different countries and different regions of Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Turismo	2
1.2. Unidades de Conservação e Turismo	3
1.3. Mamíferos Aquáticos da Amazônia	6
2. OBJETIVOS	9
2.1. Objetivo Geral	9
2.2. Objetivos Específicos	9
3. MATERIAL E MÉTODOS	9
3.1. Área de Estudo	9
3.2. Coleta de Dados	11
3.2.1. Análise Financeira	11
3.2.2. Questionários	12
3.3. Análise dos dados	23
4. RESULTADOS	24
4.1 Os Turistas	24
4.1.1. Quem foram os turistas entrevistados (em visita à região)?	24
4.1.2. Sobre as Unidades de Conservação	27
4.1.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos e atividade turística já realizada com os mesmos ...	29
4.1.4. Sobre a atividade turística com os Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú	34
4.2. Os Guias / Barqueiros	37
4.2.1. Entrevistas com os barqueiros / guias de turismo.	37
4.2.2. Sobre o Parque Nacional do Jaú	37
4.2.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos	39
4.2.4. Sobre a atividade turística com os Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú	40
4.3. Representantes do <i>trade</i> turístico	41
4.3.1. Sobre o Parque Nacional do Jaú	41

4.3.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos	42
4.4. Entrevistas com Proprietários de flutuantes que já realizam atividade com boto-vemelho	43
4.5. Entrevistas com entidades governamentais	45
4.5.1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	45
4.5.2. Representante da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AmazonasTur)	46
4.6. Entrevistas com Turistas com perfil diferenciado	46
4.6.1. Atividade de nadar com golfinho	46
4.6.2. Atividade de nadar com peixe-boi marinho	47
5. DISCUSSÃO	48
5.1. Perfil do turista da região.	48
5.2. Potencial de mercado da atividade de observação de mamíferos aquáticos no PARNA Jaú.	55
5.3. Elaboração de uma atividade turística com Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú	57
6. CONCLUSÃO	67
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
8. ANEXOS.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Detalhamento da metodologia da coleta de dados	13
Tabela 2. Orientações recebidas durante o passeio ao Flutuante Boto-vermelho em Novo Airão para ver o boto-vermelho.	33
Tabela 3. Motivos pelos quais 15 turistas alegam não ter interesse em participar de uma atividade turística específica para observação de botos e ariranhas.	35
Tabela 4. Número de visitação (pagante) ao PARNA Jau (2000-2011).	38
Tabela 5. Sugestão de aquisições a serem realizadas pelos barqueiros.	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. a) Boto-vermelho (<i>Inia geoffrensis</i>) e b) Ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>).	6
Figura 2. Imagem de satélite do Parque Nacional do Jaú (PUP Jaú, Aubreton, 2002).	10
Figura 3. Mapa do Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro, Parque Nacional do Jaú em destaque (Mapa elaborado a partir de dados vetoriais a partir de: IBAMA, SDS e IBGE por E.F.Cunha).	11
Figura 4. Entrevistas realizadas na tenda da Associação de Operadores de Turismo em Novo Airão (ATUNA).	16
Figura 5. Locais onde as entrevistas foram realizadas: a) Flutuante Boto-Vermelho, b) Zoológico do Hotel Tropical, c) Porto Municipal de Manaus, e c)Praça São Sebastião.	17
Figura 6a. Flutuante Boto-Vermelho localizado no município de Novo Airão às margens do Rio Negro.	19
Figura 7a. Flutuante Recanto dos Botos localizado no Lago de Acajatuba, no Rio Negro (Foto: José Hilton©).	20
Figura 8a. Casinha de madeira onde turistas assistem um vídeo de orientação sobre os botos. .	22
Figura 9. Garrafas PET utilizadas como boias para cercar a área onde ocorre a atividade.	23
Figura 10. Classe etária dos entrevistados no presente estudo.	24
Figura 11. Frequência relativa da renda mensal alegada pelos dos turistas brasileiros.	26
Figura 12. Frequência relativa da renda anual alegada pelos turistas estrangeiros.	26
Figura 13. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Sabe o que é e/ou para que serve uma Unidade de Conservação?”	28

Figura 14. Frequência relativa das respostas de entrevistados que afirmaram ser o motivo de sua viagem à região conhecer a fauna amazônica, se visitaram ou pretendiam visitar alguma UC durante sua visita.....	29
Figura 15. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você sabe que existem 5 mamíferos aquáticos na Amazônia?”.....	30
Figura 16. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Quais são os 5 mamíferos aquáticos na Amazônia?”	30
Figura 17. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você já viu algum mamífero aquático? Qual?”.....	31
Figura 18. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você já viu algum mamífero aquático? Qual?” por entrevistados no município de Manaus.....	32
Figura 19. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta sobre o interesse em ver os mamíferos aquáticos.....	32
Figura 20. Respostas referentes à qual tipo de informação que os turistas gostariam de ter recebido.....	34
Figura 21. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta sobre o interesse dos turistas em realizar um passeio específico para ver mamíferos aquáticos (especificamente boto-vermelho e ariranha).....	34
Figura 22. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Para você, qual seria a duração ideal para realizar uma atividade de avistagem de mamíferos aquáticos?”.....	35
Figura 23. Frequência acumulativa da DAP para pagamento em um valor fixo por dia de atividade de avistagem de mamíferos aquáticos.	36
Figura 24. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Quanto estaria disposto a pagar para participar de avistagem de mamíferos aquáticos por pessoa/dia?”.	36
Figura 25. Número absoluto (n) das respostas dos turistas à pergunta “Há preferência por algum tipo de atividade no PARNA Jaú?”.....	37
Figura 26. Número absoluto (n) das respostas dos turistas à pergunta “Existe alguma espécie pela qual os turistas mais perguntam?”.....	38
Figura 27. Frequências de avistagens dos mamíferos aquáticos de acordo com os barqueiros. .	39
Figura 28. Atividades realizadas com mamíferos aquáticos pelas agências de turismo que operam na área de estudo.	42
Figura 29. Cartazes afixados nos flutuantes que realizam atividade turística com os botos sobre o processo de ordenamento da atividade (em português e inglês).	44
Figura 30. Turista interagindo com golfinho-nariz-de-garrafa (<i>Tursiops truncatus</i>) em um parque particular no México. a) e b) Pose para foto; c) Turista sendo puxado pelo golfinho (Foto: Tereza Santos).....	47

Figura 31. Turista interagindo com peixe-boi da Flórida (*Trichechus manatus latirostris*) em um parque particular no México. a) turista posando para a foto b) turista alimentando um indivíduo (Foto: Tereza Santos). 48

Figura 32. Turistas observando ariranhas a partir de um ponto fixo (torre na direita ou plataforma à esquerda) no Peru. Ariranhas indicadas em vermelho (Foto: Frank Hajek). 59

Figura 33. Mini stand de divulgação de pontos turísticos culturais do Estado com mini *folders*. 66

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um tema de gestão importante para muitas áreas protegidas e é uma das poucas atividades permitidas em algumas categorias de Unidade de Conservação (UC). O interesse de viajar para áreas protegidas vem aumentando principalmente por causa da expansão global do turismo, do desenvolvimento das redes de transportes internacionais, como também pelo crescente interesse entre os turistas em aprender mais sobre áreas naturais (Cardozo, 2009). Estima-se que cerca de 10% de turistas internacionais desejam adquirir passeios que envolvam áreas naturais, e esse segmento é o que tem crescido mais rapidamente no setor do turismo em geral (Wood, 2002). No Brasil, pressupõe-se que o ecoturismo alcance 500 mil turistas por ano (Malta & da Costa, 2009). O turismo baseado em interações com animais silvestres também tem aumentado sua popularidade no mundo (OMT, 2012). Este interesse na natureza e em experiências relacionadas à natureza se reflete em uma crescente demanda para ter as experiências e aumenta o valor a ser colocado sobre os animais na natureza, ao invés daquelas em situações de cativeiro ou semi-cativeiro (Reynolds & Braithwaite, 2001). Muitas vezes essas experiências são obtidas em parques nacionais, cujo objetivo é o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo (Brasil, 2000).

Parques nacionais possuem indiscutível potencial turístico. Além de serem importantes para o planeta, funcionam também como principais atrativos de uma localidade e estimulam a implantação de outras ações de desenvolvimento regional em função da prática de atividades de ecoturismo. A proposta deste trabalho é ampliar ações que envolvam a cadeia produtiva do turismo e as Unidades de Conservação, promovendo a cultura da sustentabilidade, constituindo alicerces que auxiliem no planejamento e divulgação dos destinos, adotando referenciais e boas práticas, além de fortalecer os relacionamentos e a geração de renda local.

O Estado do Amazonas possui um notável potencial turístico por possuir parte da maior floresta tropical do mundo e as espécies endêmicas que nela vivem. Algumas espécies são mais atrativas do que outras e os mamíferos aquáticos da Amazônia exercem um grande encanto junto aos turistas. Esse trabalho avaliou o potencial que

existe em uma atividade turística no Parque Nacional do Jaú no que se refere à atividade de observação de mamíferos aquáticos da Amazônia.

1.1. Turismo

A Organização Mundial de Turismo (OMT) considera turismo como sendo “qualquer forma de viagem nacional ou internacional, que envolve estadia de pelo menos uma noite e menos que um ano longe de casa, com atividades de lazer, recreação ou negócios” (OMT, 1992). Mais especificamente, a Sociedade Internacional de Ecoturismo define “ecoturismo” como uma viagem responsável a áreas naturais que preservam o ambiente e mantém o bem-estar das pessoas dos locais (WWF, 2001). Segundo o mesmo autor, o verdadeiro ecoturismo requer uma abordagem proativa que procura mitigar os efeitos negativos e aumentar os impactos positivos do turismo de natureza.

O Ministério do Meio Ambiente, dentro do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) elegeu o Amazonas “estado referência” para o ecoturismo (Aubretton, 2006). Segundo a mesma autora, isto significa que deve ser desenvolvida uma política de promoção do Estado e de seus atrativos, tanto no mercado nacional quanto no internacional. Segundo a AmazonasTur (2011), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, o volume de turistas registrado no Estado do Amazonas entre 2003 e 2011 foi de 4.238.418, contabilizando a quantidade de hóspedes da hotelaria urbana e de selva, o fluxo de turistas dos cruzeiros marítimos e o número de turistas registrados nas temporadas de pesca esportiva.

O crescimento de turistas de fluxo doméstico e internacional no Estado do Amazonas, de 2010 em relação a 2011, foi de 13,5% e 10,25%, respectivamente. Sendo que quase a metade destes turistas nacionais (49%), era da região sudeste do Brasil e os turistas americanos se destacaram no fluxo internacional (AmazonasTur, 2011). Em 2011, foi registrado um volume de 50.585 turistas que supera o fluxo do ano anterior em 16% (AmazonasTur, 2011). Quase a metade dos turistas que visitam a Amazônia menciona entre as principais razões de sua visita, a vontade de realizar atividades ligadas à natureza amazônica, como a observação da paisagem, fauna, flora, fotografia e passeio de barco. Uma atividade turística visando avistagens de mamíferos aquáticos, atrelado à palestras informativas, poderá garantir que suas expectativas sejam de fato atendidas. Estudos pretéritos (Badialli, 2003) revelaram que a grande maioria dos

turistas, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, acreditam que o uso público pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o PARNA de Anavilhanas e região de entorno, onde se insere o Parque Nacional do Jaú.

1.2. Unidades de Conservação e Turismo

O Sistema Nacional Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define uma unidade de conservação (UC) como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2006). Estas são divididas em duas grandes categorias: unidades de proteção integral e de uso sustentável. As UCs de proteção integral têm como objetivo principal a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Fazem parte deste grupo as Estações Ecológicas (ESEC), Reservas Biológicas (REBIO), Parques Nacionais (PARNA), Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre (SNUC, 2006). As UCs de uso sustentável têm como objetivo principal compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Fazem parte deste grupo as Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A categoria de Parque Nacional objetiva a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo (SNUC, 2006). Em 1872 foi criado o primeiro Parque Nacional do mundo: o Yellowstone, localizado na região centro-oeste dos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro Parque Nacional foi Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, criado em 1937. Em 1939, foram criados os Parques Nacionais Foz de Iguaçu e Serra dos Órgãos (Araujo, 2007). Atualmente existem 67 parques nacionais que representam 3,97% da área do país (MMA, 2011). Destes, 6,31% (265,018km²) estão localizados no bioma amazônico. Nesse contexto se insere o Parque Nacional do Jaú (PARNA Jaú) que quando foi criado em 1980 era o maior de sua categoria, possuindo uma área estimada de 22720 km², conforme Decreto Nº 85.200, de 24 de setembro de 1980.

Em 2001, o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publicou o Plano de Ação para Ecoturismo e Uso Público em Unidades de Conservação, onde o uso público pode ser entendido como:

[...] o conjunto de atividades educativas, recreativas e as de interpretação ambiental, realizadas em contato com a natureza, de acordo com o especificado nos planos de manejo, onde o principal objetivo é propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e valores ambientais protegidos por uma unidade de conservação.

Por se tratar de um mercado crescente, em 2006, o Ministério de Meio Ambiente publicou um documento intitulado “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA, 2006). Este documento tem o objetivo de estabelecer diretrizes e normas para que as atividades turísticas sejam desenvolvidas de maneira adequada e compatível com a conservação da biodiversidade. O turismo em unidade de conservação é um dos quatro principais segmentos em que mercados podem ser explorados e, ao mesmo tempo, contribuir de maneira decisiva tanto para a resiliência dos ecossistemas, como na redução da pobreza. Esta atividade deve ser enxergada como um dos principais serviços ambientais que as florestas podem oferecer à sociedade, sendo uma fonte de riqueza muito mais consistente por meio da conservação da biodiversidade, proteção das bacias hidrográficas (água, solo, prevenção de secas e enchentes, controle da salinização e manutenção dos ambientes aquáticos) e exploração das belezas naturais (Abramovay, 2010).

Em virtude da Copa de Mundo de 2014, da qual Manaus é uma subseleção, muitos turistas são aguardados no Estado do Amazonas. Espera-se que estes turistas, além de assistir aos jogos de futebol, aproveitem a vinda ao país para visitar outros atrativos, tais como as belezas naturais; entre estas podemos destacar as belezas naturais da Amazônia. Visando essa grande procura por parques nacionais, o Ministério do Meio Ambiente (por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) e em parceria com o Ministério do Turismo, está ampliando a oferta de serviços nos parques nacionais e no entorno das cidades indutoras do turismo criando o programa Parques da Copa. A proposta do ICMBio com o projeto Parques da Copa é:

[...] o planejamento prévio, para que sejam executadas ações de melhorias nas infraestruturas, atividades ofertadas e equipamentos para as unidades de conservação próximas às cidades-sedes, visando adequar a capacidade destas unidades para receber os turistas, bem como proporcionar um padrão mínimo de qualidade em sua experiência, e também um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade.

Vários critérios foram utilizados para selecionar as unidades de conservação prioritárias para serem incluídas no programa Parques da Copa, sendo eles:

1. Estrutura de acesso (tempo de deslocamento da cidade-sede ao parque);
2. Pertencer às regiões turísticas priorizadas pelo MTUR/destino indutor;
3. Integrar roteiros turísticos já estruturados; promoção pela EMBRATUR;
4. Participação no Plano de Ação de visitação MTUR/MMA e no Programa Turismo nos Parques.

Na região norte, as seguintes unidades de conservação estão contempladas pelo programa supracitado: Parque Nacional de Anavilhanas, Parque Nacional do Jaú, Reserva Extrativista do Rio Unini, Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns. Diante disso, espera-se que haja implantação de infraestrutura de apoio à visitação nessas UCs, mais especificamente criação de centros de visitantes, trilha, mirantes, torre de observação e sinalização interpretativa e de orientação (interpretação ambiental). Esse trabalho pode ajudar a melhorar a eficiência do uso desses recursos direcionando para uma atividade turística de grande potencial.

O tempo de permanência dos visitantes durante a visitação em áreas naturais é diretamente proporcional ao número de atrativos e atividades disponíveis (Kinker, 2002). Diante disso, se pode esperar que havendo mais atrativos disponíveis, os turistas permaneceriam na área de visita por mais tempo (WWF, 2001; Nelson & Pereira, 2004). Segundo o Plano de Uso Público do Parque Nacional do Jaú (2002), a visitação ao Parque é extremamente limitada e é necessário que diferentes segmentos de público com interesse específico na conservação da natureza sejam envolvidos. Assim, a atividade aqui proposta auxiliará a expandir as ofertas disponíveis aos turistas, contemplando e valorizando as belezas naturais da região e as espécies ali presentes, criando condições para aumentar a demanda do Parque.

O turismo relacionado à visitação em UCs também pode ser um vetor de crescimento para a econômica local. Quando praticado de forma apropriada, o turismo pode estimular a economia local por meio do aumento na demanda local de transporte, hospedagem, alimentação e comércio local em geral (Groom et al., 1991 *apud* Oram, 2001). Segundo o IBGE, o Censo de 2010 apontou que 90% da população residente no município de Novo Airão, empregados na semana da pesquisa, possui um rendimento nominal mensal de todos seus trabalhos de até dois salários mínimos. Diante disso, presume-se que as atividades que possam de alguma forma contribuir para o aumento da

renda da população local, como aumento na demanda do mercado turístico, serão bem vistas tanto pela população, como pelo governo local.

1.3. Mamíferos Aquáticos da Amazônia

A possibilidade de ver animais silvestres de perto fascina a todos. Os mamíferos aquáticos, mais especificamente os grandes e pequenos cetáceos (baleias e golfinhos) são atrações bastante procuradas tanto em aquários como na natureza (CIB, 2012). Há um mercado crescente neste ramo, onde os turistas têm a oportunidade de viajar até o habitat natural para observar os animais.

Na Amazônia ocorrem cinco mamíferos aquáticos, sendo eles: o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e a lontra (*Lontra longicaudis*). A ariranha e o boto-vermelho (que são o destaque deste trabalho) são animais carismáticos e fáceis de serem vistos na natureza, podendo assim enriquecer a experiência dos turistas (Fig. 1).

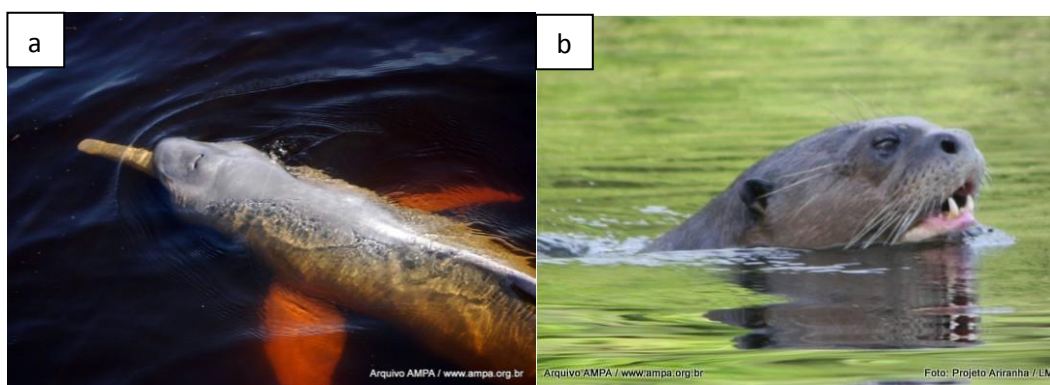


Figura 1. a) Boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) e b) Ariranha (*Pteronura brasiliensis*).

Hoyt (2002) define a atividade de *whale watching* como atividade humana onde ocorre encontro com cetáceos em seu habitat natural. Essa atividade pode ocorrer com objetivo científico, educacional, e/ou recreativo (ou todos simultaneamente). Segundo a Comissão Internacional da Baleia (CIB, 1994) a atividade ocorre em mais de 100 países. Só na América Latina as atividades de *whale watching* têm crescido a uma taxa de 11,3% ao ano (de 1998 a 2006), o que representa três vezes a taxa de crescimento do turismo mundial (Romagnoli, 2011). Na Amazônia, ocorrem duas espécies de golfinhos: o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) e o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*). Diante

dessa crescente demanda, viu-se uma oportunidade em explorar esse mercado em ascensão e implementar uma atividade turística com os botos-vermelhos.

A ariranha, (*Pteronura brasiliensis*), por sua vez, já é bastante explorada turisticamente em vários lugares fora do Estado do Amazonas, podendo-se destacar o Pantanal (MS), a Reserva da Biosfera do Manu, no Peru, e a comunidade Xixuau-Xiparinã na divisa entre os Estados do Amazonas e de Roraima (na calha do Rio Jauaperi, afluente do Rio Negro) (de Encarnação et al. 2008; Hajek & Groenendijk, 2006).

O boto-vermelho, também conhecido como boto-rosa ou apenas boto, é um animal fascinante que impressiona pela sua cor rosada e seu tamanho, que nos machos adultos pode chegar a 2.5m de comprimento em machos adultos, sendo assim o maior golfinho de água doce do mundo. A espécie é endêmica das bacias dos rios Amazonas e Orinoco, com ocorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru e Equador (Best e da Silva, 1989; Vidal, 1993). Botos são avistados em diversos habitats como lagos, canais de rios, igapós, várzeas e locais de pouca profundidade (Best e da Silva, 1989; Martin e da Silva, 2004). São animais de topo de cadeia, não são predados por nenhum outro animal, sendo essenciais para a manutenção da estabilidade do ecossistema aquático amazônico (da Silva, 1990; Martin e da Silva, 2004).

De acordo com IUCN (2008) a espécie está classificada como “dados insuficientes”, enquanto que segundo a legislação brasileira esta listada como vulnerável (IBAMA, 2008). As principais ameaças enfrentadas pela espécie atualmente são: poluição química dos rios, alterações de habitat (especialmente pelo represamento dos rios para a construção de hidrelétricas e desmatamento das suas margens), captura acidental em aparelhos de pesca (especialmente as redes de monofilamento), aumento do tráfego fluvial, sobrepesca, abate por pescadores por destruir suas redes de pesca; uso de produtos do boto para o preparo de poções que alimentam o imaginário popular (como olhos, banha e genitália) (da Silva e Best, 1986; da Silva, 1990; Vidal, 1993; da Silva e Best, 1996; Reeves et al., 2003). Mais recentemente, os botos passaram a ser capturados e mortos para usar sua carne como isca na pesca da piracatinga (*Calophysus macropterus*) (da Silva e Martin, 2007; Beltran-Pedrerros e de Soza Leão, 2010; Loch, 2009). As lendas e mitos em torno da espécie (Gravena et al., 2008) que sempre contribuíram para sua conservação estão enfraquecidos. Uma ameaça mais recente se

destaca: o rápido e desordenado crescimento do turismo utilizando essa espécie tem se tornado um fator preocupante (Romagnoli, 2010).

Uma atividade que vem crescendo no Amazonas na última década é a de interação entre humanos e os botos. Atualmente existem vários lugares onde os turistas podem nadar com os botos. Porém, vários estudos (Badialli, 2003; Barezani, 2005; Romagnoli, 2010) demonstraram que a experiência oferecida a estes turista, na grande maioria, deixa a desejar tanto na questão de bem-estar animal e segurança dos turistas, quanto na parte de educação ambiental. Destaca-se o caso que ocorre no município de Novo Airão, situado na margem direita do baixo rio Negro, dentro do Parque de Anavilhanas e a 150 km do PARNA Jaú e que tem sido estudado por vários autores (Barezani, 2005; de Sá Alves et al., 2009; Romagnoli, 2010). Este local vem atraindo turistas (brasileiros e estrangeiros) onde as pessoas costumavam a nadar com os animais e os alimentar de forma desordenada, sem normas de segurança para os animais ou aos turistas, e sem monitoramento ou medidas que garantissem o bem-estar dos animais e a segurança dos turistas. Diante de uma demanda que surgiu durante uma reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas, em junho de 2010, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) sobre Ordenamento do Turismo com Botos cuja finalidade é ordenar as atividades com o boto-vermelho de forma participativa e democrática, considerando todos os aspectos envolvidos: biológicos, ecológicos, culturais, sociais, econômicos, etc. O Grupo foi responsável pela elaboração do Plano de Ação sobre a Proposta de Ordenamento do Turismo com Botos no Parque Nacional de Anavilhanas, que quando publicado, norteará a ferramenta normativa (IN ou Portaria) relacionada ao ordenamento do turismo com botos em UCs na Amazônia (ICMBio, 2010a; ICMBio, 2010b).

Quanto à segunda espécie supracitada, um grupo de ariranhas visto na natureza impressiona pela robustez dos animais, seu comportamento impar e ao mesmo tempo curioso. A ariranha é um animal social, territorial e vocaliza alto quando percebe invasores em seu território. Emite mais de nove sons distintos para comunicação intraespecífica (Duplaix, 1980). Trata-se de um dos maiores carnívoros da América do Sul e a maior das lontras (subfamília Lutrinae, família Mustelidae), podendo chegar ao comprimento corporal máximo é de 1,8 m e pesar até 30 kg (Rosas et al., 2009). Seu corpo é comprido, possuindo uma cauda achatada dorso-ventralmente e longa. O pelo é marrom escuro, parecendo quase preto quando molhado. Cada indivíduo apresenta uma

mancha irregular amarelo-clara no pescoço e peito, cuja forma e tamanho permitem a identificação individual dos animais (Duplaix, 1980).

A ariranha é endêmica ao continente sul-americano com populações estáveis no Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, nos biomas Amazônia e Pantanal (Duplaix, 1980; Rosas et al., 1991; Schweizer, 1992; Groenendijk et al. 2005). A espécie está listada como ameaçada de extinção (IBAMA, 2008; IUCN, 2010) e suas principais ameaças atualmente são: destruição e degradação ambiental, contaminação do ambiente aquático, roubo de filhotes com fins comerciais e o turismo desordenado (Carter e Rosas, 1997; Rosas, 2004; Rosas et al., 2009).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Avaliar o turismo de observação de mamíferos aquáticos como ferramenta de conservação em uma unidade de conservação na Amazônia.

2.2. Objetivos Específicos

1. Traçar o perfil do turista dos municípios de Manaus e Novo Airão com o intuito de compreender as expectativas do mercado turístico (turistas e *trade* turístico) em relação à atividade de observação de mamíferos aquáticos;
2. Avaliar a viabilidade de mercado da atividade de observação de mamíferos aquáticos, considerando o conceito de Disposição a Pagar (DAP) dos turistas entrevistados;
3. Com base nos objetivos anteriores, elaborar uma atividade turística baseando-se em recomendações existentes na literatura para a espécie e legislação pertinentes à atividade turística para ariranha e boto-vermelho.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de Estudo

O Parque Nacional do Jaú (PARNA Jaú), com área de 22720 km², foi criado em 1980; sendo na época o maior parque nacional do país. Atualmente é o segundo maior

Parque Nacional do Brasil, terceiro na América do Sul e o segundo maior Parque do mundo em floresta tropical úmida contínua e intacta. O PARNA do Jaú está localizado nos municípios de Novo Airão e Barcelos, a 220 km da cidade de Manaus/AM, em linha reta, e suas margens são definidas pelos rios Pauini, Unini e Carabinani (Fig. 2; Borges, et al. 2004). O seu acesso é feito pelo Rio Negro, de barco. Uma das distinções mais significativas do PARNA do Jaú é o fato de ser esta a única Unidade de Conservação do Brasil que protege a bacia de um rio (rio Jaú) na sua totalidade (aprox. 450 km) preservando ecossistemas de águas pretas. Além disso, o PARNA do Jaú é considerado parte do Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

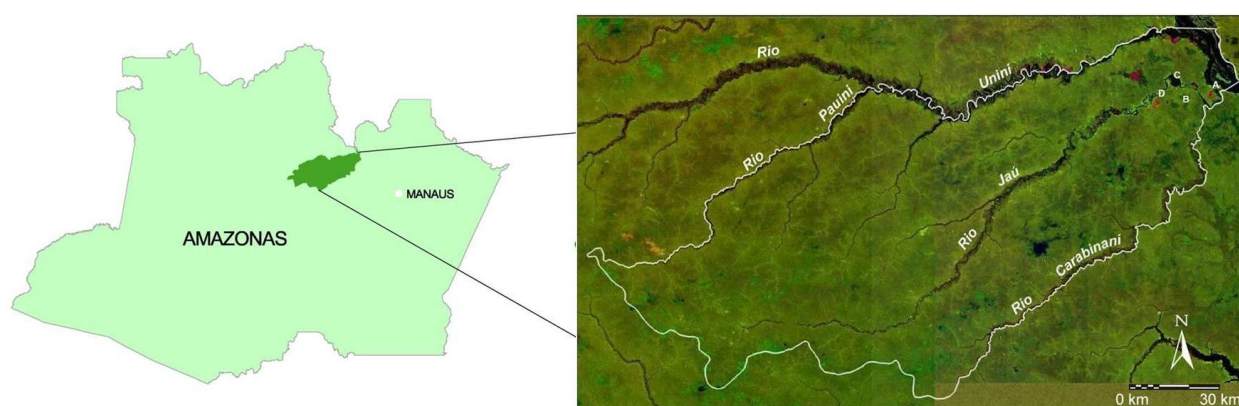


Figura 2. Imagem de satélite do Parque Nacional do Jaú (PUP Jaú, Aubreton, 2002).

O PARNA do Jaú também faz parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central. Segundo a UNESCO, Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros com o objetivo de pesquisar soluções para conciliar a conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo possibilitar o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas que abrangem. São reconhecidas internacionalmente pelo Programa MaB (Man and Biosphere) da UNESCO.

O PARNA do Jaú está inserido no centro do Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro que também abriga outras sete Unidades de Conservação e uma Terra Indígena: o Parque Estadual (PAREST) do Rio Negro Setor Norte, Parque Nacional (PARNA) de Anavilhanas, a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Direita do Rio Negro, APA da Margem Esquerda do Rio

Negro, o PAREST do Rio Negro Setor Sul e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, e a Terra Indígena Waimiri- Atroari (Fig. 3). Além disso, também faz parte do Corredor Central da Amazônia.

O Parque Nacional do Jaú é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); porém mantém um Termo de Reciprocidade que detém uma parceria técnica com a Fundação Vitória Amazônica a qual foi responsável pela elaboração e implantação do plano de manejo da unidade (FVA e IBAMA, 1998).

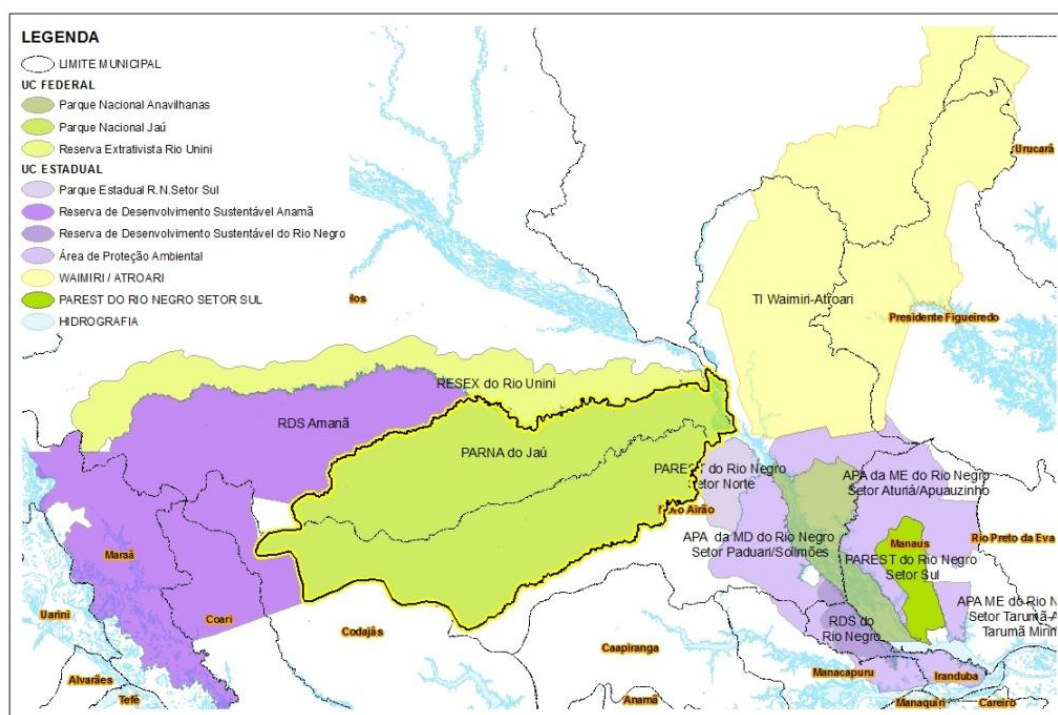


Figura 3. Imagem do Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro, Parque Nacional do Jaú em destaque (Mapa elaborado a partir de dados vetoriais de: IBAMA, SDS e IBGE por E.F.Cunha).

3.2. Coleta de Dados

3.2.1. Análise Financeira

Optou-se por focar no conceito de Disposição a Pagar (DAP) por ser este o único método que mede o valor de existência de um bem ambiental (Cantagallo e Kuwahara, 2009). Para tal, no roteiro da entrevista com os turistas foi elaborada uma pergunta fechada sobre o quanto o turista estaria disposto a pagar para participar da atividade turística proposta por pessoa por dia. As respostas foram distribuídas em

quatro categorias, sendo elas: menos que R\$100; entre R\$101 e R\$150; entre R\$151 e R\$300 e acima de R\$300. No caso dos turistas estrangeiros, os valores foram convertidos para o dólar americano. Um papel com as opções acima eram entregues ao turista que apenas indicava a sua resposta pela letra correspondente evitando assim qualquer constrangimento (Anexo Ia). Além disso, os barqueiros e agências de turismo atuantes na UC também foram questionados sobre o valor atual cobrado para visitar o Parque.

3.2.2. Questionários

A pesquisa de campo teve um caráter qualitativo (ou exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema) e quantitativo. Foram utilizadas duas técnicas instrumentais, sendo elas: formulários *in loco* e entrevistas semiestruturadas. O formulário *in loco* é um documento com campos pré-impresos onde são preenchidos os dados e as informações, que permite a formalização das comunicações, o registro e o controle das atividades das organizações (Goldenberg, 2004). Já as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (Boni & Quaresma, 2005).

Um total de 244 pessoas foi entrevistado e os resultados foram analisados e discutidos de acordo com os seguintes grupos: 1-Turistas, 2-Barqueiros/guias, 3-Representantes do *trade* turístico (organizações privadas e governamentais atuantes no setor de turismo), 4-Proprietários de flutuantes que já realizam atividade com boto-vemelho e 5-Gestores / analistas ICMBio e representantes de instituições não governamentais que atuam no ramo de turismo de avistagens (Tab. 1). As informações adquiridas nas demais entrevistas serviram de subsídio para enriquecer as discussões de forma transversal.

Tabela 1. Detalhamento da metodologia da coleta de dados

GRUPO	PÚBLICO ALVO	Nº DE ENTREVISTADOS	TÉCNICAS INSTRUMENTAIS	PRINCIPAIS TEMÁTICAS ABORDADAS
Turistas	Brasileiros (em viagem na região) (Anexo Ia)	169	formulários <i>in loco</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil socioeconômico • avaliar conhecimento sobre UCs e mamíferos aquáticos, • disposição a pagar
	Estrangeiros (em viagem na região) (Anexo Ib)	51		
	Turistas com perfil diferenciado	03	entrevistas semiestruturadas	experiências realizadas no exterior com mamíferos aquáticos
Barqueiros/guias (Anexo II)	Somente os que trabalham na área de estudo	06	Formulários <i>in loco</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil do turista (educação e interesse) • frequência de visita ao Jaú • atividades desenvolvidas • diferenças sazonais • tamanho dos grupos • interesses em outros atrativos ou alguma espécie • frequência que avista mamíferos aquáticos
Proprietários de flutuantes que já realizam atividade com boto-vermelho	Flutuante Boto-Vermelho, Flutuante Recanto dos Botos e Praia Amigos dos Botos	03	entrevistas semiestruturadas	<ul style="list-style-type: none"> • conhecer seu modo de operar no que diz respeito a: <ul style="list-style-type: none"> • logística

				<ul style="list-style-type: none"> • preço • segurança dos turistas e bem estar dos botos
Representantes do trade turístico (Anexo III)	Agência Amazon Expedition, Pousada Recanto da Amazônia, Agência Amazon Clipper Cruises, Agência Taj-Mahal Tour, Agência Kettere Turismo, Paradise Turismo, Agência Ecodiscovery Turismo.	07	entrevistas semiestruturadas	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil do turista (educação e interesse) • frequência de visita ao Jaú • atividades desenvolvidas • tamanho dos grupos • interesses em outros atrativos ou por alguma espécie
Gestores / analistas ICMBio e representantes de instituições não governamentais que atuam no ramo de turismo de avistagens	ICMBio: Gestora do Parque Nacional do Jaú; representante do GT de Ordenamento do Turismo com Botos;	05	entrevistas semiestruturadas	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil e número dos visitantes • agências e operadoras que se destacam • atividades desenvolvidas atualmente • planos futuros para o Parque (infra-estrutura)
	Representante da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR;			<ul style="list-style-type: none"> • Perfil e número dos visitantes • agências e operadoras que se destacam • atividades desenvolvidas atualmente
	Representante do Frankfurt Zoological Society (atuante no Parque Nacional do Manu/Peru);			<ul style="list-style-type: none"> • Perfil do turista (educação e interesse) • frequência de visita ao Jaú
	Representante da Fundação Amazônia (atuante na área de Xixuaú-Xiparinã /RR);			<ul style="list-style-type: none"> • logística das atividades desenvolvida

Foi elaborado um roteiro de questões que investigassem as temáticas selecionadas; e posteriormente, o roteiro de perguntas foi transformado em formulários e/ou entrevistas de acordo com o sujeito da pesquisa (Tabela 1). A coleta dos dados seguiu as seguintes etapas: apresentação do pesquisador e dos objetivos da pesquisa, a importância da contribuição de cada indivíduo para a pesquisa e para a compreensão do assunto estudado, o caráter acadêmico-científico da pesquisa e sendo sem fins lucrativos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dando ciência do conhecimento do projeto e seus fins foi assinado pelo entrevistado (Anexo IV). Após essas explicações iniciais, os formulários ou entrevistas eram aplicados.

Todas as entrevistas semiestruturadas foram realizadas pela pesquisadora e algumas foram gravadas com consentimento dos entrevistados. Os formulários aplicados junto aos turistas foram aplicados pela pesquisadora e ajudante de sua confiança.

Nos formulários aplicados junto aos barqueiros/guias optou-se pelo formato formulário *in loco* por combinar perguntas fechadas com abertas, para reduzir os erros amostrais por indução das respostas e para dar maior liberdade de expressão ao entrevistado (Ditt et al., 2004). É importante salientar que os próprios entrevistados se intitulavam barqueiros/guias, ou seja, não faziam diferenciação entre as duas atividades que de fato são distintas. Todos os profissionais abordados nesta categoria eram membros da Associação de Operadores de Turismo em Novo Airão (ATUNA) e foram abordados na tenda da Associação que fica localizada ao lado do flutuante Boto-Vermelho em Novo Airão/AM (Fig. 4). Os formulários direcionados aos barqueiros/guias foram divididos em duas etapas: a) informações acerca da visita ao PARNA Jaú, e b) os mamíferos aquáticos e o turismo de avistagens dos mesmos. Com relação à pergunta que investigava a frequência com a qual os mamíferos aquáticos eram vistos durante trabalho com turistas, com o intuito de padronizar as respostas e melhorar a qualidade das análises, utilizou-se pergunta fechada com alternativas fixas com escala. As alternativas oferecidas foram: 0- Nunca vejo; 1-Raramente vejo; (2-3 vezes a cada 5 saídas) 2- Frequente (4 vezes a cada 5 saídas); 3- Toda saída (5 vezes a cada 5 saídas) (Anexo II).



Figura 4. Entrevistas realizadas na tenda da Associação de Operadores de Turismo em Novo Airão (ATUNA).

Nos formulários aplicados com os turistas, para aqueles visitando a região, foram utilizadas perguntas fechadas juntamente com perguntas abertas. As perguntas fechadas têm a vantagem de que são respondidas mais rapidamente e isso tem que ser levado em consideração uma vez que o sujeito da pesquisa está em um momento de lazer (Gilbert, 1993). Porém, para garantir a qualidade das informações coletadas, foram empregadas perguntas fechadas com alternativas fixas (aquelas onde as respostas se limitam às alternativas apresentadas; Dencker, 2000) e perguntas encadeadas semiabertas (perguntas fechadas, seguidas de perguntas abertas que estão diretamente condicionadas à primeira questão formulada; Dencker, 2000). Também foram empregadas perguntas com escala (quando as respostas seguem uma gradação relevante ao tema). Em uma única pergunta, relacionada à renda familiar mensal (para os brasileiros) e anual (para os estrangeiros), as opções de resposta (em forma de escala) foram impressas e o entrevistado respondia por meio de um código. Essa abordagem foi eleita por se tratar de uma pergunta que nem todos gostam de responder. Para evitar maiores transtornos, também foi incluída a opção de “prefiro não responder”, deixando assim o entrevistado mais a vontade com todo o processo de averiguação. No caso dos turistas acompanhados por guias de turismo, foi feito um primeiro contato com os guias e uma breve explanação dos motivos e objetivos da pesquisa antes da abordagem aos turistas. Já com turistas independentes, o contato foi direto. Esses turistas são referidos como Turistas em viagem na região (Anexo Ia e Ib).

Os formulários direcionados aos turistas foram divididos em três etapas: a) dados demográficos e sociológicos (tais como: idade, composição do grupo com que

viajava, escolaridade, profissão, local de residência, tempo de permanência na região e renda familiar mensal), b) informações acerca da visita em uma Unidade de Conservação; e c) informações sobre os mamíferos aquáticos e turismo de avistagens dos mesmos. Os turistas foram abordados em quatro localidades: flutuante do Boto-Vermelho (localizado em Novo Airão/AM), Zoológico do Hotel Tropical (Manaus/AM), porto fluvial de Manaus e Praça São Sebastião; estes dois últimos localizados no centro de Manaus/AM (Fig. 5a-d). O flutuante Boto-Vermelho foi escolhido por já estar oferecendo uma atividade turística com o boto-vermelho, por receber uma grande heterogeneidade de visitantes e estar localizado relativamente perto ao PARNA Jaú. O porto de Manaus foi escolhido visando o acesso aos turistas estrangeiros que chegam à Manaus nos navios cruzeiros. A Praça São Sebastião foi escolhida por ser de fácil e livre acesso a todos os turistas da cidade. O Zoológico do Hotel Tropical foi escolhido por receber grande número de turistas estrangeiros e brasileiros, na grande maioria com alto poder aquisitivo (D. Campista, com. pessoal). A escolha destes locais foi feita com intuito de garantir maior diversidade entre os entrevistados, minimizando assim que as informações coletadas fossem tendenciosas.



Figura 5. Locais onde as entrevistas foram realizadas: a) Flutuante Boto-Vermelho, b) Zoológico do Hotel Tropical, c) Porto Municipal de Manaus, d) Praça São Sebastião.

Três turistas com perfil diferenciado foram entrevistados; se trata de turistas que haviam usufruído recentemente de atividades com mamíferos aquáticos no México, onde a atividade turística de nadar com os animais já é desenvolvida há várias décadas e já esta consolidada como um produto do mercado turístico. Os três turistas participaram de atividades em parques particulares distintos pertencentes, ao grupo Experiencias Xcaret S.A. (Xel-Há e X-Caret, ambos na área de Quintana Roo; <http://www.xelha.com/> e <http://www.xcaret.com/> respectivamente), e um deles também visitou o parque Dolphins (Cozumel, <http://www.dolphinaris.com/Default2.aspx>). Optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas, o que permitiu focar mais na qualidade dos relatos acerca da experiência pessoal de ter participado de uma atividade turística diferenciada.

Três proprietários de flutuantes que já realizam atividade com boto-vermelho foram incluídos nas entrevistas:

I - Flutuante Boto-Vermelho que está localizado nas margens do Rio Negro, em uma praia no município de Novo Airão (Fig. 6a). Esse empreendimento funciona desde 1998 todos os dias da semana, das 8hrs a 18hrs, com uma parada de 2 horas durante o almoço. Peixes frescos são oferecidos aos botos a cada início de hora e a atividade de alimentação dura cerca de 40 minutos. Porém, se há grande demanda de turistas (normalmente aos fins de semana), não há interrupção na interação e na oferta de peixes. O alimento é oferecido por um funcionário indicada pelo proprietário que fica em pé em uma prancha de madeira que esta posicionada no nível da água (Fig. 6b). Os turistas permanecem fora da água, em uma plataforma emborrachada, e os botos são encorajados a pular próximo deles (Fig. 6c). Não se tem controle de quanto tempo cada turista permanece na atividade. Durante a minha permanência no flutuante observei pessoas que passaram aproximadamente uma hora e meia no local, enquanto que outros, ficaram menos de 10 minutos. Está prevista a instalação de uma plataforma submersa, porém até julho de 2012, a mesma ainda não havia sido instalada. O grupo de botos chega a 16 animais, entre eles filhotes, juvenis e adultos. No geral, não é oferecida nenhuma informação padronizada (vídeo ou palestra) a respeito de como os turistas devem proceder. A informação é passada verbalmente, mas se houver muitos turistas simultaneamente nem todos recebem a informação. Informações formais são passadas apenas a turistas provenientes do navio IberoStar® pelos guias (funcionários) do navio.



Figura 6a. Flutuante Boto-Vermelho, localizado no município de Novo Airão, às margens do Rio Negro.



Figura 6. b) Pessoa treinada que fica em pé em uma tábua de madeira submersa para atrair e alimentar os botos. c) Local onde os turistas permanecem fora da água durante a interação com botos em uma plataforma emborrachada.

Turistas foram observados conversando entre si em tom de insatisfação por não mais ser permitido entrar na água com os animais. Além disso, uma das filhas da proprietária do flutuante relatou que muitas pessoas questionam o motivo pelo qual os procedimentos mudaram. Algumas pessoas declaram que esta proibição é um absurdo afirmando que são animais silvestres e ninguém é dono deles para impor normas para os turistas. As pessoas responsáveis pela atividade explicam que as mudanças fazem parte

do processo de ordenamento de turismo com os animais sob a responsabilidade do ICMBio.

II- Flutuante Recanto dos Botos, localizado no Lago de Acajatuba, Rio Negro, no município de Iranduba, (Fig. 7a). Esse empreendimento funciona desde 2002 todos os dias da semana das 8hrs as 15hrs. Peixes frescos são oferecidos sem restrição de horário. O alimento é oferecido por uma pessoa, indicada pelo proprietário, que fica em pé em uma plataforma de madeira submersa (Fig. 7b). Os turistas também entram na água e permanecem na plataforma (Fig. 7c). Os botos são encorajados a se aproximar usando-se de peixes como atrativo. O grupo de botos chega a 25 animais, entre eles filhotes, juvenis e adultos. Os turistas recebem uma palestra de aproximadamente 30 minutos sobre a biologia do animal e como devem se comportar na água. Os turistas entram na água em grupos de 10 pessoas e permanecem na água por aproximadamente 10 minutos. Os turistas são orientados a não usar protetor solar. Salva-vidas são oferecidos, porém o seu uso não é obrigatório.



Figura 7a. Flutuante Recanto dos Botos, localizado no Lago de Acajatuba, no Rio Negro (Foto: José Hilton©).



Figura 7. b). Pessoa treinada que fica em pé em uma plataforma de madeira submersa alimentado os animais, c) Local onde os turistas permanecem na água e na plataforma submersa.

III - Praia Amigos dos Botos, localizado na RDS do Rio Negro, no município de Iranduba, perto da Comunidade São Tomé. Esse empreendimento funciona desde 2009 todos os dias da semana. Peixes frescos são oferecidos sem restrição de horário. O alimento é oferecido por uma pessoa, indicada pelo proprietário, que fica em pé em uma plataforma de madeira submersa. Os turistas também entram na água e permanecem parados na plataforma. Os botos são encorajados a se aproximar, usando-se dos peixes como atrativos. O grupo de botos chega a 20 animais, entre eles filhotes, juvenis e adultos. Quando os turistas chegam, vão até uma casinha de madeira onde assistem a um vídeo de 15 minutos sobre a biologia do animal e como o turista deve se comportar na água (Fig. 8a). Em seguida, quando o rio está cheio, são levados de voadeira a uma plataforma flutuante que fica cerca de 30m da casinha (Fig. 8b). Os turistas entram na água em grupos de até 10 pessoas. Salva-vidas são oferecidos, porém não são obrigatórios.



Figura 8a. Casinha de madeira onde turistas assistem a um vídeo de orientação sobre os botos.



Figura 8b. Plataforma flutuante onde os turistas realizam a atividade com os botos.

Todos os empreendimentos possuem uma caixa de primeiros socorros. Garrafas PET coloridas são utilizadas como boias cercando a área onde ocorre a atividade com o intuito de garantir que barcos comprometam a segurança da atividades (tanto dos botos como dos turistas; Fig. 9).



Figura 9. Garrafas PET utilizadas como boias para cercar a área onde ocorre a atividade.

Visando aprimorar o entendimento acerca do GT de Ordenamento do Turismo com Botos, acompanhou-se uma ação fiscalizadora do Grupo juntamente com o responsável pelo GT. Na ocasião, foi visitado um flutuante que oferecia atividades turísticas com o boto sem possuir autorização para tal. Turistas (brasileiros e estrangeiros) que estavam no local foram questionados sobre a atividade nadar e/ou alimentar os animais. Foi explicado aos turistas o motivo da presença dos representantes do ICMBio e a necessidade de haver um processo de ordenamento desta atividade turística. Durante a visita, foi explicado aos guia que acompanhavam os turistas e aos responsáveis pelo flutuante que eles estavam infringindo a Portaria No 47 de 09 de Abril de 2012, Capítulo VIII, Artigo 19 e 25 referente ao fato que para desenvolver qualquer atividade turística com boto-vermelho precisariam de uma licença específica do ICMBio e é vedado aos visitantes alimentar os botos.

A pesquisa foi protocolada junto ao Comitê de Ética do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (CAAE 00664512.1.0000.0006) e cadastrada no sistema SISBio do ICMBio (Número: 29769-1).

3.3. Análise dos dados

Os dados relacionados aos turistas foram divididos em categorias baseando-se na origem do turista. Portanto, os turistas estrangeiros foram separados com base no continente de origem: Europeus, americanos e outros. Já os turistas brasileiros foram separados em quatro grupos conforme a região de origem, sendo elas: norte, nordeste, sudeste e outras (sul e centro-oeste) onde categorias cujo total não representaria 10% da amostra de coleta foram juntadas. As porcentagens apresentadas são as chamadas “valid

percent”, isto é, porcentagens tendo apenas em conta o número de respostas a cada questão.

4. RESULTADOS

4.1 Os Turistas

4.1.1. Quem foram os turistas entrevistados (em visita à região)?

Local da entrevista

Cinquenta e dois por cento das entrevistas foram realizadas no Flutuante Boto-Vermelho no município de Novo Airão, 24% no Zoológico do Hotel Tropical, 16% na Praça São Sebastião e 9% no Porto de Manaus.

Faixa etária

As idades dos entrevistados variaram de 18 a 80 anos, sendo que a idade média de todos os entrevistados foi de 45 anos (± 15), e a moda encontrada foi de 32 anos. A idade média dos brasileiros e estrangeiros foi quase idêntica (42 e 45 respectivamente). Entre os brasileiros, a classe etária de 26-33 anos ($n = 56$) se destacou enquanto que entre os estrangeiros as classes que se destacaram foram as de 18 a 25 ($n = 14$), de 42 a 49, de 50 a 57 e de 58 a 65 anos (todas com $n = 7$; Fig. 10).

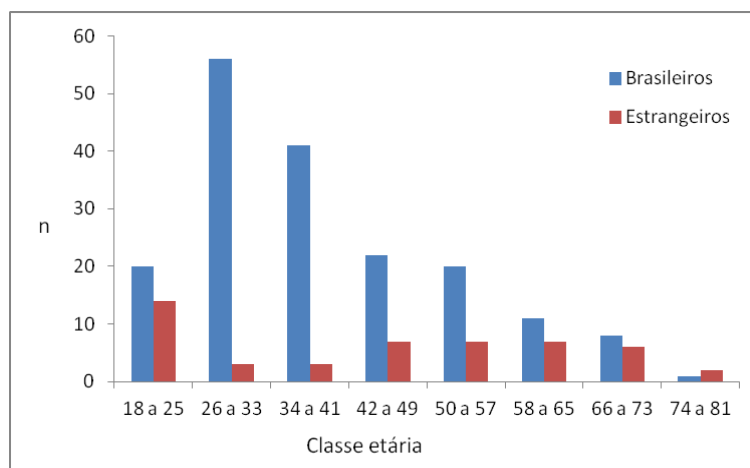


Figura 10. Classe etária dos entrevistados no presente estudo.

Gênero

Em relação ao sexo dos entrevistados, 40% eram homens e 60% mulheres. Quando separados por local de origem (brasileiros e estrangeiros) permaneceu o mesmo padrão 34% e 42% de homens e 65% e 58% de mulheres (respectivamente).

Origem do turista

Em relação à origem dos entrevistados, 77% eram brasileiros e 23% estrangeiros. Quanto à origem dos brasileiros, observou-se a seguinte distribuição: 44% procedentes da região norte, 14% do nordeste, 31% do sudeste e 10% sul e centro-oeste. Conforme explicado na metodologia, estas duas regiões foram agrupadas uma vez que cada uma por si só não representava 10% do total da amostra. Quanto aos estrangeiros, observou-se a seguinte distribuição quanto à região de origem: 65% eram norte-americanos e 35% europeus. Entre os norte-americanos, dos 32 entrevistados apenas um era canadense, e os demais residiam nos Estados Unidos da América. Entre os europeus, dos 17 entrevistados cinco eram da Alemanha e os demais eram de vários outros países, tais como França, Áustria, Suíça, Itália, Países Baixos e Portugal.

Composição dos grupos de viagem

Do total dos entrevistados, a maioria (brasileira e estrangeira) viajava acompanhada e apenas 5% das pessoas entrevistadas viajavam sozinhas. Porém, é importante salientar que, ao analisar somente os estrangeiros, essa porcentagem subiu para 12%. Com relação aos acompanhados, três grupos de viagem puderam ser identificados: 1) aqueles que viajavam com a família ou em casal; 2) com grupo de amigos por conta própria (sem excursão) e 3) outras composições tais como excursão, estudos (Programa “Semester at Sea”) ou tripulantes da aviação civil. Dentre aqueles que viajavam acompanhados, 70% dos brasileiros e 44% dos estrangeiros viajavam em família ou casal.

Escolaridade e Profissão

Quanto à formação acadêmica, nota-se que a maioria dos turistas entrevistados tinha 3º grau completo (54% dos brasileiros e 46% dos estrangeiros) e atuavam em diversas profissões.

A renda dos entrevistados

No caso dos brasileiros, dos 88% que responderam esta questão, 36% tinham renda familiar mensal na classe alta listada (mais que R\$ 6.000), com as outras

categorias sucessivamente menos frequentes (Fig. 11). No caso dos estrangeiros, o perfil financeiro foi diferente, sendo dominado pela classe média e com uma proporção alta também de turistas sem renda nenhuma (Fig. 12). Vale salientar que 80% dos que declararam não ter renda eram estudantes do Programa “Semester at Sea”, ou seja estudantes que não estão trabalhando porém normalmente são sustentados pelos pais. Doze por cento dos brasileiros e 15% dos estrangeiros preferiu não responder a essa pergunta.

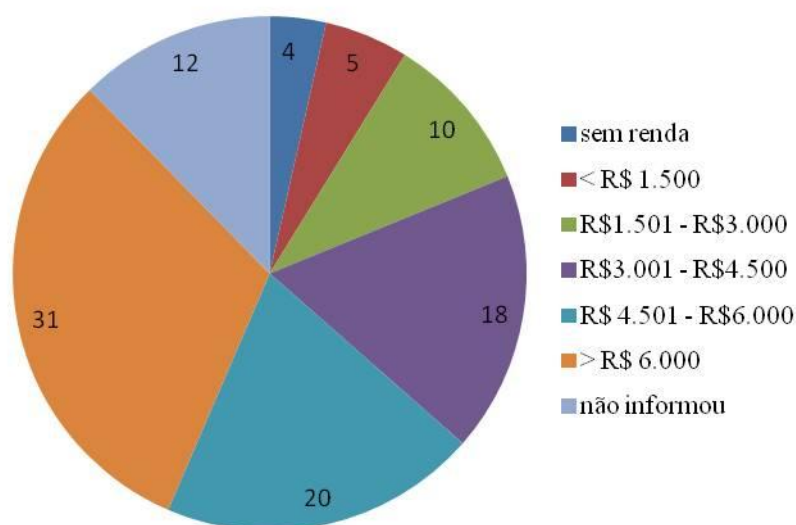


Figura 11. Frequência relativa da renda mensal alegada pelos dos turistas brasileiros.

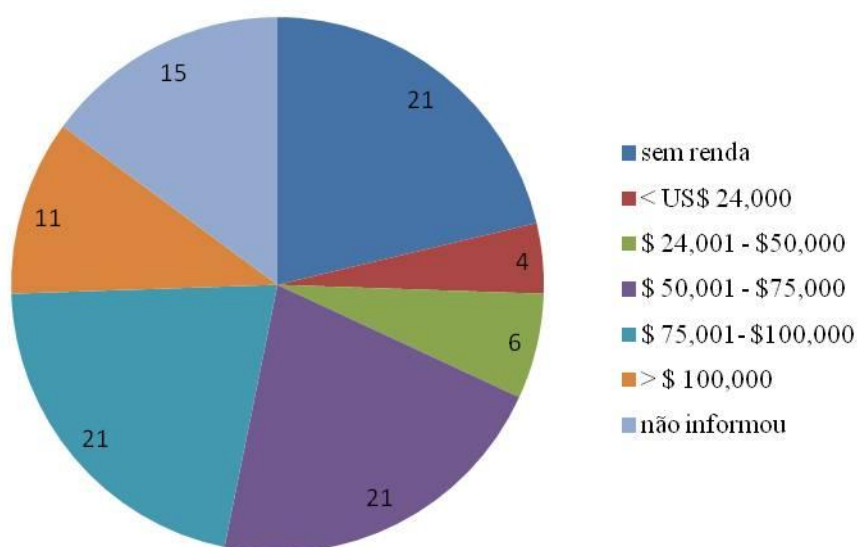


Figura 12. Frequência relativa da renda anual alegada pelos turistas estrangeiros.

Tempo de permanência

O tempo de permanência dos turistas na região do município onde a entrevista ocorreu variou de 1 a 60 dias, tendo como período médio de permanência 6 dias e meio (± 8 dias).

Motivo de visita à região

Observou-se, pelas entrevistas, que os motivos que trouxeram os turistas para a região são os mesmos, tanto para aqueles que visitam a região pela primeira vez (67%) quanto àqueles que estão retornando (33%). Os principais motivos apontados foram: lazer (43%), conhecer e ver a fauna amazônica (27%), e visitar família (7%). Quando analisados separadamente, os turistas que foram entrevistados no Flutuante Boto-Vermelho, em Novo Airão, 72% deles estavam ali pela primeira vez. Analisando as duas principais razões de visita à Novo Airão, para todos os turistas (os que ali estavam pela primeira vez ou não), obteve-se o seguinte resultado: 50% veio a procura de lazer e 50% com o objetivo de ver a fauna amazônica. Mesmo quando analisamos detalhadamente apenas os que estavam visitando Novo Airão pela primeira vez, as proporções permaneceram de tal forma que mais da metade (51,7%) veio com o objetivo de ver a fauna amazônica (dentre a qual se destaca o boto). Já quando analisados os motivos pelos quais os estrangeiros vieram à região, 50% dos americanos e 35% dos europeus alegaram que seu objetivo principal era de conhecer a fauna amazônica. Várias respostas dos turistas americanos chamaram atenção: “viemos conhecer, pois não sabemos quanto tempo mais a Amazônia será preservada”, “trouxemos as crianças para conhecer esse ecossistema único”, e “fazia parte da minha lista de coisas para fazer antes de morrer (*bucket list*)”.

4.1.2. Sobre as Unidades de Conservação

Em relação ao conhecimento dos entrevistados sobre unidades de conservação, 51% dos entrevistados não tinham conhecimento algum sobre o que são UCs. Porém, quando refinamos essa pesquisa (entre os brasileiros e suas devidas regiões de origem e entre os estrangeiros) observou-se uma grande discrepância uma vez que somente brasileiros da região sudeste e nordeste (53% e 71%; respectivamente) alegaram saber

qualquer informação sobre as UCs. Já entre os estrangeiros, 59% dos americanos tinham conhecimento em relação ao tema comparado com 24% dos europeus (Fig. 13).

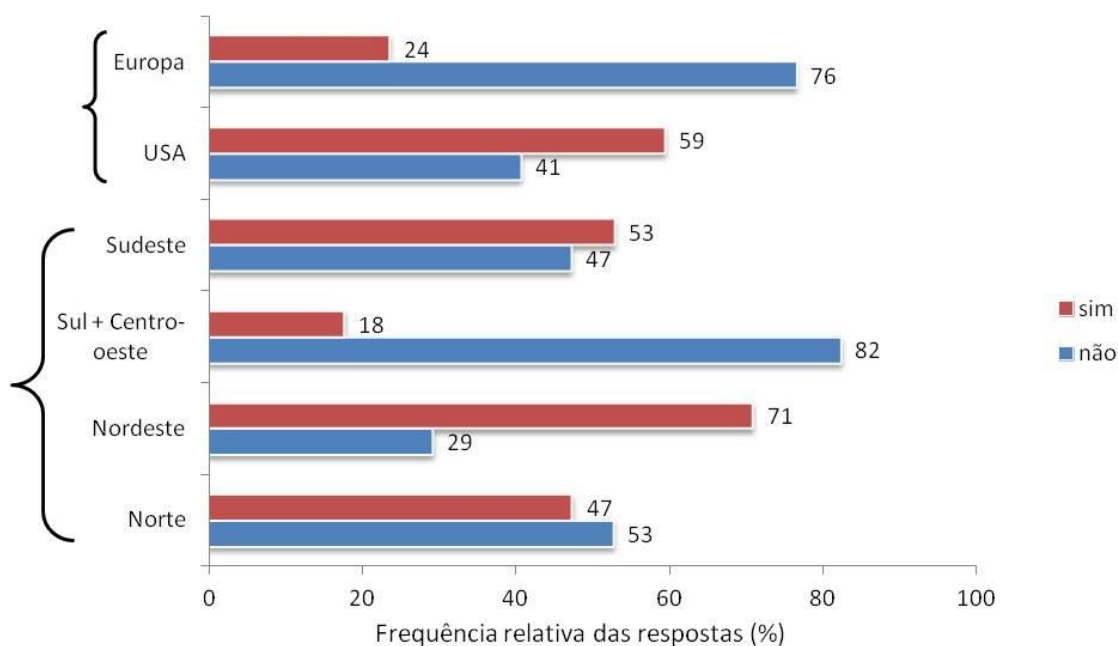


Figura 13. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Sabe o que é e/ou para que serve uma Unidade de Conservação?”.

Quando questionado qual era a função ou “para que servem as UCs”, a palavra preservação/conservação foi a que mais se destacou em vários contextos, dentre os quais destaco os seguintes: preservar a fauna, proteção de áreas e espécies, preservar a flora local, preservar o meio ambiente, conservação ambiental, preservação da mata nativa, área controlada para preservar. Algumas outras respostas que vale destacar foram: restrições de uso, turismo consciente, área do governo e normas de utilização das áreas. Quando perguntado se o entrevistado poderia citar alguma UC, as seguintes respostas se destacaram: Anavilhanas, PARNA da Tijuca, Abrolhos, RDS Mamirauá e PARNA Jaú. Quanto à pergunta se “visitou/pretende visitar alguma Unidade de Conservação durante a sua visita?”, independentemente da origem dos turistas (brasileiros ou estrangeiros) a maioria alegou que não tinha intenção de visitar alguma área protegida (63% dos brasileiros e 54% dos estrangeiros). Dentre os estrangeiros, os de origem europeia tinham maior interesse em visitar áreas protegidas (58% versus 51% de norte-americanos). Quando se refinou os dados, levando em consideração apenas as

peças que declararam que o motivo de sua viagem à região era de conhecer a fauna amazônica, 55,6% responderam que não tinham interesse em visitar uma UC (Fig.14).

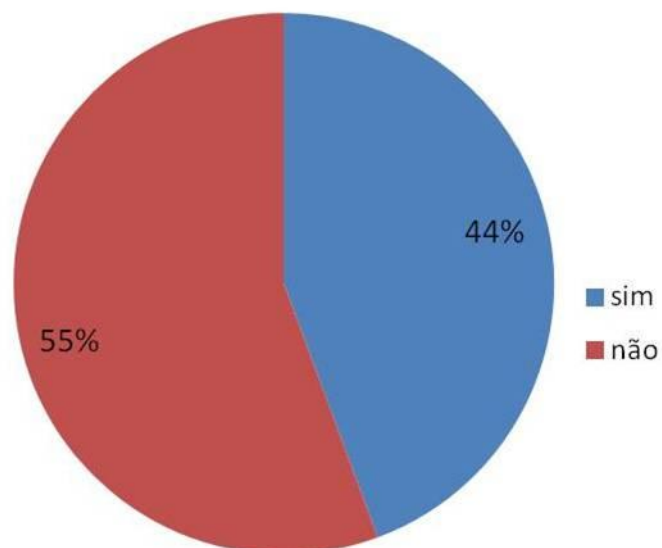


Figura 14. Frequência relativa das respostas de entrevistados que afirmaram ser o motivo de sua viagem à região conhecer a fauna amazônica, se visitaram ou pretendiam visitar alguma UC durante sua visita.

4.1.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos e atividade turística já realizada com os mesmos

A maioria dos entrevistados (75%) alegou saber que existem 5 espécies de mamíferos aquáticos na Amazônia (Fig. 15), porém ao perguntar quais eram as espécies, apenas 13 entrevistados (6%; 12 brasileiros e 1 americano) de fato conseguiram listar as 5 espécies. As espécies mais citadas foram o boto e o peixe-boi, tanto pelos brasileiros (de todas as regiões) como pelos estrangeiros (Fig. 16). Em seguida, entre os entrevistados da região norte, a ariranha foi a mais citada, e o tucuxi o mais citado pelos norte-americanos. Os entrevistados que residiam nas regiões Sul e Centro-oeste do Brasil desconheciam totalmente o tucuxi.

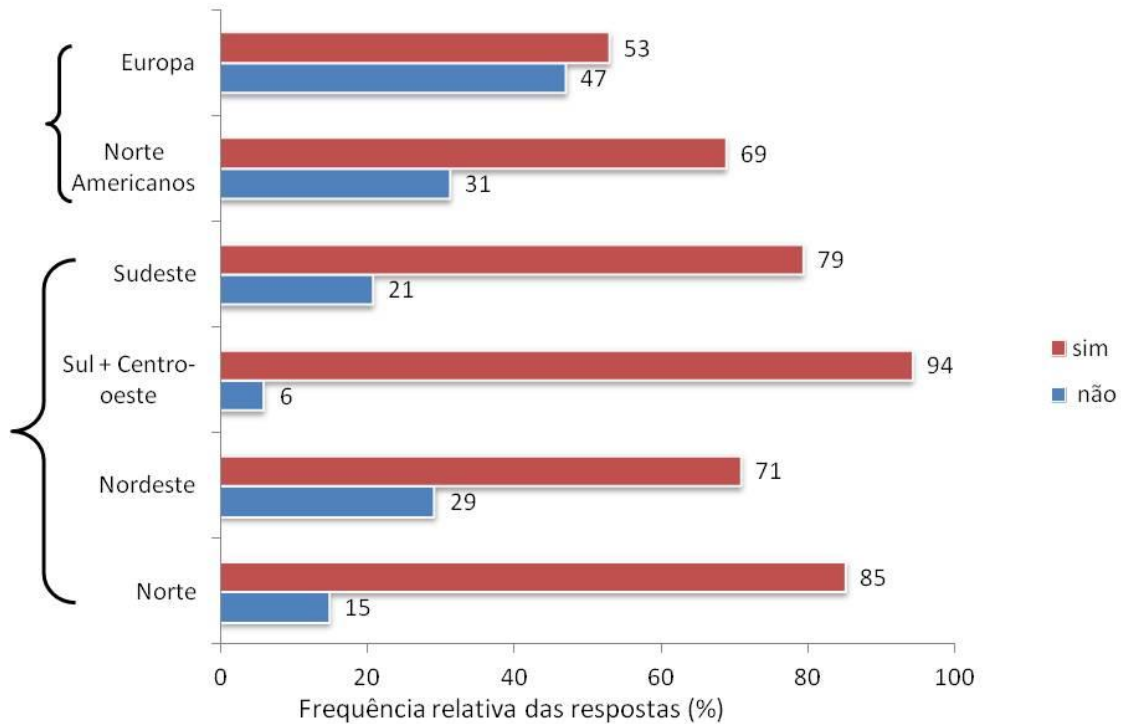


Figura 15. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você sabe que existem 5 mamíferos aquáticos na Amazônia?”

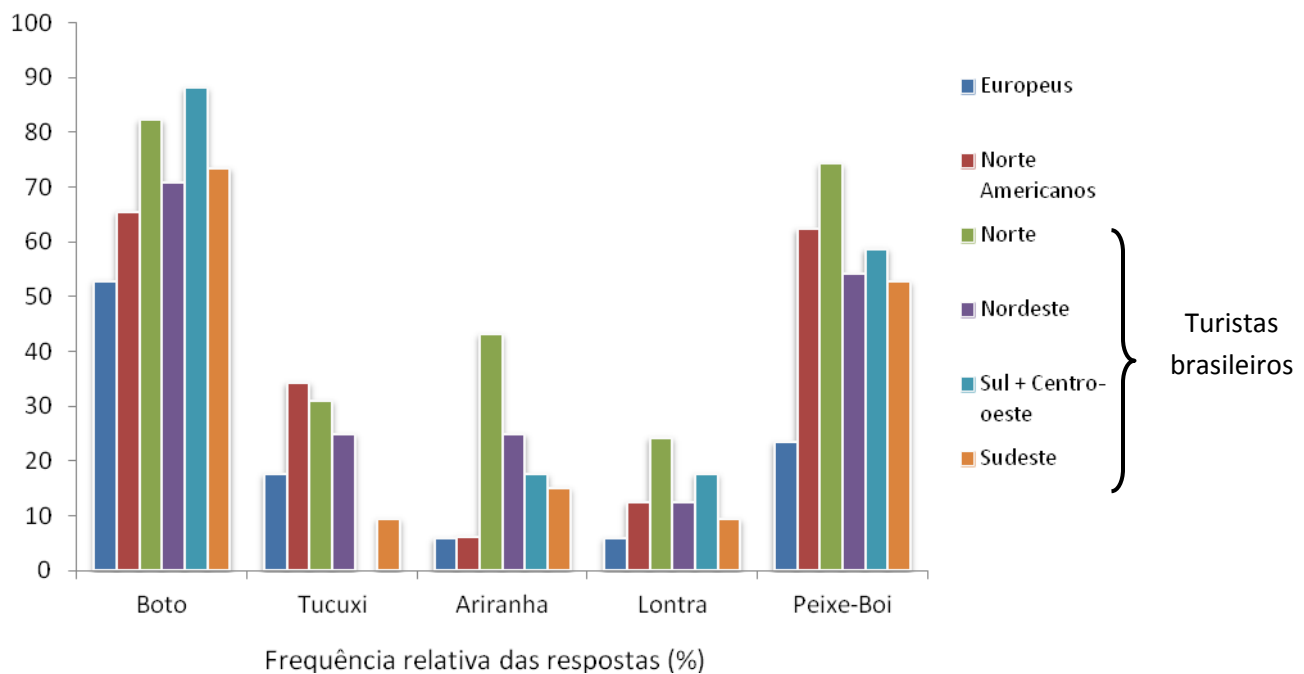


Figura 16. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Quais são os 5 mamíferos aquáticos na Amazônia?”

Com relação à questão que indagava se o entrevistado já havia visto algum mamífero aquático e quais deles, novamente os botos-vermelhos e os peixes-boi se destacaram, independente da nacionalidade e/ou origem dos turistas (Fig. 17). Dentre os brasileiros da região norte, a ariranha foi a terceira mais citada (39%), seguida pelo tucuxi (32%).

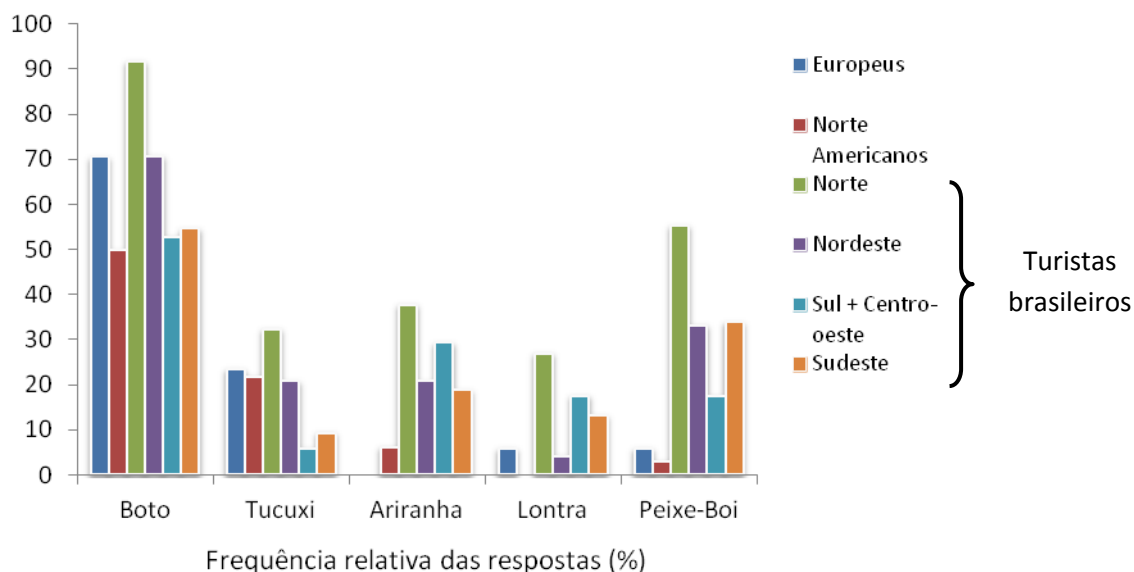


Figura 17. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você já viu algum mamífero aquático? Qual?”.

Quando os dados reagrupados foram analisados, levando em consideração apenas as pessoas que foram entrevistadas no município de Manaus, os resultados permaneceram os mesmos, ou seja, boto seguido de peixe-boi como os mais vistos (Fig. 18).

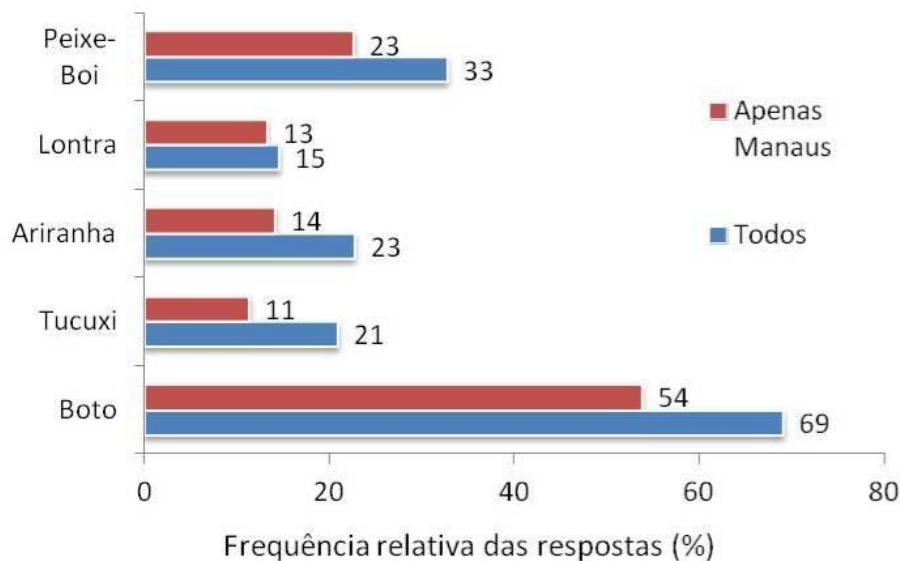


Figura 18. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Você já viu algum mamífero aquático? Qual?” por entrevistados no município de Manaus.

Noventa e cinco por cento dos entrevistados afirmou ter interesse em ver algum dos mamíferos aquáticos. Quando questionados sobre qual dos cinco teriam interesse de ver, 20% afirmaram que todos os cinco. Os demais (80%) entrevistados mostraram grande interesse em ver o peixe-boi, o boto e a ariranha. No caso dos turistas brasileiros das regiões sul e centro-oeste o boto e o peixe-boi obtiveram o mesmo nível de interesse. O tucuxi foi o mais popular entre os moradores da região sudeste. Dentre os turistas estrangeiros, os europeus mostraram grande interesse em ver a lontra (Fig. 19).

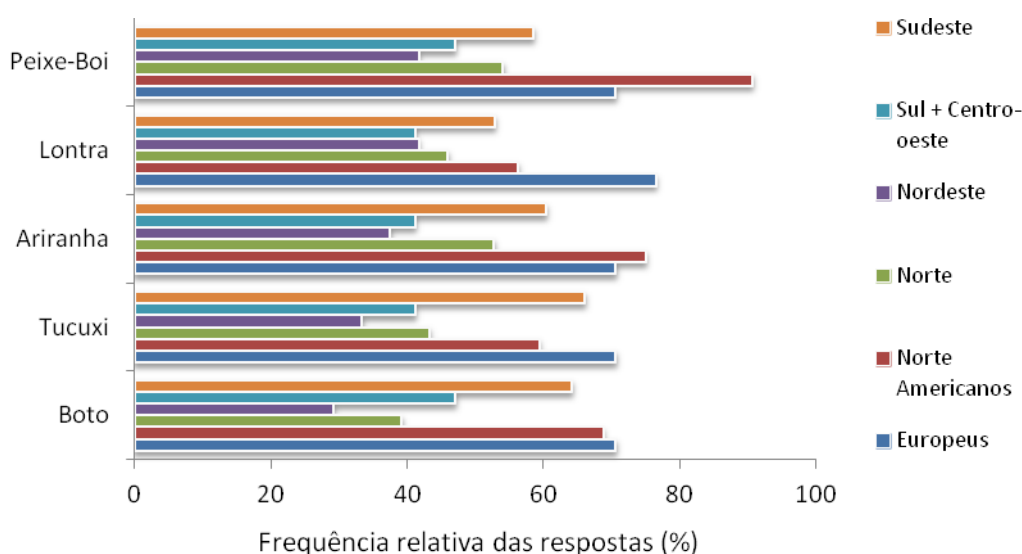


Figura 19. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta sobre o interesse em ver os mamíferos aquáticos.

Com relação à questão sobre a experiência prévia do turista quanto à realização de alguma atividade envolvendo mamíferos aquáticos e, se positivo, qual espécie, 49% afirmaram que sim, dos quais 52% afirmaram que haviam realizado alguma atividade com o boto-vermelho. Porém, quando foram analisadas apenas as entrevistas realizadas em Novo Airão, 94% dos entrevistados alegaram ter realizado atividade com os botos-vermelhos. Sessenta e oito por cento dos que alegaram ter tido alguma experiência com os botos, afirmaram ter recebido alguma orientação sobre a atividade. Quando perguntado quais as informações recebidas, observou-se que não houve um padrão; dentre as respostas, as mais comuns foram: não pode nadar com os animais, não pode alimentar os animais, normas de comportamento (não gritar / não fazer barulho / não machucar os animais / não pode consumir bebidas alcoólicas), como e onde tocar nos animais (não tocar no melão, onde pode tocar), horário de alimentação, histórico da atividade e sobre o ordenamento da atividade turística com o boto-vermelho (Tab. 2).

Tabela 2. Orientações recebidas durante o passeio ao Flutuante Boto-Vermelho, em Novo Airão, para ver o boto-vermelho.

Antes da atividade, você recebeu alguma informação de como se comportar e o que esperar da atividade?	%
Sobre o ordenamento	3
Histórico da atividade	4
Valor da atividade	4
Horário de alimentação	10
Como e onde tocar nos animais	18
Normas de comportamento	27
Não pode alimentar os animais	43
Não pode nadar com os animais	43

Ainda em relação às informações fornecidas, quando questionado se o turista julgava as informações recebidas suficientes ou não e se gostaria de ter recebido alguma informação a mais, obteve-se o seguinte resultado: 35% dos entrevistados alegaram que as informações não foram suficientes e que gostariam de ter tido mais informações sobre a biologia dos animais (reprodução / hábitos alimentares / informações científica / sanidade dos animais), informações em outros idiomas, informações de segurança e informações direcionadas para crianças (Fig. 20). Outras pessoas gostariam de saber mais sobre o destino dos recursos advindos da visita e o porquê de não ser mais

permitido alimentar os animais, e sugeriram ter uma área de exposição de informações a cerca dos animais e do processo de ordenamento, e a distribuição de panfletos sobre a espécie e sobre a atividade que envolve os botos.

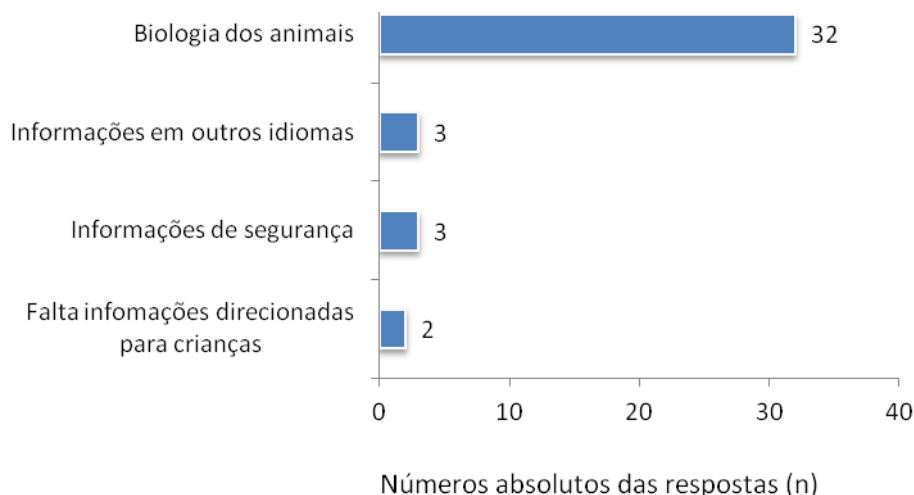


Figura 20. Respostas referentes à qual tipo de informação que os turistas gostariam de ter recebido.

4.1.4. Sobre a atividade turística com os Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú

Noventa e cinco por cento dos entrevistados brasileiros e 84% dos estrangeiros afirmaram que estariam dispostos a pagar por um passeio específico para ver mamíferos aquáticos (Fig. 21). Quinze pessoas afirmaram não ter interesse em realizar tal atividade por motivos diversos (Tab. 3).

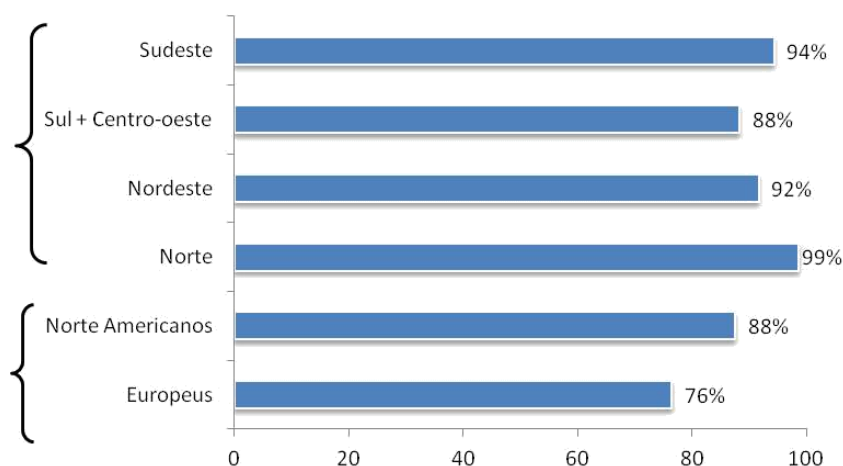


Figura 21. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta sobre o interesse dos turistas em realizar um passeio específico para ver mamíferos aquáticos (especificamente boto-vermelho e ariranha).

Tabela 3. Motivos pelos quais 15 turistas alegam não ter interesse em participar de uma atividade turística específica para observação de botos e ariranhas.

Motivo pelo qual não teria interesse de realizar um passeio específico para ver mamíferos aquáticos	n	%
Falta de interesse	11	73
Falta de tempo	3	20
Outros: não gosta de passeio organizado	1	7

Sobre o tempo que as pessoas achariam ideal para tal passeio proposto, a maioria apontou que um dia de atividade seria o ideal para a atividade proposta (Fig. 22).

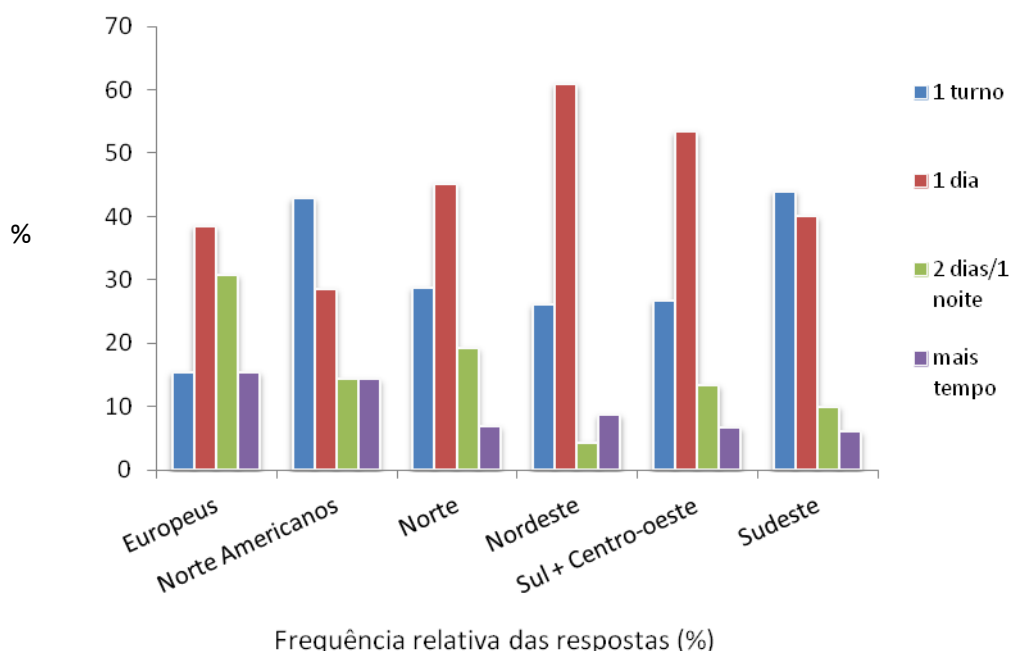


Figura 22. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Para você, qual seria a duração ideal para realizar uma atividade de avistagem de mamíferos aquáticos?”.

Cinquenta por cento dos entrevistados mostrou-se disposto a pagar entre R\$101 e R\$150 por pessoa, por dia de participação na atividade proposta (Fig. 23). Mesmo quando analisado separadamente, os brasileiros por região e os estrangeiros entre norte-americanos e europeus, este valor foi o mais frequentemente citado (Fig. 24).

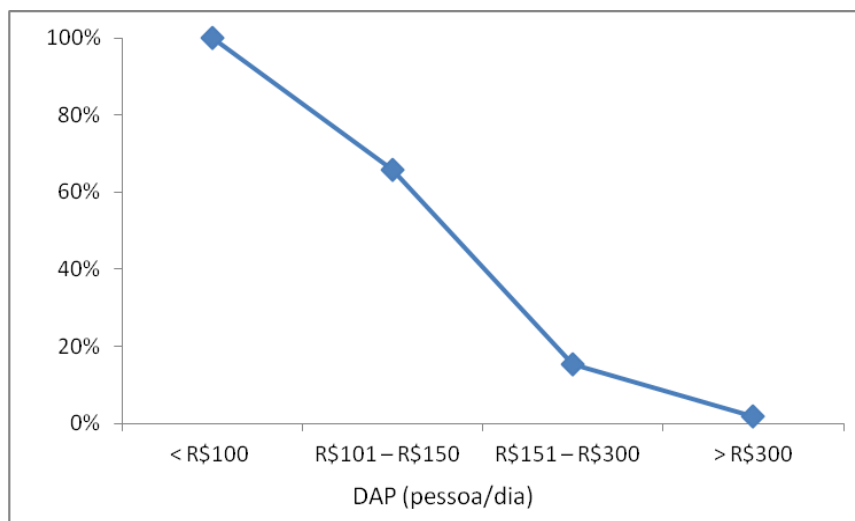


Figura 23. Frequência acumulada da DAP para pagamento em um valor fixo por dia de atividade de avistagem de mamíferos aquáticos.

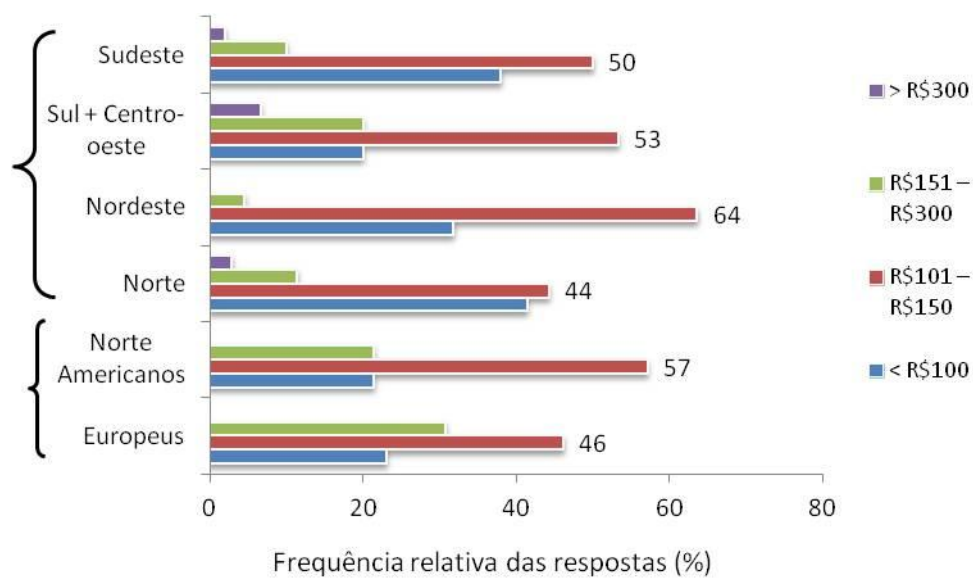


Figura 24. Frequência relativa das respostas dos turistas à pergunta “Quanto estaria disposto a pagar para participar de avistagem de mamíferos aquáticos por pessoa/dia?”.

4.2. Os Guias / Barqueiros

4.2.1. Entrevistas com os barqueiros / guias de turismo.

Faixa etária e gênero

As idades dos entrevistados variaram de 33 a 65 anos, sendo que a idade média de todos os entrevistados foi de 48 anos (± 12). Dentre os seis entrevistados, havia apenas uma mulher, coincidentemente também a mais jovem dos barqueiros/guias (33 anos).

Qualificação linguística

Dos guias/barqueiros entrevistados 67% falava apenas a língua portuguesa enquanto 17% falavam inglês ou espanhol.

4.2.2. Sobre o Parque Nacional do Jaú

Todos os entrevistados afirmaram que atuam no PARNA Jaú pelos seguintes motivos: “mais fácil de ver animais” (n=4; 66%), “mais preservado que outros lugares” (n=1; 16%) e “maior biodiversidade que o Parque Anavilhanas” (n=1; 16%). Segundo os entrevistados, a origem dos turistas que procuram atividade no PARNA Jaú, são estrangeiros e brasileiros de outros estados. Sobre a preferência dos turistas por algum tipo de atividade, pode-se destacar o anseio em observar a fauna e flora amazônica (Fig. 25).

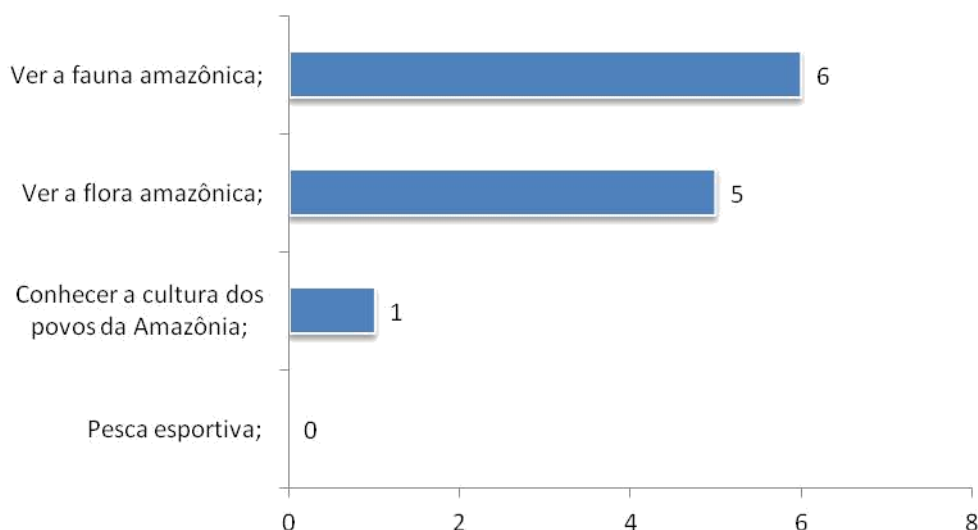


Figura 25. Número absoluto (n) das respostas dosⁿ dos barqueiros/guias à pergunta “Há preferência por algum tipo de atividade no PARNA Jaú?”.

Com relação à questão sobre as espécies que os turistas gostariam ou anseiam ver, destacaram-se os jacarés e (n=3) e os macacos (n=2) (Fig. 26).

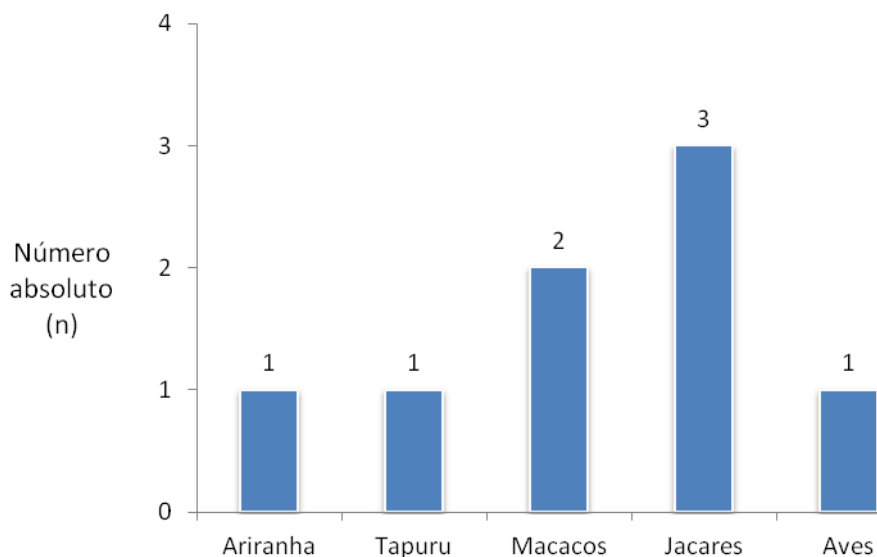


Figura 26. Número absoluto (n) das respostas dos dos barqueiros/guias à pergunta “Existe alguma espécie pela qual os turistas mais perguntam?”.

O tamanho dos grupos de turistas que mostrou interesse em visitar a UC variou de 2 a 6 pessoas; com uma média de cinco pessoas por passeio. Quanto ao número de passeios realizados por mês, obteve-se uma média de três passeios por mês, com exceção de um barqueiro, que afirmou que leva grupos apenas três vezes ao ano. Baseando-se nesses dados, estima-se que, aproximadamente, em média 60 pessoas por mês visitam o PARNA Jaú. Dados do relatório interno intitulado “Dados de visitação do Parque Nacional do Jaú 2011” (ICMBio, 2011) demonstram que entre 2000 e 2011, a média de visitação foi de 394,166 pessoas por ano ($SD \pm 134,44$), pois estes dados incluem também turistas que utilizam as empresas de turismo que atuam na região (Tab. 4).

Tabela 4. Número de visitação (pagante) ao PARNA Jau (2000-2011).

Visitantes Pagantes ao PARNA Jau entre 2000 e 2011												
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
n	83	239	472	594	372	407	536	410	361	369	490	397

Quando questionados se já haviam participado de algum curso ou treinamento relacionado à visitação em unidades de conservação, todos os barqueiros/guias alegaram que sim e citaram cursos/treinamentos oferecidos pelos seguintes órgãos: ICMBio (100%), Sebrae (50%) e apenas 16% citaram Ipê, AmazonasTur e IPAAM. Todos foram categóricos em afirmar que sempre estariam interessados em realizar cursos para se capacitar, podendo assim oferecer melhores serviços aos seus clientes.

4.2.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos

Com relação à questão sobre a frequência de avistagem das espécies de mamíferos aquáticos vistas, o boto-vermelho se destacou (100%) e o menos frequente, como já era de se esperar, foi o peixe-boi (Fig. 27).

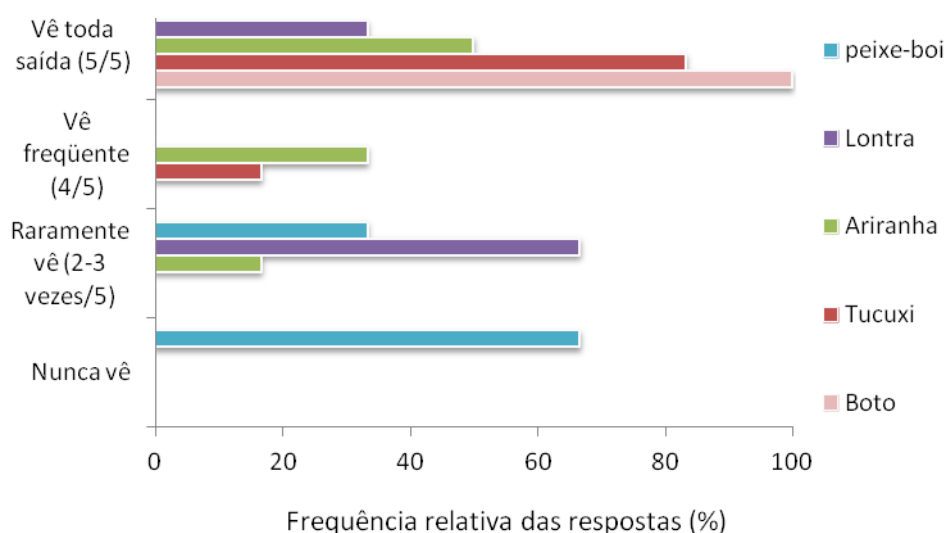


Figura 27. Frequências de avistagens dos mamíferos aquáticos de acordo com os barqueiros.

Em relação ao local de avistagens de mamíferos aquáticos, todos afirmaram que o boto-vermelho é visto em todos os lugares. Já a ariranha e a lontra são vistas somente no PARNA Jaú, e o tucuxi na área do PARNA Anavilhanas e Velho Airão.

Em relação à época do ano em que as avistagens são mais frequentes, de acordo com os barqueiros/guias, o boto-vermelho e o tucuxi são vistos ao longo do ano, enquanto que a ariranha e a lontra são vistas mais frequentemente na época da seca, o que corresponde ao final do segundo semestre.

4.2.4. Sobre a atividade turística com os Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú

Todos os barqueiros/guias responderam que eles não oferecem nenhuma atividade relacionada aos mamíferos aquáticos, porém 83% responderam que acreditam que existe espaço no mercado local para este tipo atividade. Quando questionados quanto ao interesse em servir de barqueiro ou guia em passeios turísticos voltados aos mamíferos aquáticos, caso houvesse disponibilidade no mercado, turístico, 100% dos entrevistados respondeu que sim. Quanto à duração ideal de tal atividade, a metade afirmou que teria que ser pelo menos de 2 dias e uma noite e a outra metade afirmou que teria que ser mais tempo (pelo menos 3 dias /2 noites). Quando averiguado sobre a atividade de visitação ao PARNA Jaú atualmente, foi obtido o seguinte roteiro:

1º dia	2º dia	3º dia
Saída de manhã de Novo Airão: passando pelo PARNA Anavilhanas, Airão Velho, chegada ao PARNA Jaú	Passar o dia no PARNA Jaú (ida às cachoeiras e caminhada na selva); a noite, focagem de jacaré	Caminhada na selva e retorno à Novo Airão

O local e estilo de pernoite variam conforme interesse do cliente, podendo ser feito na selva (em rede) ou na casa de ribeirinhos. Caso o turista optasse por dormir na casa de um ribeirinho, o pagamento seria feito diretamente para ele. Os barqueiros já conheciam moradores que teriam interesse e condições de oferecer hospedagem. De acordo com os barqueiros/guias, a alimentação dos turistas também depende do cliente. Alguns preferem que o barqueiro compre, outros preferem levar com eles a alimentação, e outros ainda aceitam fazer as refeições em casas de ribeirinhos. Segundo os barqueiros, eles preferem que o turista leve seu próprio alimento, pois muitos têm hábitos alimentares muito diferentes dos costumes locais o que dificulta satisfazê-los. Quando indagados se seria necessário aumentar o valor cobrado atualmente caso viessem a oferecer uma atividade turística específica para ver os mamíferos aquáticos, todos foram unânimes em afirmar que não. Um dos entrevistados acrescentou que precisaria aumentar o valor somente se precisasse deslocar para lugares mais distantes.

4.3. Representantes do *trade* turístico

Foram incluídas para compor o *trade* turístico as agências de turismo, hotéis de selva e proprietários de embarcações que transportavam turistas até a região da pesquisa, sendo eles: Amazon Clipper, Amazônia Expedition, Ecodiscovery Turismo, Kattere Turismo, Paradise Turismo, Recanto da Amazônia e Taj Mahal Tour. Apesar de parecer um número baixo, trata-se de um número bastante representativo, pois são as principais agências de turismo que atuam dentro do PARNA Jaú (Aubretton, 2006; Badialli, 2003).

4.3.1. Sobre o Parque Nacional do Jaú

O tempo de atuação das empresas no Parque variou entre um e 21 anos, uma média de 8.5 anos. Quanto ao número de visitas por ano realizado ao PARNA Jaú, duas empresas (40%) afirmaram que realizam de 1 a 10 saídas, outras duas afirmaram que fazem entre 11 e 20 saídas e uma empresa afirmou realizar mais de 20 saídas por ano. Duas agências não foram incluídas nessa análise uma vez que o número de visitas “variava muito”, mas não souberam quantificar as suas respostas. Em relação ao número aproximado de turistas levados por ano, obteve-se uma média anual de 370 turistas, estrangeiros na sua grande maioria. Segundo um dos entrevistados, “turistas estrangeiros dão mais valor ao turismo em UCs que brasileiros”. A maioria das empresas alegou não ter preferência quanto à época do ano, apenas duas alegaram que preferem a época da seca. Todos concordaram que o PARNA Jaú é uma boa opção de turismo, com exceção de uma agência que alegou que “o turismo no Jaú já foi melhor e que desde a troca do IBAMA pelo ICMBio vêm acontecendo muitas mudanças na chefia do parque que dificultam o trabalho”. As agências que consideram o PARNA Jaú como uma boa opção de turismo alegaram que: “é uma boa opção por ser uma região remota com baixa população humana e por isso ainda se encontra bastante preservada”, “que no Jaú se foca na qualidade da visita e não na quantidade das avistagens” e “que a beleza compensa a distância”.

Quando indagados se os funcionários da empresa participam de algum curso ou treinamento relacionado à visitação em áreas protegidas, 57% (n=4) responderam que sim e que os cursos foram oferecidos pelo ICMBio, pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê) e pelo Sebrae-AM. Uma das empresas que alegou não possuir nenhum

treinamento formal informou que realiza conversas informais com seus funcionários sobre as normas e legislação de estar atuando dentro de uma UC.

Quando indagados sobre a obtenção da autorização para entrar no Parque, a reação foi unânime em dizer que “já foi pior”; porém, ainda poderia melhorar muito, especialmente quando comparado com os trâmites disponíveis para conseguir autorização de pesca esportiva, que ocorre 100% online.

4.3.3. Sobre os Mamíferos Aquáticos

Em relação à abrangência de atuação das empresas, todos responderam que já ofereciam alguma atividade turística relacionada a algum mamífero (Fig. 28). Todos que mencionaram o boto afirmaram realizar essa atividade no Flutuante Boto-Vermelho, em Novo Airão. Quanto à avistagem de ariranhas, os entrevistados confirmaram que ocorrem no PARNA Jaú ou em Anavilhanas. Apenas dois estabelecimentos informaram que realizam palestras (com audiovisual) aos visitantes sobre as espécies mais vistas.

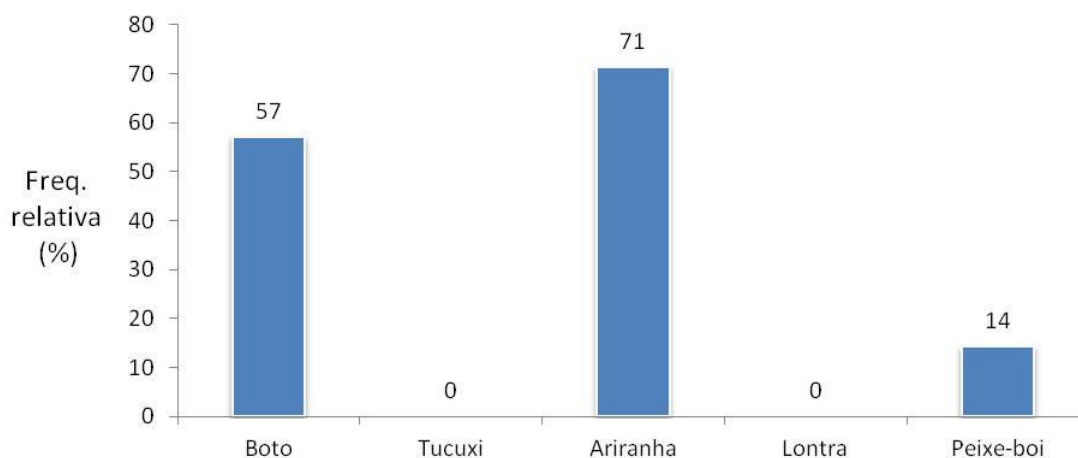


Figura 28. Mamíferos aquáticos utilizados em atividades realizadas pelas agências de turismo que operam na região.

Quando perguntado se haveria espaço para uma atividade turística direcionada para os mamíferos aquáticos, 71% (n=5) das empresas afirmaram que sim. Contudo, uma das agências foi enfática em afirmar que a aceitação da atividade dependeria muito do preço uma vez que “o Jaú já é considerado um destino caro devido a sua distancia de

Manaus”. Quando indagadas caso houvesse disponível no mercado turístico uma atividade específica relacionada aos mamíferos aquáticos, se seu estabelecimento estaria disposto oferecer essa atividade aos turistas, todas as as empresas afirmaram que teriam interesse de oferecer a atividade. Quando averiguado se a mesma teria disposição financeira para investir em uma atividade de alta qualidade voltada para os mamíferos aquáticos, apenas uma agência afirmou que sim; as demais reponderam que acreditam que já possuem um bom padrão sendo oferecido pelo seu estabelecimento. Quanto a necessidade de haver um fiscal acompanhando os turistas, um entrevistado afirmou que achava desnecessário uma vez que seus funcionários passavam por treinamento e que isso poderá gerar desconfiança por demonstrar falta de confiança por parte do ICMBio junto à empresas do trade turístico. Uma agência sugeriu que invés disso, deveria ser feitas rondas para garantir o bom andamento das atividades dentro do Parque.

Um assunto que não estava incluído nos formulários, mas que surgiu durante a entrevista com vários participantes foi a implantação do turismo comunitário no Parque. Por definição, segundo a WWF (2001), turismo de base comunitária é uma forma de ecoturismo, onde a comunidade local tem substancial controle e participação em seu desenvolvimento e gestão, e uma grande proporção dos benefícios permanece dentro da comunidade. Dentre as quatro agências com o qual o assunto foi debatido, obteve-se os seguintes comentários: “existe um grande potencial para dar certo, porém tudo tem que ser analisado juridicamente para não corre riscos dos comunitários processarem depois, exigindo benefícios incabíveis, como já aconteceu em outros lugares na Amazônia”, “só daria certo se fosse bem organizado e estruturado, talvez encabeçado por alguma Organização Não Governamental”, “o envolvimento dos comunitários é essencial, pois assim se tornarão aliados na luta da preservação”.

4.4. Entrevistas com Proprietários de flutuantes que já realizam atividade com boto-vemelho

No que diz respeito ao processo de ordenamento, todos os proprietários de flutuantes entrevistados afirmaram entender a necessidade do processo de ordenamento que está sendo realizado, visando o bem estar animal e a segurança dos turistas. Porém, afirmaram que falta apoio por parte do ICMBio para lhes dar um respaldo maior, pois reclamam que nem sempre os turistas entendem e frequentemente alegam que “ninguém é dono os bichos”. Em todos os flutuantes existe um cartaz afixado sobre o processo de

ordenamento da atividade (em português e inglês), porém os proprietários alegaram que não é suficiente (Fig. 29).



Figura 29. Cartazes distribuídos pelo ICMBio e afixados nos flutuantes que realizam atividade turística com os botos, sobre o processo de ordenamento da atividade (em português e inglês).

Os proprietários dos flutuantes também concordam e entendem a necessidade de capacitar os envolvidos na atividade com os botos, especificamente sobre a biologia dos animais, uma vez que os turistas perguntam bastante a respeito e nem sempre as perguntas são respondidas de forma satisfatória. Funcionários dos flutuantes Boto-vermelho e Recanto dos Botos participaram de palestras ministradas por biólogos da Associação Amigos do Peixe-Boi com intuito de conhecerem melhor a biologia e ecologia dos botos-vermelhos.

Os proprietários dos flutuantes concordam e entendem a necessidade de se realizar um estudo genético dos botos para identificar o gênero dos animais e verificar se há algum parentesco em especial entre botos que frequentam os flutuantes mais próximos. Também há um consenso quanto à necessidade de haver um banheiro químico instalado nas dependências dos flutuantes. Porém, reclamam do alto custo e da dificuldade de instalação.

4.5. Entrevistas com entidades governamentais

4.5.1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

4.5.1.1. Gestora do Parque Nacional do Jaú

A atual situação do turismo no Parque abrange cerca de 10 operadoras de turismo atuando na área, e a maioria dos turistas são estrangeiros. Os turistas se interessam em ver a fauna e flora, visitar o Rio Carabinani, realizar trilhas terrestres e visitar as cachoeiras. Existe uma taxa para entrada no Parque. Seguindo a Portaria Ministério do Meio Ambiente (MMA) N° 365, de 7 de outubro de 2009, uma taxa de R\$5,50 é cobrada por visitante, por dia de permanência no parque. Pessoas que adentram o Parque para prestar serviços (barqueiros, agentes de saúde, etc.) são isentos deste pagamento. Os recursos arrecadados pela visitação são destinados a uma conta do ICMBio em Brasília e distribuído posteriormente entre várias UCs, ou seja, os recursos arrecadados no PARNA Jaú não são automaticamente direcionados para essa UC.

A gestora do parque confirmou a contemplação do Parque no programa Parques da Copa e relatou que entre as melhorias pretendidas, espera-se construir um Centro de Visitantes na entrada do Parque, preparar duas trilhas terrestres, construir uma torre de observação e sinalizar adequadamente ao longo do Parque.

Devido ao baixo número de visitantes (aproximadamente 2000/ano) no momento, não existe limite de visitantes, porém, caso esse número aumente significativamente, será necessário maior controle.

4.5.1.2. Grupo de Trabalho (GT) sobre Ordenamento do Turismo com Botos

Em dezembro de 2010 foi enviado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (do ICMBio/Brasília) a Proposta de “Normatização do Turismo com Botos na Amazônia” (Anexo V), com intuito de oficializar as normas e exigências propostas pelo GT, porém, até a conclusão deste estudo a mesma não havia sido sancionada.

Atualmente, no Estado do Amazonas, apenas quatro flutuantes têm licença do ICMBio para desenvolver o turismo com o boto (Flutuante Boto-Vermelho, Praia Amigos dos Botos, Flutuante da Recanto dos Botos e Hotel de Selva Ariaú). Até a

oficialização das normas propostas pelo GT, nenhum outro flutuante será licenciado para desenvolver essa atividade.

4.5.2. Representante da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AmazonasTur)

Segundo o site do órgão, a sua missão é: promover a "Marca Amazonas" nos mercados turísticos nacional e internacional, e dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos, oferecer condições de aperfeiçoamento aos já existentes e promover o planejamento e execução da Política Estadual de Turismo (<http://www.visitamazonas.am.gov.br/site/AM-Tur2009152-institucional>). O diretor do setor de turismo foi enfático em afirmar que todo e qualquer produto turístico desenvolvido na região terá sucesso, uma vez há grande procura no mercado por novidades. Porém, ele afirmou que a maior dificuldade do órgão garantir a qualidade dos produtos turísticos é a fiscalização, uma vez que não existe um cadastro único dos profissionais do ramo. Além do fato de que muitos profissionais se auto intitulam guias de ecoturismo por atuar no estado do Amazonas, mas a grande maioria permanece apenas na cidade.

4.6. Entrevistas com Turistas com perfil diferenciado

4.6.1. Atividade de nadar com golfinho

Em todos os casos nessa categoria, a espécie envolvida na atividade foi o golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*). É importante apontar que os indivíduos eram animais cativos, ou seja, não eram animais de fauna livre. Segundo o relato dos turistas, trata-se de uma atividade extremamente organizada, que coloca em primeiro lugar a segurança dos participantes e dos animais. O uso de salva-vida é obrigatório a todos. Antes de realizar a atividade os turistas são separados em grupos pequenos (entre 6 e 8 pessoas). Obrigatoriamente todos os turistas participam de um minitreinamento de aproximadamente 20 minutos onde são passadas informações que visam minimizar qualquer chance de acidente, tais como: locais onde os turistas podem tocar nos animais, intensidade dos movimentos permitidos na água, como reagir caso o turista se sinta desconfortável, entre outros. Uma vez que a atividade começa, há vários monitores (funcionários do parque) na água, junto com os turistas. Durante a atividade,

informações acerca da biologia dos animais são repassadas aos participantes. Vários animais ficam na água simultaneamente, porém há um revezamento entre os indivíduos que interagem com os turistas, permitindo assim que os animais descansem durante a atividade, que dura 30 ou 60 minutos, de acordo com o pacote adquirido pelo turista. Não é permitido alimentar os animais, porém os mesmos são condicionados para posar para foto com os turistas e estes podem ser puxados pelos golfinhos (Fig. 30a-c).

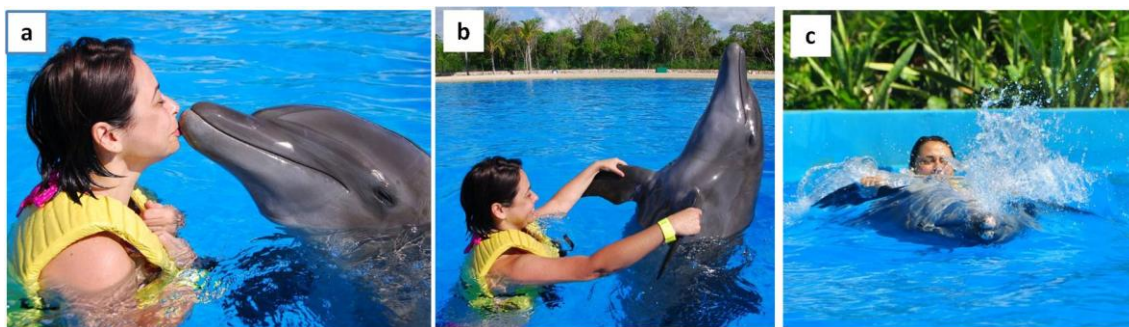


Figura 30. Turista interagindo com golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*) em um parque particular no México. a) e b) Pose para foto; c) Turista sendo puxado pelo golfinho (Foto: Tereza Santos).

4.6.2. Atividade de nadar com peixe-boi marinho

A espécie envolvida nesta atividade foi o peixe-boi da Flórida (*Trichechus manatus latirostris*). É importante apontar que, como no caso dos golfinhos, os indivíduos viviam no parque, ou seja, não eram animais de vida a livre. O uso de salva-vida é obrigatório a todos. Antes de realizar a atividade os turistas obrigatoriamente participam de um minitreinamento de aproximadamente 5 minutos. Durante a atividade, que dura aproximadamente 25 minutos (20 minutos perto de uma plataforma submersa e 5 minutos de nado livre), informações acerca da biologia dos animais são repassadas. Os animais são condicionados para posar para fotos com os turistas e, ao contrário dos golfinhos. É permitido alimentar os animais (Foto 31a-b). Segundo os relatos dos entrevistados, também eram oferecidas no local atividade de interação com tubarões e arraias.

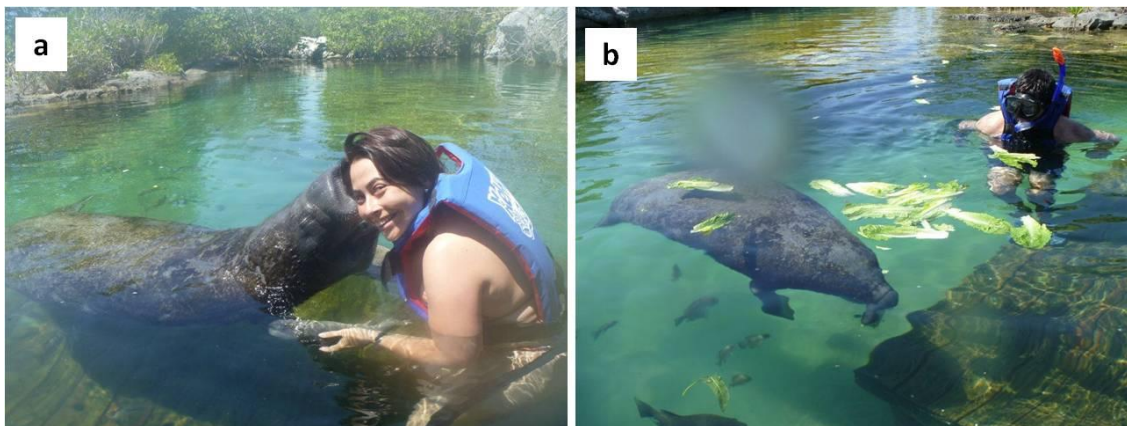


Figura 31. Turista interagindo com peixe-boi da Flórida (*Trichechus manatus latirostris*) em um parque particular no México. a) turista posando para a foto, b) turista alimentando um indivíduo (Foto: Tereza Santos).

5. DISCUSSÃO

Para avaliar o turismo de observação de mamíferos aquáticos como ferramenta de conservação em uma unidade de conservação na Amazônia, as características analisadas neste estudo são discutidas individualmente e depois sinteticamente. Começando com os próprios turistas, barqueiros e representantes do *trade* turístico, e avaliando oportunidades de mercado, a disposição a pagar dos turistas e, finalmente, os aspectos de segurança dos animais e perspectivas para sua conservação. Ao final, uma proposta específica e detalhada, de implantação de uma atividade turística com mamíferos aquáticos na Amazônia é apresentada.

5.1. Perfil do turista da região.

A idade média dos turistas entrevistados no presente estudo (de 45 anos) foi abaixo dos resultados do Relatório de Diagnóstico do Polo de Ecoturismo do Estado do Amazonas (Amazonas, 1999), que mostra uma idade média dos turistas que visitam a região de 52 anos. As diferenças nas faixas etárias mais frequentes entre os brasileiros (entre 26 e 33 anos) e estrangeiros (18 e 25 anos e entre 42 a 65 anos) pode ser devido ao alto espírito aventureiro entre os mais jovens e a estabilidade financeira entre os mais velhos. Já numa pesquisa sobre participantes do *whale watching* na Austrália, o maior número de turistas amostrados tinha entre 30 e 39 anos (Neil et al., 1999). É importante conhecer as faixas etárias dos turistas para preparar palestras e material de divulgação

com linguagem apropriada. Apesar de concordar que quando se trabalha com educação ambiental o público alvo deve ser formado por crianças, neste caso, com base nos dados acima, não há necessidade de se investir em informações especificamente para esse público dentro do Parque. Caso o parque venha a ter um *site*, é mais viável ter um espaço “*kids*” onde crianças do mundo todo teriam acesso às informações sobre a fauna e a flora do parque de forma lúdica e divertida. Hoje, as crianças têm acesso à internet e aprendem facilmente sobre vários assuntos que provavelmente não teriam acesso se não fosse pela internet; desta forma, disponibilizar o *download* gratuito de um livreto de atividades variadas como figuras para colorir e palavras cruzadas seria de grande valor educacional (Anexo VI).

A maioria dos turistas estrangeiros entrevistada no presente estudo era composta por norte-americanos, como também encontrado por Badialli (2004) e por Romagnoli (2010), cujo local de pesquisa também foi o Flutuante Boto-Vermelho. Entre os países europeus, destacaram-se a Alemanha, França e Suíça. É relevante saber a origem do turista e, conseqüentemente, o seu idioma para oferecer material de interpretação ambiental adequado, e no idioma mais comum, colaborando assim para um alto nível de satisfação dos turistas. O fato de que menos de 10% dos turistas brasileiros era das regiões sul e centro-oeste chama atenção para a necessidade de realização de campanhas de divulgação (vinhetas), por parte do governo do Estado do Amazonas, nas regiões supracitadas visando aumentar as visitas dos moradores dessas regiões no Amazonas.

Os dados coletados sobre a escolaridade dos turistas seguem a tendência descrita no Relatório de Diagnóstico do Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas e na pesquisa de Badialli (2004). O nível de escolaridade dos turistas que visitam a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), obtido por Peralta (2005), foi de 95% de turistas com formação superior parcial ou completa (72% estudaram até o nível superior, 14% têm mestrado e 9% m doutorado), revelando que via de regra, o perfil do turista que se desloca até a RDSM é de alto grau de escolaridade (Peralta, 2005). Já no presente estudo, 54% dos brasileiros e 46% dos estrangeiros possuem 3º grau completo. É essencial conhecer a escolaridade do público para desenvolver atividades à altura de seu conhecimento, de forma a garantir maior grau de satisfação dos turistas. Essa abordagem deve ser mantida tanto em palestras, como nas placas de interpretação ambiental. Além disso, seria interessante elaborar placas a cerca de curiosidades da história de vida das espécies, uma vez são animais endêmicos à região e pouco conhecidos; por exemplo, longevidade, pressão mandibular, entre outros.

Embora mais da metade dos turistas tenha alegado ter interesse em conhecer a fauna amazônica, muitos deles (63% dos brasileiros e 54% dos estrangeiros) responderam que não tinham interesse em visitar uma UC. Este resultado, no entanto, é conflitante, uma vez que uma pessoa interessada em conhecer a fauna amazônica, em teoria, também teria interesse de conhecer áreas ambientalmente protegidas, considerando que as mesmas possuem grande potencial para visualização de espécies endêmicas da região. Devido à vastidão da floresta Amazônica, nem sempre é fácil conseguir visualizar certas espécies, pois as mesmas possuem grandes áreas para percorrer. Entrevistas com os barqueiros e informações de pesquisadores (R.Silva, com. pessoal) corroboram que botos e ariranhas ocorrem em abundância no PARNA Jaú, aumentando assim as chances de serem apreciadas pelos turistas. Diante do potencial turístico que o Brasil possui por conter grandes áreas de beleza naturais, muitas das quais sendo unidades de conservação (como Foz de Iguaçu/PR, Bonito/MT, Lençóis Maranhenses/MA), percebe-se que falta divulgação sobre as unidades de conservação que podem receber turistas e, conseqüentemente, gerar renda extra para as UCs. Países como Costa Rica, Austrália e Equador são famosos por oferecerem turismo de qualidade em áreas protegidas; o Brasil pode fazer o mesmo.

Os dados apontaram para a falta de conhecimento dos turistas sobre o papel de uma UC. Diante disso e da grande importância de proteger essas áreas, esta temática também deve ser abordada, mesmo que de forma superficial, no material de interpretação ambiental.

O conhecimento geral do turista a respeito dos mamíferos aquáticos da Amazônia, os resultados sugerem que a ocorrência das espécies de mamíferos aquáticos locais são poucas divulgadas. Talvez a dificuldade no reconhecimento das espécies se deve ao fato de que, com exceção da lontra e da ariranha, as demais espécies são endêmicas da bacia amazônica e por isso o conhecimento a seu respeito é mais restrito. Entretanto, o endemismo não deve servir de barreira à divulgação considerando que os grandes mamíferos terrestres endêmicos da África (tais como elefantes, leões, girafas, etc.) são amplamente conhecidos no mundo todo por adultos e crianças. É importante desenvolver campanhas de marketing para melhor divulgar as espécies da região. A popularidade do boto-vermelho, que independente do local da entrevista (Manaus ou Novo Airão) sendo o mais popular entre os turistas, ficou claro que esta espécie tem um grande potencial turístico, provavelmente porque é facilmente avistada e altamente carismática. O fato de o tucuxi ter sido o animal mais popular entre os moradores da

região sudeste, provavelmente se deve ao fato de que naquela região do Brasil ocorre o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), um golfinho do mesmo gênero do tucuxi e amplamente utilizado em turismo de observação no sul e sudeste do país (Filla, 2008).

Sobre a qualidade das orientações recebidas antes da atividade com os botos no Flutuante Boto-Vermelho, o percentual de turistas que receberam informações e as informações recebidas deixa a desejar. No entanto, é de suma importância que todos os turistas envolvidos na atividade sejam orientados antes da atividade com os botos para garantir a segurança dos turistas e o bem-estar dos animais. Em atividades com cetáceos em outros lugares no mundo, tais como em X-Caret, no México, e Eilat, em Israel, 100% dos participantes passam por algum tipo de mini-treinamento/preparação antes de terem acesso à área onde os animais se encontram. Uma vez que a atividade visa garantir a segurança do turista e o bem-estar animal, se torna obrigatório que um procedimento padrão seja incluído na atividade. Diante disso, a duração da atividade também tende a ser mais longa em outros lugares (aproximadamente 30 minutos no México e uma hora em Israel), com o intuito de aumentar a satisfação do turista, pois ele se sente valorizado. No entanto, a falta de controle do tempo de permanência de cada turista, como observado no flutuante Boto-Vermelho, dificulta o andamento da atividade. É necessário que haja uma organização, visando garantir que todos saiam do lugar com um alto grau de satisfação, fazendo não apenas com que os visitantes tenham interesse em voltar, mas também que façam uma boa propaganda para seus amigos e familiares. Romagnoli (2010) também abordou alguns pontos negativos com relação às interações entre seres humanos e botos-vermelhos em Novo Airão. Algumas das respostas obtidas pela autora foram: “ausência de informação”, “faltou informação escrita”, “queria mais informações”, “desorganização” e “falta esclarecer os procedimentos de alimentação e como lidar com os botos”. O estudo de Romagnoli (2010) chama a atenção para essa última resposta, indicando que há preocupação até mesmo em aspectos de segurança, pois alguns turistas relataram o seguinte: “cortei meu dedo”, “turistas não sabem o que fazer” e “deveria ter um instrutor”.

Muitos dos entrevistados destacaram o fato de não ser mais permitido nadar e alimentar os botos em Novo Airão, como ocorria até o início de 2010. Um vídeo elaborado pelo ICMBio explicando ao público o porque e como o processo de ordenamento está sendo realizado mitigaria esse tipo de insatisfação. É necessário que os turistas entendam que o processo visa melhorias, tanto para os turistas como para os animais, uma vez que antes do ordenamento muitas pessoas molestavam os botos

(jogando cerveja em sua boca, tentando tampar seu respiradouro e tentando montar nos animais), o que, conseqüentemente, ocasionava acidentes envolvendo as pessoas. Outras pessoas gostariam de saber mais sobre o destino do recurso, por que não se pode mais alimentar os animais, e sugeriram ter uma área de exposição e panfleto sobre a espécie e a atividade em si.

Os seis barqueiros/guias de turismo que foram entrevistados, apesar de parecer um número baixo, é representativo, pois são os principais barqueiros que atuam no PARNA Jaú. A maioria dos barqueiros da ATUNA atua apenas na área do PARNA Anavilhanas, por este ser mais perto de Novo Airão. Ao escolher atuar apenas em Anavilhanas, os custos de operação diminuem, uma vez que não há necessidade de ter um motor tão potente, o que requer um gasto inicial maior. Embora os barqueiros e guias tenham alegado que suas limitações linguísticas não se caracterizam como um obstáculo para receber turistas estrangeiros, pode ser que cursos básicos de idiomas (inglês e espanhol) poderiam melhorar a qualidade das informações passadas aos turistas e, conseqüentemente, melhorar a experiência do turista como um todo. O uso de livros-guias pelos barqueiros indica que um guia básico de mamíferos, no mínimo bilíngue, seria uma boa opção para garantir que os turistas recebam informações adequadas sobre a fauna que ocorre no Parque. Entretanto, no caso de uma emergência a bordo, é imprescindível que haja pleno entendimento entre barqueiros e turistas. Dito isso, baseando-se na origem dos turistas há necessidade dos mesmos falar outras idiomas. Ainda no que se refere à segurança da atividade, algumas pequenas melhorias teriam que ser feitas (Tabela 5). Porém, visando minimizar custos, recomenda-se que seja verificada a possibilidade da ATUNA efetuar a aquisição dos equipamentos que seriam utilizados pelos seus associados quando realizam visitas a lugares remotos como é o caso do PARNA Jaú.

Tabela 5. Sugestão de aquisições a serem realizadas pelos barqueiros.

ITEM	Quantidade	Preço (R\$)
Holofote portátil (conhecido na região como “capivara”)	01	60,00
Bateria Selada 12v 9ah	01	87,00
Telefone satelital portátil – modelo IsatPhone Pro	01	2.092,33
Pacote de serviços para telefone satelital (serviço Pre-pago; custo anual estimado)	01	1.200,00
Maleta de primeiros socorros	01	80,00
Medicamentos de primeiros socorros	01	140,00
Total		3.659,33

Em relação à frequência, local e época das avistagens de mamíferos aquáticos, as informações fornecidas pelos barqueiros e pelas agências de turismo corroboram com os relatos de pesquisadores que trabalham no Parque, funcionários do ICMBio (R. Elise, com. pess.; M.Leitão, com.pess.) e literatura pertinente (Aubreton, 2006).

O reduzido número de agências (n=2) que realizam palestras sobre as espécies mais avistadas no Parque revela forte carência ao acesso às informações que os turistas deveriam ter durante a sua estadia na região. Para sanar essa carência, sugere-se que as informações sejam passadas para os turistas de duas formas: 1- No Centro de Visitantes da UC ou 2- Considerando as grandes distâncias percorridas durante os passeios fluviais entre um destino e outro, haveria tempo suficiente para realização de palestras sobre a temática ambiental, repassando aos turistas não apenas curiosidades comuns, mas também informações mais robustas acerca da biologia e ecologia básica da fauna e flora da região. Essas palestras também poderiam abordar normas de segurança e de conduta do turista dentro de uma UC. Um dos entrevistados informou que todos os turistas que pretendem visitar uma UC recebem via e-mail um panfleto informativo sobre as normas de uso. Uma atividade interpretativa bem estruturada promove o aumento do grau de satisfação do visitante e deve ir além ainda da questão organizacional, atingindo também a segurança dos turistas (Orams, 1993; Orams, 2000; Pereira, 2004). É primordial, portanto, que haja regras claras sobre o que é permitido ou não, e como os visitantes devem proceder; o que também é uma orientação das diretrizes dos princípios para a visitação em UCs (MMA, 2006).

O fato de que a maioria dos barqueiros e das agências de turismo acreditarem que existe espaço no mercado local para implantar a atividade turística e que todos alegaram ter interesse na atividade de avistagem de mamífero aquáticos, torna a proposta promissora, uma vez que os mesmos conhecem os interesses dos turistas que visitam a região.

Turismo comunitário no Parque do Jaú é um tema polêmico, uma vez que segundo a legislação vigente (SNUC) não deve existir propriedades privadas em parques nacionais, e no PARNA Jaú há diversos moradores. Surge então uma discussão com relação aos moradores de comunidades localizadas fora do Parque, se estes devem ser beneficiados como acontece, por exemplo, com a RESEX Unini, que permite moradores. Não obstante por se tratar de assunto complexo, é importante exemplificar que há casos de sucesso do turismo comunitário no Estado do Amazonas, como é o caso da RDS Mamirauá, onde Peralta (2005) relata que como o turismo não era uma

atividade tradicional das comunidades da área, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (uma organização social) auxiliou a implantação do projeto e promoveu a capacitação de pessoal local, para que estes pudessem, a longo prazo, assumir parte da gerência de recursos humanos e gerência de operações. Outro local que tem utilizado o turismo comunitário como uma fórmula de sucesso é a área do Xixuaú-Xiparinã (localizada na APA estadual do Baixo Rio Branco). Neste local, inclusive, o foco principal da atividade turística é a de avistagem de ariranhas. A atividade turística nessa APA começou há cerca de 10-15 anos, de forma bastante tímida; porém, há anos o turismo vem se fortalecendo e tornou-se uma das principais atividades econômicas da comunidade (E. Evangelista, com. pess.). A Comunidade Xixuaú-Xiparinã escolheu esta opção de geração de renda como uma estratégia de sobrevivência que pudesse combinar o uso sustentável dos recursos naturais e a sua preservação (de Encarnação et al., 2008). Em 2010, os moradores formaram uma cooperativa (CoopXixuaú - www.amazoniabr.org), com o intuito de fortalecer mais ainda essa atividade. Em 2011, com o auxílio da Associação Amazônica (organização não governamental e sem fins lucrativo), a CoopXixuaú (Cooperativa mista agro-extrativista do Xixuaú) foi contemplada com uma verba do Edital de Seleção Pública de Projetos do Banco da Amazônia, permitindo assim a realização de cursos de capacitação em gestão hoteleira, guia turístico e cozinheiro, para os membros da Cooperativa Xixuaú. As atividades com as ariranhas também começaram de forma tímida, porém, hoje, os turistas saem para ver ariranha várias vezes ao longo do dia (entre 7:30 e 11:30 e entre 15:00 e 18:00). O deslocamento é feito em uma canoa à remo, há distância mínima e os guias são treinados para não se aproximarem, especialmente em caso de presença de filhote (E. Evangelista, com. pess.). Não é utilizada nenhuma ferramenta para atrair os animais (playback ou alimentação) e não foi observada mudanças de comportamento e/ou alteração nas épocas de reprodução na população das ariranhas na área. É importante frisar que tanto a categoria de RDS como de APA pertencem à categoria de UCs de uso sustentável o que permite a presença de moradores no seu território. Diante do exposto, é seguro afirmar que o turismo comunitário na Amazônia pode prosperar, porém deve ser bem organizado e de preferência com a parceria de uma organização não governamental para fortalecer as ações a serem realizadas.

Quanto às informações obtidas durante as entrevistas com os proprietários dos flutuantes que já oferecem uma atividade com os botos, foi revelador constatar que os mesmos entendem e aceitam o processo de ordenamento que esta sendo realizado pelo

ICMBio. Sobre a afirmação que “ninguém é dono os bichos” (e que foi frequentemente repetida pelos turistas), esclarece-se que a legislação brasileira de Proteção à Fauna (Lei Nº 5.197, de 3 de Janeiro de 1967) os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado.

Uma questão deve ser considerada é a seleção da pessoa indicada para lidar diretamente com os animais, os alimentando e orientando o turista onde tocar no animal. Não há nenhum controle sobre a participação dessa pessoa em qualquer capacitação oferecida pelo ICMBio. É prudente que houvesse exigências sobre a capacitação dessa pessoa chave, com o intuito de desenvolver uma atividade de alto padrão, além da segurança dos turistas e o bem-estar animal.

5.2. Potencial de mercado da atividade de observação de mamíferos aquáticos no PARNA Jaú.

No que diz respeito ao potencial de mercado da atividade de observação de mamíferos aquáticos no PARNA Jaú, quando perguntado aos turistas sobre o interesse em participar de um passeio específico para ver boto-vermelho e ariranha, detectou-se grande aceitação tanto pelos turistas brasileiros como pelos estrangeiros (95% e 84% respectivamente). Quando esta análise foi refeita levando em consideração apenas os entrevistados de Novo Airão, obteve-se um resultado bastante similar, uma vez que 94% dos entrevistados afirmaram que teriam interesse em participar desse tipo de atividade. Essa distinção por localidade é importante, pois evidencia as pessoas que afirmaram que teriam interesse não o fizeram por empolgação de estar ao lado dos animais ou de ter acabado de vivenciar uma experiência única de ter tocado ou tirado foto com o boto-vermelho. Esses dados corroboram com as informações dos barqueiros e agências de turismo que acreditam na aceitação da atividade.

O perfil financeiro dos turistas brasileiros (que declararam ganhar mais que R\$ 6.000/mês) foi conforme o esperado, uma vez que o acesso à região norte é feito principalmente por via aérea, o que eleva os custos da viagem à Amazônia. No entanto, o perfil financeiro dos estrangeiros surpreendeu, uma vez que duas categorias se destacaram: a classe média e a classe sem renda nenhuma. Mesmo assim, a disposição a pagar dos turistas (entre R\$101 e R\$150 por dia, por pessoa, pelo passeio) foi satisfatória, uma vez que normalmente o tamanho dos grupos desse tipo de passeio,

conforme relatado pelos barqueiros entrevistados, é de quatro pessoas e com duração de três dias. Obtém-se assim um total de R\$1800,00 por grupo, o que é um valor bem próximo do valor cobrado atualmente pelos barqueiros que atuam na área. Contudo, os valores não financeiros, tais como conhecimento e apreciação ambiental que o turista vai poder adquirir ao longo de sua visita à UC, são importantes para a consciência ambiental deste turista que poderá se tornar um agente multiplicador de causas ambientais e da conservação da Amazônia. Além disso, os exemplos de turismo com mamíferos aquáticos no exterior aqui relatados comprovam que turistas, em geral, possuem grande interesse e curiosidade em interagir com animais silvestres (mesmo que em cativeiro), e que atividades bem estruturadas, que ofereçam segurança ao turista e que se preocupem com o bem-estar animal, são buscadas mesmo quando requerem um pagamento relativamente elevado.

Detectou-se uma discrepância quanto ao número de visitação que ocorre no Parque divulgado nos relatórios do ICMBio e o relatado pelas agências. Segundo analistas do ICMBio, os dados relatados são provenientes das autorizações concedidas. Contudo, as autorizações são expedidas em duas vias (ficando uma no ICMBio e outra com a agência) e é conferida no momento de entrada dos visitantes. No entanto, ao pedir a autorização de acesso ao parque não é obrigado utilizar a razão social da empresa, portanto é comum que o nome do requerente seja uma pessoa física (que no caso não é o turista) dificultando assim rastrear quais empresas de fato levaram turistas ao Parque. Diante disso, é difícil prever qual será a demanda real da atividade proposta, mas essa lacuna não deverá interferir na implantação e operação da mesma.

Em relação à destinação dos recursos arrecadados por meio de visitação, segundo um estudo realizado em um parque nacional na Indonésia (Walpole et al., 2001), visitantes estariam dispostos a pagar mais se o rendimento gerado fosse utilizado para o benefício da área visitada. Vale a pena lembrar, que benefícios na economia local também são esperados quando a visitação no parque aumenta, podendo assim proporcionar um aumento na geração de renda local devido à ampliação nos serviços de alimentação e hospedagem no município de Novo Airão, além de venda de artesanato local.

5.3. Elaboração de uma atividade turística com Mamíferos Aquáticos no PARNA Jaú

Com base em informações científicas, diretrizes da literatura e dados do presente, sugere-se que as seguintes medidas sejam tomadas ao programar uma atividade turística com mamíferos aquáticos da Amazônia:

I. O boto-vermelho (*Inia geoffrensis*)

Baseando-se na Proposta de Ordenamento do Turismo com Botos no Parque Nacional de Anavilhanas (ICMBio, 2010a; ICMBio, 2010b; Anexo V), elaborada pelo GT de Ordenamento do Turismo com Botos, é importante ressaltar questões relacionadas à observação a partir de flutuantes nos seguintes itens: localização do flutuante, normas de segurança, local de acesso aos animais, distância mínima entre os flutuantes que realizam atividade com botos, horário e período de funcionamento, sistema de cobrança junto aos turistas, outras atividades permitidas no local e tratamento de efluentes na área.

O turismo pode prejudicar os animais selvagens na medida em que pode afetar hábitos de alimentação e perturbar padrões de reprodução; por outro lado, pode ser benéfico para a vida selvagem quando lhe confere um valor econômico, o que oferece motivação para sua conservação (Dias, 2003).

Os procedimentos e regras para a interação devem ser transmitidos aos turistas antes que eles cheguem à plataforma de interação (Sabino & Andrade, 2003). Sugere-se que se faça uma simulação de como os turistas devem proceder e que se explique o que pode ocorrer caso não cumpram o procedimento adequado (Romagnoli et al., 2011).

II. A ariranha (*Pteronura brasiliensis*)

Para garantir a presença dos animais no Parque após a implantação da atividade turística de avistagem de ariranhas, é necessário definir bem um zoneamento do uso da área ao longo do ano. Há uma grande necessidade de um manejo bem planejado, uma vez que segundo Hajek & Groenendijk (2006), com o aumento do transporte motorizado, as ariranhas normalmente reagem com certo pânico, fugindo para a floresta para evitar aproximação com o barco. Os mesmos autores relatam um exemplo que ocorreu em uma área localizada na Reserva da Biosfera do Manu, no Peru, onde nos primeiros 200 quilômetros da reserva, na área da Boca do Manu e da comunidade de Tayakome, o trecho do rio era regularmente usado por voadeiras com motor de 55HP.

Nestes 200 quilômetros não foi encontrada nenhuma toca permanente de ariranha (Groenendijk et al., 2000). No entanto, navegando rio acima da comunidade nativa de Tayakome, onde não há transporte motorizado, vários grupos de ariranha utilizam a área de forma permanente. Como não houve mudanças significativas nos parâmetros físicos ou ecológicos no rio Manu, os autores presumiram que esta diferença quanto à presença dos animais deve-se unicamente ao de transporte motorizado naquele trecho do rio.

Outra preocupação é a época de reprodução da espécie. Schenck (1999) relatou no seu estudo na Reserva do Manu duas ninhadas completas foram perdidas devido a distúrbios induzidos por atividades turísticas. Isso pode ocorrer quando os turistas se aproximam das tocas que contém filhotes, causando assim um grande estresse ao grupo, que acaba por abandonar a toca em busca de outro abrigo considerado mais seguro. O sucesso da transferência dos filhotes entre tocas depende não somente da idade dos filhotes, mas também da maturidade dos demais membros do grupo, na habilidade de se organizar para garantir uma alta porcentagem de sobrevivência dos animais (Rosas et al., 2009).

Para que o manejo turístico seja adequado, todos os envolvidos (barqueiros, guias e funcionários do Parque) devem ser treinados e qualificados por especialistas, para que mudanças mínimas no comportamento dos indivíduos ou do ambiente sejam detectadas, como por exemplo, quando da suspeita da presença de filhotes na toca, interditar aquela área para visitação turística. No caso do PARNA Jaú, os seguintes atores deverão ser abrangidos: os guias turísticos, funcionários do Instituto Chico Mendes (ICMBio; gestor e analistas ambientais), os comunitários envolvidos (caso haja) e, por último, os próprios turistas. No caso dos guias turísticos, sua capacitação deve conter palestras acerca da ecologia, biologia e comportamento da espécie. As palestras têm o objetivo de passar informações com base científica para os guias, permitindo assim que as informações repassadas para os turistas sejam corretas e adequadas. Seria oportuno contatar organizações não governamentais do ramo ambiental, mais especificamente aquelas em que sua área de atuação envolva os mamíferos aquáticos da Amazônia, para que auxiliem na capacitação supracitada, visando assim envolver também membros da sociedade civil.

No Peru, as medidas de manejo turístico com ariranha incluem coleta de informação e capacitação, construção de pontos fixos de observação, controle de barcos (pelos guarda parques), e zoneamento da área (Fig. 32). Segundo Hajek & Groenendijk

(2006), o processo de implantação do manejo turístico no Manu começou em 1996; porém, entre os anos de 1990 e 1996 no Lago Sandoval, que é de primordial importância para a reprodução da espécie, ocorreu uma situação crítica, pois o grupo de ariranhas que ali habitava, teve apenas uma ninhada com êxito ao longo desses seis anos com nascimentos no período de chuva o que não é considerado um período normal de nascimentos para a espécie. Em 1995, estabeleceu-se uma área de refúgio em uma parte do lago, mas não foi bem-sucedido devido, entre outros fatores, da falta de cooperação das empresas turísticas. Em 1996, os gestores do parque estabeleceram que apenas um barco poderia ser utilizado em cada lago simultaneamente e este seria revezado entre as empresas turísticas, podendo ser utilizado no máximo por duas horas. Os gestores também alertaram os guias para que cumprissem com as normas adequadas para a conservação da fauna, pois caso contrário, sofreriam as sanções legalmente previstas. A situação para as ariranhas melhorou notavelmente, voltando a se reproduzir com sucesso. Além disso, os animais demonstram maior tolerância à presença da embarcação. Os mesmos atores afirmam que as operadoras de turismo reconhecem que há melhoria na qualidade do passeio e das observações realizadas pelos turistas.



Figura 32. Turistas observando ariranhas a partir de um ponto fixo (torre na direita ou plataforma à esquerda) no Parque Nacional do Manu, Peru. Ariranhas indicadas em vermelho (Foto: Frank Hajek).

É importante salientar que nos lugares pesquisados (Xixuau/RR, Manu/Peru e Pantanal) em nenhum deles é permitido alimentar as ariranhas ou utilizar o método de

“play-back” para atrair os animais. O encontro com os animais depende unicamente da sorte dos turistas de estarem no local na hora da visita.

III. Limite de Modificações Aceitáveis (LMA)

De acordo com um guia publicado pela IUCN, Orientações para Uso Público e Mensuração em Parques e Áreas Protegidas, todos os gestores necessitam de dados quantitativos sobre como a visitação impacta o parque ou a área protegida e de dados qualitativos sobre como a área do parque ou área protegida impacta o visitante (Hornback & Eagles, 1999). Instalações de apoio e ações de gestão de uso público podem ser projetados para proteger os valores patrimoniais dos impactos inaceitáveis (McCool, 2006). E de acordo com Diedrich et al. (2011) as seguintes etapas devem ser seguidas: 1) Definição de objetivo de gestão; 2) Definição de padrões LMA; 3) Identificação dos indicadores e 4) Definição das opções de gestão para a manter os padrões do LMA. O desenvolvimento de indicadores e um processo de acompanhamento são essenciais para garantir que as experiências desejadas estejam sendo atingidas (McCool, 2006). É imprescindível que vários atores (de esferas e conhecimentos distintos; porem relevantes à atividade, tais como, biólogos e especialistas em mamíferos aquáticos, turismólogos e gestores da UCs em questão) participem de todo o processo, mas em especial da identificação dos indicadores, que serão essenciais para o sucesso do método empregado. Quando possível, é importante utilizar dados pretéritos, coletados anteriormente à instalação de um produto turístico ou qualquer atividade antropogênica no parque. No caso das ariranhas no Parque Nacional do Jaú, foi realizado um estudo sobre a presença da espécie (Silva, 2010; Silva & Rosas, em prep.) que poderá auxiliar no processo de implantação do LMA.

Orams (2000) ao questionar turistas praticantes de *whale watching* na Austrália sobre “o que tornaria sua experiência mais agradável”, encontrou com frequência a resposta “menor número de pessoas” e “mais espaço”. As duas respostas estão relacionadas, já que quanto mais pessoas, maior será o espaço necessário para recebê-las. Esta preocupação também foi citada pelos turistas de Novo Airão (Romagnoli, 2010). Segundo Grahn (2004), controlar o número de visitantes é um dos modos mais comuns de minimizar impactos em locais frágeis. Esses detalhes certamente deverão ser avaliados para que esta atividade turística seja adequada, visando sempre em primeiro lugar o bem-estar animal e a segurança de todos os envolvidos, no intuito de oferecer uma experiência única e inesquecível com esses animais endêmicos à Amazônia.

Romagnoli (2010) indagou junto aos turistas de Novo Airão sobre o que eles não gostaram durante a visita, o que em outras palavras significa abordar quais as melhorias que poderiam ser feitas para garantir maior satisfação dos mesmos. As respostas obtidas foram as seguintes: “falta infraestrutura para receber turistas”, “sujeira do flutuante”, “não há controle do número de pessoas por vez na água”, e “mais espaço”. Em uma pesquisa de *whale watching* na Austrália, Orams (2000) obteve resultados bastante semelhantes. Essas respostas podem ser resumidas em uma única palavra: organização. É imprescindível que o ambiente seja organizado (respeitando os turistas e os animais) e limpo.

IV. Modo de operação: concessão, permissão ou autorização?

A visitação em unidades de conservação é uma forma de aproximar a sociedade e despertar o seu interesse sobre a conservação da natureza, pois é uma oportunidade para a recreação e o aprendizado em contato com a natureza (MMA, 2011). Esse tipo de turismo é capaz de dinamizar as economias locais e incrementar os recursos financeiros para a manutenção de unidades de conservação. Em 88,3% da área total protegida por UC são permitidas diversas atividades passíveis de gerar efeitos positivos imediatos à economia regional, dentre as quais, destaca-se o turismo (MMA, 2011).

Seguindo as diretrizes do MMA (2006), para realizar prestação de serviços de apoio à visitação, se deve considerar diferentes modalidades de prestação de serviços públicos, tais como: concessão, permissão e autorização. No Parque Nacional de Galápagos (Equador), por exemplo, optou-se por operar em uma modalidade de autorização onde todos os grupos devem viajar acompanhados por um guia e todos os guias devem passar por um treinamento para obter uma licença para trabalhar no Parque (Drumm e Moore, 2002). No Brasil, o mesmo procedimento é adquirido no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). O acesso ao PNLM propriamente dito só pode ser feito com veículos off-road que resistem às condições adversas da região (Fernandes-Pinto et al., 2007). Diante disso, visando garantir a qualidade da atividade, em 2004, o IBAMA percebeu a importância de realizar um cadastramento das pessoas e empresas que atuam no PNLM, e após capacitações, credenciar somente aqueles adequados para atividades dentro da UC. Porém, somente em 2010 foi publicada a Portaria N^o- 63, de 9 de Agosto de 2010 que define critérios para credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes e transporte em veículo tracionado, com fins turísticos, no Parque. Nessa mesma Portaria, no Artigo 36,

ainda ficou estabelecido que os proprietários dos veículos deverão adquirir previamente os ingressos correspondentes ao número de passageiros a serem transportados a cada passeio, devendo recolher o valor devido ao Instituto Chico Mendes ou empresa por ele autorizada.

Após examinar o modelo acima, acredita-se que um modelo semelhante, onde deverá haver um processo de cadastramento e credenciamento para poder usufruir da atividade proposta junto aos mamíferos aquáticos no PARNA Jaú deverá ser seguido. A autorização é basicamente um processo de licenciamento atrelado a determinadas condicionantes de operação e não é competitivo. Ou seja, durante os eventos de credenciamento de prestadores de serviços, todos os que cumprirem os requisitos serão licenciados.

Esta etapa do processo de ordenamento tem por finalidade conhecer os prestadores de serviço que trabalham na UC, caracterizar o perfil deste segmento e embasar estratégias de planejamento, decisões administrativas de gestão da unidade e contribuir para o planejamento de eventos de capacitação e dos cursos de formação de monitores ambientais (Fernandes-Pinto et al., 2007).

V. Interpretação ambiental:

Seguindo as diretrizes do MMA (2006), é importante que a interpretação ambiental seja aproveitada para fortalecer a compreensão dos visitantes sobre a importância da existência da UC e da preservação ambiental, informando como podem minimizar os seus impactos negativos. Além disso, é importante utilizar diversas técnicas de interpretação ambiental que imprescindivelmente sejam fundamentadas em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local. É essencial que a linguagem empregada seja de fácil compreensão aos visitantes.

Um plano/guia de interpretação ambiental para as atividades de avistagem dos mamíferos aquáticos deverá ser desenvolvido e deverá abordar informações simples, porém com embasamento científico a respeito das espécies que serão utilizadas (boto-vermelho, ariranha e podendo também incluir o tucuxi) e sobre o parque em si. Várias ferramentas de interpretação ambiental deverão ser usadas com o intuito de oferecer uma boa diversificação de produtos garantindo, assim o interesse contínuo dos turistas, sem que os mesmos fiquem entediados com as informações repassadas (video, cartazes e *folders*). Centros de Interpretação da Natureza ou Centro de Visitantes são espaços destinados a apresentar as características de uma unidade de conservação ou de áreas

naturais para o público em geral. Por meio de museus, salas de projeção, visitas guiadas, painéis ou folhetos explicativos, o visitante pode ser informado sobre vários aspectos biológicos, geológicos, históricos ou socioeconômicos da região (Ceballos-Lascuráin, 2001). Conforme anunciado pelo Programa “Parques da Copa”, o Parque do Jaú receberá recursos para instituir um centro de visitação, onde o material em questão poderá ser exposto e apresentado. Os idiomas utilizados devem ser português e inglês, visando assim contemplar os turistas nacionais e estrangeiros. Uma parceria com ONGs especializadas pode auxiliar na elaboração deste material.

Em sua pesquisa, Romagnoli (2010) identificou uma grande lacuna de conhecimento por parte dos turistas. Muitos deles gostariam de contribuir de alguma forma com a preservação ambiental e com a conservação das espécies, porém, em nenhum momento ao longo da sua visita foram informados como poderiam fazer isto. Essa informação também poderá ser passada para os interessados, de forma estritamente voluntária, ao longo de sua visita, uma vez que naquele momento estão mais susceptíveis à causa e à importância da preservação. Essa ação é importante e poderá recrutar pessoas que não poderiam ser alcançadas se não naquela ocasião por residirem longe do Parque. Além disso, dependendo do grau de comprometimento e do modo como o turista optar por ajudar, essa ajuda pode ser a longo prazo e não apenas uma ação pontual. Turistas que mais se identificarem com a causa ambiental poderão se engajar em um programa de doações mensais/anuais para uma ONG atuante na causa ambiental ou em pesquisas com essas espécies. Além de ajuda financeira, também poderão receber notícias do tipo *NewsLetter* via internet, serem contactados para assinar abaixo-assinados relevantes à causa, entre outras ações.

Orams (1998) relata em seu estudo realizado em Tangalooma (um *resort* turístico no sudeste de Queensland, Austrália) com golfinhos nariz-de-garrafa, que naquele local os turistas tinham a opção de participar ou não de um programa educativo antes de interagir com os animais. Após a atividade, a grande maioria dos participantes (independente de terem ou não participado do programa educativo) expressou uma vontade de mudar sua conduta ambiental e tornar-se mais “ambientalmente responsável”. Porém, os turistas que não participaram do programa educativo, não colocaram em prática essa vontade, enquanto que muitos dos outros turistas passaram a integrar grupos relacionados à conservação do meio ambiente. Em longo prazo, essas mudanças de comportamento são o que de fato auxiliam nosso caminhar para ambientes naturais mais saudáveis. Com isso, o autor concluiu que experiências turísticas deste

tipo, sem um programa educativo estruturado, não tendem a produzir mudanças no comportamento dos turistas, ao passo que um programa educativo pode tornar os visitantes mais responsáveis ambientalmente. A mudança de atitude é um processo lento, porém ao atingir a meta de tornar um turista mais “ecologicamente consciente”, espera-se que este agirá de forma consciente em seus próximos destinos, também garantindo assim a preservação não apenas do seu destino atual, mas também dos próximos. Segundo Figueiredo (2000, *apud* Romagnoli, 2010), o processo educativo é de fundamental importância para o desenvolvimento individual e coletivo, na busca de uma formação integral e crítica em relação às questões ambientais, especialmente as voltadas ao turismo, como será o caso do Parque Nacional do Jaú.

Pereira (2004) diferencia o trabalho de um guia tradicional do de um guia intérprete: o primeiro oferece informação generalizada, data e fatos e sua principal responsabilidade não é a interpretação nem provocar mudanças de atitudes nos turistas. O segundo tem como principal tarefa sensibilizar e fornecer aprendizagem que possa originar fortes laços entre visitante e visitado, por meio de uma experiência positiva e rica e utilizando linguagem simples. Ele deve exercer o papel de líder; educador, anfitrião (ele é o elo entre visitante e o local visitado); animador e agente de conservação, com a função de ajudar o visitante a entender causa e efeito de certas ações e dar exemplos de como se pode contribuir para a conservação. Em um programa de ecoturismo realizado em uma área protegida com espécies endêmicas e ameaçadas de extinção é evidente que a formação dos guias será a da segunda opção visando assim despertar o interesse ambiental e aumentando a consciência ambiental dos turistas. Além disso, seria válido avaliar a possibilidade de haver um turismólogo na equipe do Parque de forma permanente auxiliando os guias no repasse de informações aos turistas.

VI. Divulgação da atividade

É importante frisar que, de acordo com a Lei Federal No. 9985 de 2000 (SNUC), para a divulgação de qualquer Unidade de Conservação é necessário obter prévia autorização do órgão responsável. Dito isso, será necessário montar um plano de ações de divulgação e marketing para divulgar a atividade turística aqui proposta e o Parque em si. Entre as quais proponho:

- A participação em feiras de turismo nacionais e internacionais. Esta estratégia de divulgação foi primordial para o empreendimento da Pousada Uacari, na RDS Mamirauá (Aubreton, 2006).
- Internet: É indiscutível a importância que o Parque tenha um *site* na internet, que sirva de ferramenta, não apenas para divulgação do Parque em si e seus produtos turísticos, mas também que sirva de referência para pesquisa sobre o bioma amazônico no qual ele está localizado. Deve ser um site interativo, cujo o objetivo seja ensinar de forma lúdica noções básicas de biologia, ecologia e preservação ambiental. A relação custo benefício de um site bem organizado é hoje indiscutível pois proporcionaria uma abrangência infinitamente do PARNA Jaú infinitamente maior.
- Video institucional: O vídeo institucional é uma ferramenta de comunicação para divulgar uma empresa, uma marca ou uma localidade. Com a popularização de sites na internet, que gratuitamente permitem que usuários disponibilizem e compartilhem vídeos, tais como YouTube, é de grande interesse que o Parque tenha um vídeo para melhor divulgar suas belezas naturais e espécies encantadoras. Aproveitando os recursos do programa de Parques da Copa, o governo brasileiro deveria realizar campanhas de cunho turístico acerca das belezas naturais oferecidas nas UCs no país. Poderia assim, produzir um vídeo mais abrangente sobre várias UCs e outros vídeos mais específicos para cada Unidade. O custo inicial é alto mas o retorno é compensatório, e a facilidade em divulgar os vídeos é indiscutível na era da internet e das redes sociais.
- Panfletos e cartazes: Estas ferramentas de divulgação devem estar amplamente disponíveis nas redes hoteleiras e agências de turismo do estado do Amazonas e nos aeroportos como por exemplo o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. O Governo do Estado do Amazonas tem investido na divulgação de pontos turísticos culturais do Estado e com a finalidade de divulgar melhor esse tipo de atrações, disponibilizou nos hotéis de Manaus mini *stands* com mini *folders* (tamanho 22,0x9,0 cm quando aberto e 5,5x9,0cm quando fechado), com inúmeras atrações (mais de 30), o que é um modo criativo de realizar tal divulgação (Fig. 33; Anexo VII). O mesmo estilo poderia ser seguido com a temática de “atrações verdes” divulgando as diversas atrações de ecoturismo disponíveis no Estado.



Figura 33. Mini stand de divulgação de pontos turísticos culturais do Estado com mini folders.

6. CONCLUSÃO

De acordo com as informações obtidas neste estudo, utilizando entrevistas com turistas da região e turistas que participaram de atividades com golfinhos em outros países, barqueiros e guias e representantes do trade turístico, além da literatura pertinente ao assunto, conclui-se que o estabelecimento de uma atividade turística com mamíferos aquáticos (especificamente boto-vermelho e ariranha) no Parque Nacional do Jaú é viável, uma vez que há grande aceitação por parte dos turistas, dos barqueiros, das agências do turismo e da gestora do Parque.

Foi elaborados um conjunto de ações norteadoras para a implantação da atividade de avistagens com boto-vermelho e ariranha no PARNA Jaú, dentro as quais destacaram-se: (a) em relação a atividade com o boto-vermelho é importante observar a localização do flutuante, normas de segurança, local de acesso aos animais, distância mínima entre os flutuantes que realizam a atividade com botos, horários de funcionamento, sistema de cobrança junto aos turistas e tratamento de efluentes na área; (b) com relação à ariranha, sugere-se que seja implementado um zoneamento bem definido quanto ao uso da área ao longo do ano, em especial em época reprodutiva; não se deve alimentar os animais e, caso o Parque receba os recursos provenientes do Programa da Copa, sugere-se a construção de plataformas para avistagem dos animais; (c) em relação ao LMA: sugere-se que haja monitoramento dos animais para assegurar que a atividade turística não tenha nenhum impacto negativo sobre o eles e seu habitats; (d) modo de operação: estabelecer um processo de cadastramento e credenciamento para trabalhar nessa atividade; (e) interpretação ambiental: deverão ser utilizados video, cartazes e *folders* em português e inglês, abordando normas de segurança das atividades e curiosidades a cerca das espécies, visando satisfazer o interesse contínuo dos turistas; e (e) divulgação da atividade: sugere-se participação em feiras de turismo nacionais e internacionais, um site interativo e um vídeo institucional que ressalte as belezas do Parque. Espera-se que esta lista contribua para aumentar a eficiência da utilização dos recursos esperados pelo programa Parques da Copa. Além disso, almeja-se que a nova atividade, uma vez implantada, aumente a demanda de visitas do Parque nacional do Jaú.

O sucesso dessa atividade também depende de vários atores: os turistas (por se interessarem na atividade e estarem dispostos a pagar por ela), as operadoras de turismo e barqueiros (em oferecê-la e divulgá-la, e em cumprir as sugestões recomendadas), e as

autoridades (em auxiliar na implantação, fiscalização e divulgação). Sugere-se que seja instituído um Grupo de Trabalho relacionado à temática do turismo no Jaú e/ou no Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro visando fiscalizar e aprimorar o atendimento aos turistas. É de suma importância que haja consenso entre todos os atores para garantir que a segurança do turista e o bem-estar animal prevaleçam, podendo se tornar uma atividade turística única na Amazônia, atraindo turistas de diversos países e de diversas regiões do Brasil.

Sendo assim, para iniciar a atividade ecoturística com boto-vermelho e ariranha no Parque Nacional do Jaú, é necessário que o ICMBio, na sua função de gestor do Parque, busque parceiros para executar a atividade, que poderá aumentar a oferta de atrações do PARNA e logo a sua visitação, conseqüentemente, elevando a consciência ambiental dos visitantes. Uma vez que a atividade esteja consolidada, as espécies envolvidas poderão se beneficiar dessa poderosa ferramenta de conservação chamada ecoturismo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, R. 2010. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*. 87:97-113.

Amazonas. 1999. Diagnóstico e análise do pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas. Belém: MMA/ Secretaria de Coordenação da Amazônia/ Programa de ações estratégicas para a Amazônia brasileira. 359 pp.

AmazonasTur. 2011. Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas 2003/2011. Relatório Interno da Empresa Estadual de Turismo. Manaus. 40pp.

Araujo, M.A.R. 2007. Unidade de Conservação: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte, SEGRAC. 271pp.

Aubreton, T. 2002. Plano de Uso Público para o Parque Nacional do Jaú. Manaus: Ibama/MMA PROECOTUR. 220pp.

Aubreton, T. 2006. Estudos técnicos para as atividades turísticas no Parque Nacional do Jaú. Manaus. 133pp.

Badialli, J.E.L. 2004. O reverso do postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 115 pp.

Badialli, J.E.L.; Ribeiro, D.J. 2003. O reverso do postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1(2):181-193.

Barezani, C.P. 2005. Conhecimento local sobre o boto-vermelho, *Inia geoffrensis* (de Blainville, 1817), no baixo rio Negro e um estudo de caso de suas interações com humanos. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 75 pp.

Beltran-Pedrerros, S.; de Soza, A.L. 2010. Uso do boto (*Inia geoffrensis*) como isca para pesca de piracatinga em Manacapuru, AM. XIV Reunião de Trabalho de Especialistas em Mamíferos Aquáticos da América do Sul. Florianópolis, SC.

Best, R. C.; da Silva, V. M. F. 1989. Biology, status and conservation of *Inia geoffrensis* in the Amazon and Orinoco river basin. In: Perrin, W. F.; Brownell, R. L.; Kaiya, Z.; Jionkang, L. (Eds). *Biology and conservation of the river dolphins*. Occasional Papers of the of the IUCN Species Survival Comission (SSC). 23-34pp.

Boni, V.; Quaresma, S.J. 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. 2(1): 68-80.

Borges, S. H.; Durigan, C. C.; Pinheiro, M. R.; Camargo, J. L. C.; Murchie, A. 2004. Planejando o estudo da biodiversidade na Amazônia brasileira: Uma experiência no Parque Nacional do Jaú. In: Borges, S. H.; Iwanaga, S.; Durigan, C. C.; Pinheiro, M. R. *Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia*. Fundação Vitória Amazônica, Manaus. 3-18pp.

Cantagallo, N.P.; Kuwahara, M.Y. 2009. As Possibilidades do Ecoturismo em Parelheiros: Percepção Ambiental e Disposição a Pagar pela Não Degradação. Revista Jovens Pesquisadores. VI (10): 25-45.

Carter, S.K.; Rosas, F.C.W. 1997. Biology and Conservation of the Giant Otter, *Pteronura brasiliensis*. *Mammal Review*, 27 (1): 1-26.

Ceballos-lascuráin, H. 2001. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3ªed. São Paulo: SENAC.

Comissão Internacional da Baleia (CIB). 2012. <
<http://www.iwcoffice.org/whalewatching>> Whale watching. Acessado em
11maio2012.

Cardozo, J.B. 2009. Turismo, Imagem e Promoção. Monografia de Bacharelado em Turismo
Universidade Luterana do Brasil, Torres/RS, Brasil. 56pp.

da Silva, V. M. F. 1990. Botos, mitológicos hóspedes da Amazônia. *Ciência Hoje*, 11 (64): 14-18.

da Silva, V. M. F.; Best, R. C. 1986. Pink dolphins in the Amazon. *Whalewatcher*, 20 (3): 14-16.

da Silva, V. M. F.; Martin, A. R. 2007. Impact of Human Activities upon two species of dolphins in Amazonian flooded forest, Brazil. Abstract. 17th Biennial Conference on the Biology of Marine Mammals. University of Pretoria; 1:1-215.

de Encarnação, P.L.; Evangelista, E.; Souza, L.A. 2008. Xixuau-Xiparina: Uma experiência de turismo comunitário como estratégia de proteção ambiental. I Congresso de Ecoturismo da Amazônia: "Conflitos, Possibilidades e sustentabilidade do ecoturismo em unidades de conservação na Amazônia". Universidade Federal do Amazonas.

de Sá Alves, L.C.P; Andriolo, A.; Orams, M.B. 2009. Feeding amazonian boto (*Inia geoffrensis*) as a tourism attraction. A path toward tragedy? Abstract. 6th International Congress on Coastal and Marine Tourism. Nelson Mandela Bay, South Africa; 53: 23 – 26.

Dias, R. 2003. Turismo sustentável e meio ambiente. Ed. Atlas. São Paulo. 208 pp.

Diedrich . A.; Huguet, P.B.; Subirana, J.T. 2011. Methodology for applying the Limits of Acceptable Change process to the management of recreational boating in the Balearic Islands, Spain (Western Mediterranean). *Ocean & Coastal Management* 54: 341-351.

Ditt, E. H.; Mantovani, W.; Valladares-Padua, C.; Bassi, C. 2004. Entrevistas e aplicação de questionários e trabalhos de conservação. In: Cullen Jr.; Rudran, R.; Valladares-Padua, C. (Orgs). *Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre*. Curitiba. Ed. da UFPR, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 631-646pp.

Drumm, A.; Moore, A. 2002. *Desenvolvimento do Ecoturismo: Um Manual para Profissionais de Conservação*. The Nature Conservancy. Arlington, Virginia, EUA. 1:100 pp.

Duplaix, N. 1980. Observations on the ecology and behaviour of the giant otter *Pteronura brasiliensis* in Suriname. *Revue Ecologique (Terre Vie)*, 34: 495-620.

Fernandes-Pinto, E.; Fukuda, J.C.; de Andrade, J.C.S.; Camargos. M.C. 2007. Como ordenar a visitação em uma unidade de conservação já amplamente divulgada? O caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. *Anais do IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/VIº Congresso Nacional de Ecoturismo*. Itatiaia/RJ.

Figueiredo, L. A. V. 2000. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: Rodrigues, A. B. (Org). *Turismo e ambiente- Reflexões e propostas*. Ed. Hucitec, São Paulo. p.55-66. Apud Romagnoli, F.C. 2010. *Interpretação ambiental e envolvimento comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, Inia geoffrensis*. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade do Amazonas, Manaus. 133 pp.

Filla, G.F. 2008. Monitoramento das interações entre o boto-cinza, *Sotalia guianensis* (van Bénédén, 1864), e atividades de turismo no Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia, litoral sul do Estado de São Paulo. Dissertação de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brazil, 159pp.

Grahn, A. 2004. Administração de visitantes em Unidades de Conservação. In: Nelson, S. P.; Pereira, E. M. (Orgs). Ecoturismo (práticas para um turismo sustentável). Ed. Valer, Manaus, AM. 103-135 pp.

Gravena, W.; Hrbek, T.; da Silva, V. M. F.; Farias, I. P. 2008. Amazon river dolphin Love fetishes: from folklore to molecular forensics. *Marine Mammal Science*, 24 (4): 969-978.

Groenendijk, J.; Hayek, F.; Duplaix, N.; Reuther, C.; Van Damme, P.; Schenck, C.; Staib, E.; Wallace, R.; Waldemarin, H.; Notin, R.; Marmontel, M.; Rosas, F.C.W.; de Mattos, G.E.; Evangelista, E.; Utreras, V.; Lasso, G.; Jacques, H.; Matos, K.; Roopsind, I.; Botello, J.C. 2005. Surveying and monitoring distribution and population trends of the giant otter (*Pteronura brasiliensis*) - Guidelines for a standardization of survey methods as recommended by the Giant Otter Section of the IUCN/SSC Otter Specialist Group. *Habitat*, 16:100 pp.

Groenendijk, J.; Hajek, F.; Isola, S.; Schenck, C. 2000. Giant Otter Project in Peru: Field Trip and Activity Report, 1999. *IUCN Otter Spec.Group Bull.* 17(1): 34 - 45.

Hajek, F e Groenengijk, J. 2006. Lobos de río Madre de Dios. Ayuda para la Vida Silvestre Amenazada - Sociedad Zoológica de Francfort Perú. Lima. 160pp.

Groom, M.J.; Podolsky, R.O.; Munn, C.A. 1991. Tourism as a Sustained Use of Wildlife: A Case Study of Madre de Dios, Southeastern Peru. In: *Neotropical Wildlife Use and Conservation*. Edited by John G. Robinson and Kent H. Redford. apud Oram, M.B. 2001. Types of Ecotourism. In: *The Encyclopedia of Ecotourism*. Weaver, D.B. (Ed.). CABI Publishing. London, UK. 23-36 pp.

Goldenberg, M. 2004. A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Ed. Record, Rio de Janeiro, RJ. 108 pp.

Hornback, K.; Eagles, P. 1999. Guidelines for Public Use Measurement and Reporting at Parks and Protected Areas. First Edition. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 90 pp.

Hoyt, E. 2002. "Whale Watching". In: *Encyclopedia of Marine Mammals* (Perrin, W.F., B. Würsig & J.G.M. Thewissen, eds.) Academic Press, San Diego, CA. 1305-1310 pp.

IBAMA,X2008.<<http://www.ibama.gov.br/fauna/downloads/lista%20spp.pdf>>.

Acessado em **15 fevereiro 2011**.

ICMBio. 2010a. Proposta de ordenamento do turismo com botos na Amazônia. Novo Airão/AM: Parque Nacional de Anavilhanas e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - Cepam.

ICMBio. 2010b. Plano de ação sobre a proposta de ordenamento do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas. Novo Airão/AM: Parque Nacional de Anavilhanas e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - Cepam.

ICMBio, 2011. Dados de Visitação do Parque Nacional do Jaú - 2006 a 2011. Relatório do Ministério do Meio Ambiente. 22 pp.

IUCN, 2010. IUCN Red List of Threatened Species. Version 2010.4. <www.iucnredlist.org>. Acessado em **15 fevereiro 2011**.

International Whaling Commission. 1994. Chairman's report of the Forty-Fifth Annual Meeting. Appendix 9. IWC resolution on whalewatching. Reports of the International Whaling Commission, 44: 33-34.

Kinker, S. 2002. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Ed. Papirus, Campinas,SP. Papirus Editora. Coleção Turismo. 224 pp.

Loch, C.; Marmontel, M.; Simões-Lopes, P.C. 2009. Conflicts with fisheries and intentional killing of freshwater dolphins (Cetacea: Odontoceti) in the western Brazilian Amazon. *Biodivers. Conserv.* 18: 3979-3988.

Malta. R. R.; Costa, N. M. C. 2009. Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a visitação no Parque Nacional da Tijuca - RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo. 2(3): 273- 294.

Martin, A.R.; da Silva; V.M.F. 2004. River dolphins and flooded Forest: seasonal habitat use and sexual segregation of botos (*Inia geoffrensis*) in an extreme cetacean environment. *J. Zoo. Lond.*, 263: 295-305.

McCool, S.F. 2006. Managing for visitor experiences in protected areas: promising opportunities and fundamental challenges. *The international journal for protected area managers. World Commission on Protected Areas (WCPA)/ IUCN.* 16(2):3-9.

MMA. 2006. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidades e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA. 61 pp.

MMA, 2009. Portaria N° 365, de 7 de outubro de 2009. Estabelece a tabela de preço de serviços administrativos, técnicos e outros prestados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

MMA. 2011. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro / Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo; Organizadores. – Brasília: MMA, 2011. 220 pp.

Nelson, S.P.; Pereira, E.M. 2004. Ecoturismo: práticas para um turismo sustentável. Nelson, S.P.;Pereira, E.M. (Orgs). Ed. Valer, Manaus, Amazonas. 426 pp.

Neil, D.; Orams, M.; Baglioni, A. 1999. Effect of previous whale watching experience on participants knowledge of, and response to, whales and whale watching. <www.tangalooma.com>. Acessado em **18 julho 2012**.

Organização Mundial de Turismo (OMT). 1995. *Concepts, Definitions and Clasifications for Tourism Statistics: a Technical Manual*, Madrid.

Organização Mundial de Turismo (OMT). 2012. Tourism Trends and Marketing Strategies UNWTO . <<http://mkt.unwto.org/>>. Acessado em **14julho2012**.

Orams, M. B. 1993. The role of education in managing marine wildlife - tourist interaction. National MESA Conference- Papers. < www.tangalooma.com>. Acessado em **10fevereiro2011**.

Orams, M.B. 1998. Marine Tourism: Development, Impacts and Management. Ed. Routledge. 199pp.

Orams, M.B. 2000. Tourists getting closer to whales, is it what whale-watching is all about? *Tourism Management*. 21: 561-569.

Pereira, E. M. 2004. Interpretação: valor adicional no turismo sustentável. In: Nelson, S. P.; Pereira, E. M. (Orgs). Ecoturismo (práticas para um turismo sustentável). Ed. Valer, Manaus. 139-178 pp.

Peralta, N.B. 2005. 2005. Os Ecoturistas estão Chegando. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 204 pp.

Reeves, R. R.; Smith, B. D.; Crespo, E. A.; di Sciara, G. N. 2003. Dolphins, whales and porpoises: 2002-2010 Conservation Action Plan for the World's Cetaceans. IUCN/SSC Cetacean Specialist Group. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 139 pp.

Reynolds, P. C.; Braithwaite, D. 2001. Towards a conceptual framework for wildlife tourism. *Tourism Management*, 22:31-40.

Romagnoli, F.C. 2010. Interpretação ambiental e envolvimento comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis*. Dissertação de

Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade do Amazonas, Manaus. 133 pp.

Romagnoli, F.C.; Silva, V.M.F; Nelson, S.P.; Shepard-Jr, G.H. 2011. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*): como trilhar o caminho do ecoturismo? *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo. 4(3): 463-480.

Rosas, F.C.W. 2004. Ariranha, *Pteronura brasiliensis* (Carnivora: Mustelidae). Pp. 265-269. In: R. Cintra (ed.). *História natural, ecologia e conservação de algumas espécies de plantas e animais da Amazônia*. EDUA/INPA, Manaus. 333 pp.

Rosas, F.C.W.; Colares, E.P.; Colares, I. G.; Silva, V.M.F. 1991. Mamíferos Aquáticos da Amazônia Brasileira. In: Adalberto Luis Val; Roberto Figliuolo; Eliana Feldberg. (Org.). *Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas*. Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas. 1ed. Manaus: Imprensa Universitária. 1: 405-411.

Rosas, F.C.W.; de Mattos, G.E.; Cabral, M.M.M. 2007. The use of hydroelectric lakes by giant otters (*Pteronura brasiliensis*): the case of Balbina Dam in Central Amazonia, Brazil. *Oryx. Journal of Fauna and Flora International*, 41: 520 – 524.

Rosas, F.C.W.; Cabral, M.M.M.; de Mattos, G.E.; Silva, R.E. 2009. Parental and alloparental care of Giant Otters (*Pteronura brasiliensis*) (Carnivora, Mustelidae) in Balbuna Hydroelectric Lake, Amazonas, Brazil. *Sociobiology*, 54: 919 – 924.

Sabino, J.; Andrade, L. P. 2003. Uso e conservação da ictiofauna na região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no rio Baía Bonita (Aquário Natural de Bonito). *Publicação eletrônica da Revista do Programa Biota/FAPES. Biota Neotropica*. 3(2): 1-9.

Schenck, C. 1999. Lobo de Rio *Pteronura brasiliensis*. *Presencia, uso del hábitat y protección en el Perú*. Lima, Litho Printers S.A. 176 pp.

Schweizer, J. 1992. *Ariranhas no Pantanal: Ecologia e comportamento da Pteronura brasiliensis*. Edibran-Editora Brasil Natureza Ltda. Curitiba, Brasil.

Silva, R.E. 2010. *Ecologia alimentar da ariranha (Pteronura brasiliensis) e da lontra neotropical (Lontra longicaudis) no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade do Amazonas, Manaus. 48 pp.

Silva, R.E.; Rosas, F.C.W. in prep. *Antes da implantação de um Programa de Ecoturismo no Parque Nacional do Jaú*.

SNUC. 2006. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF: MMA. 6ª Edição. 57 pp.

Vidal, O. 1993. Aquatic mammal conservation in Latin America: problems and perspectives. *Conservation Biology*, 7 (4): 788-795.

Walpole, M.J.; Goodwin, H.J.; Ward K.G. R. 2001. Pricing Policy for Tourism in Protected Areas: Lessons from Komodo National Park, Indonesia. *Conservation Biology*. 15(1) :218-227.

Wood, M.E. 2002. Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability. UNEP. The International Ecotourism Society. 32 pp.

WWF. 2001. Guidelines for community-based ecotourism development. UK. 28 pp.

8. ANEXOS

ANEXO Ia – Roteiro da entrevista realizada com os turistas em português.

Roteiro de entrevistas para turistas em português

DADOS PESSOAIS:

Idade: _____ Sexo: () M () F
 Composição do grupo com que viaja:
 () Individual () casal () família () amigos () outros: _____

Escolaridade: () 1º grau incompleto () 1º grau completo
 () 2º grau incompleto () 2º grau completo
 () 3º grau incompleto () 3º grau completo () mestrado ou +

Profissão: _____

País / região de origem: _____

País / região de residência: _____

Agência de turismo responsável pela sua viagem:

Fica em: () Manaus;

Outro: _____

Quanto tempo você ficou na região?

Renda familiar mensal: () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () prefiro não informar
 (conforme ficha)

- SOBRE A VISITA:

1. Primeira vez que você vem à Novo Airão/Amazônia:

() Sim () Não, já vim _____ vezes.

2. Qual foi o motivo que determinou a sua escolha para visitar a à Novo Airão/Amazônia?

P- Principal; D- demais

() Lazer;

() Visita a familiares;

() Custo razoável em relação a outros locais;

() Estudo;

() conhecer a cultura dos povos da Amazônia;

() Ver a fauna amazônica;

() Ver a flora amazônica;

() Negócios;

Nº do Formulário: _____

Data da aplicação: ____/____/____

Aplicado por: _____

Local de aplicação: _____

- () Gastronomia;
 () Outros: _____

3. Sabe o que é uma Unidade de Conservação?

- () Não () Sim → Cite

1: _____

4. Você visitou/pretende visitar alguma Unidade de Conservação durante a sua visita?

- () Não () Sim → Qual?

- SOBRE OS MAMÍFEROS AQUÁTICOS:

5. Você sabe que existem 5 mamíferos aquáticos na Amazônia?

- () Não () Sim → Quais são?

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

6. Você viu algum mamífero aquático?

- () Não () Sim →

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

7. Se interessaria em ver algum?

- () Não () Sim →

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

8. Você realizou alguma atividade envolvendo algum mamífero aquático?

- () Não (PULAR P PERGUNTA #10) () Sim →

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

9. Antes da atividade, você recebeu alguma informação de como se comportar e o que esperar da atividade?

- () Não () Sim → Qual?

10. Caso positivo, as informações recebidas foram suficientes para você?

- () Sim () Não → Por que?

11. Caso houvesse disponível no mercado turístico um passeio específico para ver mamíferos aquáticos, você teria interesse em adquiri-lo?

- () Sim () Não → Por que? () falta de tempo () falta de interesse () falta de recursos \$ ()

outros: _____

12. Caso houvesse disponível no mercado turístico um passeio específico relacionado à mamíferos aquáticos qual seria a duração ideal para tal passeio?

() 1 turno () 1 dia () 2 dias/1 noite () mais tempo () nenhum

13. Caso houvesse disponível no mercado turístico um passeio específico para ver mamíferos aquáticos, quanto estaria disposto a pagar para participar **por pessoa/dia**?

() menos que R\$100 () R\$101 – R\$150 () R\$150 – R\$300 () acima de R\$300

Renda familiar mensal: 1 - até R\$ 1.500;
2 - de R\$ 1.501 a R\$ 3.000;
3 - de R\$ 3.001 a R\$ 4.500;
4 - de R\$ 4.501 a R\$ 6.000;
5 - mais que R\$ 6.000.

ANEXO Ib – Roteiro da entrevista realizada com os turistas em inglês.

Roteiro de entrevistas para turistas em inglês

PERSONAL INFORMATION:

Age: _____ Sex: () M () F

Group composition :
() Individual () couple () family () friends () other: _____

School level: () Junior high school incomplete () Junior high school completed
() high school incomplete () high school completed
() Undergraduate incomplete () Undergraduate () master or more

Occupation: _____

Country of origin: _____

Country of residence: _____

Travel agency responsible for your trip: _____

Located at: () Manaus;

Other: _____

How long did you stay in this area?

Average income per year: () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () prefer not to inform
(conforme ficha)

Nº do Formulário: _____
Data da aplicação: ____/____/____
Aplicado por: _____
Local de aplicação: _____

- ABOUT YOUR VISIT:

1. Is this the 1st time you visit the Amazon?
 Yes No, I've been here ____ times.

2. What was the reason that determined your choice to visit the Amazon?

M- Main; O- other

- Leisure;
- Visit the relatives;
- Lower prices compared with other places
- Study;
- Get to know more about the Amazon's people culture;
- See Amazon wildlife;
- See Amazon vegetation;
- Bussiness;
- Gastronomy;
- Other: _____

3. Are you familiar with Conservation Areas in Brazil?

No Yes → Cite

1: _____

4. Did you visit or plan on visiting any Conservation Area during your trip?

No Yes → Which?

- ABOUT AQUATIC MAMMALS:

5. Are you aware of the fact that in the Amazon region there are 5 aquatic mammals?

No Yes → Which?

Boto	Tucuxi	Giant Otter	Neotropicalo Otter	Manatee

6. Did you see any aquatic mammal?

No Yes →

Boto	Tucuxi	Giant Otter	Neotropicalo Otter	Manatee

7. Are you interested in seeing any aquatic mammal?

No Yes →

Boto	Tucuxi	Giant Otter	Neotropicalo Otter	Manatee

8. Were you involved in any activity involving any aquatic?

Boto	Tucuxi	Giant Otter	Neotropicalo Otter	Manatee

() No (PULAR P PERGUNTA #10) () Yes →

9. Before the activity, did you receive any information on how to behave and what to expect from the activity?

() No () Yes → Which?

10. If so, the information provided was enough for you?

() Yes () No → why?

11. If there was a specific tour to see aquatic mammals available at the tourist market, would you be interested in acquiring it?

() Yes () No → Why? () lack of time () no interest () tight budget \$

() other: _____

12. If there was a specific tour to see aquatic mammals available at the tourist market, what would be the ideal length for this trip?

() half a day () 1 day () 2 days/1 night () more time () none

13. there was a specific tour to see aquatic mammals available at the tourist market, how much would you be willing to pay **per person/day**?

() less than R\$100 (US\$ 53) () R\$101 (US\$ 54) – R\$150 (US\$ 80) () R\$150 (US\$81) – R\$300 (US\$160) () more than US\$160

Average income per year: 1 – up to US\$ 24,000;

2 - US\$ 24,001 to US\$ 50,000;

3- US\$ 50,001 to US\$ 75,000;

4- US\$ 75,001 to US\$ 100,000;

5- over US\$ 100,000.

ANEXO II – Roteiro da entrevista realizada Barqueiros/guias de Novo Airão/AM.

Roteiro de entrevista para guias de turismo

- DADOS PESSOAIS:

- Idade: _____ Sexo: ()M ()F

- Formação profissional: _____

- Empresa ou outra forma de trabalho: _____

Nº do Formulário: _____

Data da aplicação: ____/____/____

Aplicado por: _____

Local de aplicação: _____

- Faz parte de Sindicato ou outra entidade? () Sim () Não

- Qual(is) o(s) idioma(s) que você fala? () inglês () espanhol () Frances ()outro: _____

1. Em sua opinião, o Parque Nacional do Jaú pode ser uma boa opção para a visitação turística?
() Não. Por que?

() Sim. Por que?

2. Os turistas que procuram atividade no PARNA Jaú, são na sua grande maioria:

() Estrangeiros () Moradores de Manaus () Brasileiros de outros estados

3. Os turistas têm preferência por algum tipo de atividade?
() Não () Sim → () conhecer a cultura dos povos da Amazônia;
() Ver a fauna amazônica;
() Ver a flora amazônica;
() Pesca esportiva;
() Outros: _____

4. Existe alguma espécie pelas quais os turistas mais perguntam ou anseiam ver?

() Não () Sim → Qual?

5. Em média, qual é o tamanho dos grupos que tem interesse em visitar unidades de conservação?

6. Nº passeio / mês? _____

7. Nº turistas / passeio? _____

8. Você já participou de algum curso ou treinamento relacionado à visitação em unidades de conservação?
() Não. Por que?

() Sim. Qual?

Que frequência? _____. Qntidade/trimestre? _____

- SOBRE OS MAMÍFEROS AQUÁTICOS:

9. Com que freqüência você vê mamíferos aquáticos durante seu trabalho com turistas? 0 - Nunca vejo. 1-Raramente vejo (2-3 vezes/5) 2- Freqüente (4/5) 3- Toda saída (5/5)

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

10. Existe algum lugar em que avistagens de mamíferos aquáticos são mais frequentes?

() Não () Sim → Boto-vermelho - Qual? _____

Tucuxi - Qual? _____

Ariranha - Qual? _____

Lontra - Qual? _____

11. Tem alguma época do ano em que avistagens são mais freqüentes?

() Não () Sim

→

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Boto-vermelho												
Tucuxi												
Ariranha												
Lontra												

12. Você oferece atualmente alguma atividade turística relacionada aos mamíferos aquáticos?

() Não () Sim. Qual? _____

13. O senhor acredita que existe espaço no mercado para atividade relacionado à esse tipo de atividade (mamíferos aquáticos)?

() Não () Sim

14. Caso houvesse disponível no mercado turístico um passeio específico para ver mamíferos aquáticos, estaria disposto a estar envolvido com a atividade?

() Não () Sim

15. Em sua opinião, qual seria a duração ideal para tal passeio?

() 1 turno () 1 dia () 2 dias/1 noite () mais tempo

16. Em sua opinião, qual seria o público alvo dessa atividade?

() estrangeiros () brasileiros () ambos

17. Atualmente, quanto custa um pacote para o Jaú? E como o que ele oferece?

Preço: R\$ / US\$ _____

Detalhes:

18. Quanto a mais será necessário cobrar para um produto turístico diferenciado?

ANEXO III – Roteiro da entrevista realizada com os representantes do *trade* turístico.

Roteiro de entrevistas para o Agencias de turismo de Manaus

Nº do Formulário: _____
Data da aplicação: ____/____/____
Aplicado por: () Galia () Entrevistado
Local de aplicação: _____

- Nome da empresa: _____
- Nome do entrevistado: _____
- Cargo ou função na empresa: _____
- Formação profissional: _____

SOBRE O PARNA JAÚ:

1. A sua agência de turismo atua no Parque Nacional do Jaú?
 Não. Por que? _____
 Sim. → Há quanto tempo?

2. Aproximadamente, quantas visitas por ano ao PARNA Jaú são realizadas? _____.

3. Isso significa quantos turistas/ano? _____

4. Há alguma época do ano que é mais freqüente?

5. Não Sim

J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

6. Atualmente,

quanto custa um pacote para o Jaú? E como o que ele oferece?

Preço: R\$ / US\$ _____

Detalhes:

7. Em sua opinião, o Parque Nacional do Jaú pode ser uma boa opção para a visita turística? Mencione

() Não. Por que? _____

() Sim. Por que? _____

8. Os funcionários de sua empresa participam de algum curso ou treinamento relacionado à visita em áreas protegidas?

() Não. Por que? _____

() Sim. Qual? _____

Que frequência/ano? _____

- SOBRE OS MAMÍFEROS AQUÁTICOS:

9. A sua empresa oferece atualmente alguma atividade turística relacionada a algum mamífero aquático?

() Não () Sim.

Boto	Tucuxi	Ariranha	Lontra	P-Boi

Qual atividade? _____

10. O senhor(a) acha que haveria espaço para um produto turístico com os MA?"

() Não () Sim

11. Caso houvesse disponível no mercado turístico um produto específico relacionado aos mamíferos aquáticos, estaria disposto a oferecer na sua agência?

() Sim () Não. → Por que? _____

12. O senhor teria disposição financeira para investir e um produto de alta qualidade voltado para os mamíferos aquáticos?

() Sim () Não. → Por que? _____

13. Em sua opinião, qual seria a duração ideal para tal passeio?

() 1 turno () 1 dia () 2 dias/1 noite () mais tempo

14. Se fosse exigido pelo ICMBio que um fiscal estivesse presente na atividade, o mesmo seria bem vindo?

() Não () Sim. → Por que? _____

ANEXO IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos entrevistados.

TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Estou realizando um projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Ordenamento do turismo de observação de animais em unidades de conservação: Mamíferos aquáticos no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil**”. O(a) Sr(a) foi plenamente esclarecido de que participando deste projeto, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como um dos objetivos **avaliar a viabilidade e elaborar roteiro turístico baseando-se em recomendações existentes na literatura para a espécie e legislação pertinente à atividade turística para: ariranha e boto-vermelho**. Embora o(a) Sr(a) venha a aceitar a participar neste projeto, estará garantido que o(a) Sr(a) poderá desistir a qualquer momento bastando para isso informar sua decisão. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro o (a) Sr(a) não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízos por participar dela. Os dados referentes ao Sr(a) serão sigilosos e privados. Autoriza ainda a gravação da voz na oportunidade da entrevista.

A coleta de dados será realizada por Gália Ely de Mattos, aluna regular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia e orientada pelo professor Mario Cohn-Haft (PhD.).

Manaus (AM), ____ de _____ de 2012.

Assinatura do Participante

Nome Completo do Participante: _____

Dados do Pesquisador:
Galia Ely de Mattos
(92)8112-6888
galiaely@gmail.com

Dados do CEP/INPA:
(92)3643-3287
CEP.inpa@inpa.gov.br

ANEXO V – Proposta de “Normatização do Turismo com Botos na Amazônia” enviado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (ICMBio/Brasília).



PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO DO TURISMO COM BOTOS NA AMAZÔNIA

No Parque Nacional de Anavilhanas, situado em Novo Airão - Amazonas - Brasil, a atividade de turismo interativo com o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) ocorre diariamente. A oportunidade de alimentar e nadar com os animais acontece nas dependências de um flutuante localizado na área urbana da cidade e a população local se beneficia economicamente da atividade, já que a observação com os botos é atualmente sua principal atração turística. No entanto, a atividade de turismo com botos é realizada sem quaisquer normas, monitoramentos e projetos que garantam o bem-estar dos botos e a segurança dos turistas.

A divulgação desta atividade no Parque Nacional de Anavilhanas fez com que, nos últimos anos, outras áreas - dentro e fora de Unidades de Conservação – no estado do Amazonas passassem a praticar este tipo de atividade.

A fim de normatizar a atividade já existente no Parque Nacional de Anavilhanas e a replicação da mesma em outras localidades da região amazônica, o Grupo de Trabalho dos Botos propõe a criação de uma Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que visa autorizar em caráter excepcional, restrito e precário atividades de turismo com botos (*Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis*).

A proposta é que a atividade ocorra somente no interior de Unidades de Conservação (UC) e desde que tenha parecer favorável do órgão gestor, estando a atividade suscetível a monitoramento e fiscalização por parte do órgão competente.

A observação de botos poderá ser feita a partir de bases flutuantes ou de embarcações, conforme normas discriminadas a seguir, sendo que o órgão gestor da UC envolvida na atividade poderá determinar maiores restrições, segundo especificidades da Unidade.

1. OBSERVAÇÃO A PARTIR DE FLUTUANTES

1.1. O flutuante deverá apresentar as seguintes características:

- Localizar-se em águas calmas e despoluídas de esgotos domésticos, industriais e portuários;
- Estar preparado para receber pessoas com dificuldades de locomoção (cadeirantes e idosos) ou, caso não seja possível, é necessário assegurar a disponibilidade de funcionários preparados para auxiliá-las;
- Ter plataformas emersa e/ou submersa adequadas para observações dos turistas aos botos;
- As plataformas deverão ser revestidas de material antiderrapante;
- Em suas extremidades as plataformas deverão ser revestidas por material que amortea o contato dos botos com a superfície das mesmas;

- Não é permitido o acesso às plataformas de observação portando alimentos e bebidas;
- Não possuir cozinha ou outro espaço para o preparo de alimentos destinados a venda, sendo permitida somente a comercialização de alimentos prontos;
- A distância mínima entre um flutuante de observação de botos e outro de atividades diversas é de 50 metros;
- Possuir somente banheiros com tratamento de efluentes ou banheiros secos;
- Ter lixeiras suficientes e acessíveis;
- A definição do número de flutuantes de observação de botos por UC fica a cargo do órgão gestor;
- A distância mínima entre flutuantes de observação de botos deverá ser de 50 quilômetros, excetuando-se para aqueles flutuantes já instalados antes da publicação desta IN;
- Funcionar somente no período das 06:00 às 18:00 horas;
- Contar com o serviço de no mínimo uma pessoa capacitada e credenciada pelo órgão gestor durante o período de funcionamento, para fazer o atendimento e orientação aos visitantes;
- Fornecer material de divulgação (banner, folder, cartilha) e informações sobre as normas de observação, funcionamento e aspectos da biologia dos botos;
- É proibida a navegação em um raio de 20 metros ao redor do flutuante se este for acessado por terra. Caso o flutuante seja acessado apenas por água, a aproximação e a ancoragem das embarcações só poderão ocorrer pelo lado oposto ao das plataformas de observação.
- A presença de banhistas na água somente será permitida a partir de 20 metros do flutuante de observação de botos;
- É proibido o exercício da pesca a partir do flutuante;
- O flutuante obrigatoriamente deverá ter um controle de visitação diária, que será repassado ao órgão gestor mensalmente;
- O flutuante poderá cobrar ingresso individual de entrada aos visitantes.

1.2. A visitação deve seguir as seguintes normas:

- As observações dos botos na plataforma submersa deverão ser feitas em sessões de no máximo 30 minutos por grupos de visitantes;
- Os grupos de visitantes em observações de botos na plataforma submersa deverão ser compostos por no máximo 10 pessoas por vez;
- Deverá haver intervalo de 30 minutos entre cada sessão de observação na plataforma submersa;
- A entrada de turistas na água será permitida somente na plataforma submersa;
- Não é permitido oferecer/lançar qualquer objeto na água e/ou aos botos;
- Não é permitido tocar ou tentar tocar nos botos;
- A alimentação dos botos poderá ser ministrada por até quatro vezes por dia, exclusivamente por funcionário do flutuante, não devendo ultrapassar meia hora por sessão de alimentação;
- Durante as sessões de alimentação não é permitida a permanência de turistas na plataforma submersa;
- Só poderá ser ministrada a quantidade máxima de dois quilos de peixe por dia para cada boto;

- O peixe fornecido pelos funcionários do flutuante aos botos deverá estar em bom estado de conservação, não podendo estar congelado, mas somente resfriado;
- Não é permitido ao turista despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material na água ou na margem do rio;
- Não é permitido produzir ruídos excessivos no flutuante.

2. OBSERVAÇÃO A PARTIR DE EMBARCAÇÕES

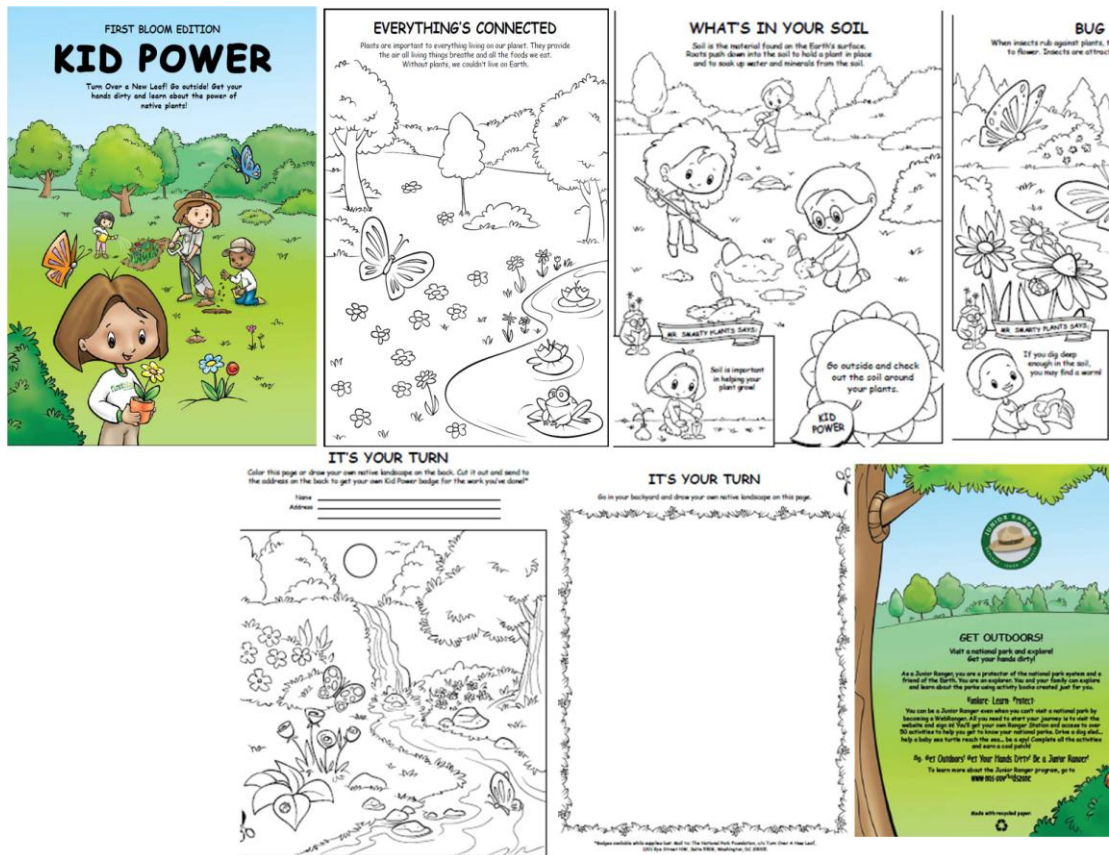
Durante a operação de turismo para avistagem de botos a bordo de embarcações, ficam proibidas as seguintes atividades:

- Capturar intencionalmente os botos;
- Mergulhar ou nadar em distância inferior a 50 m (cinquenta metros) dos botos, com ou sem auxílio de equipamentos;
- Tentar qualquer forma de contato corporal com os botos, assim como tocá-los com embarcações ou com qualquer outro equipamento ou instrumento;
- Despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material a partir da embarcação;
- Fornecer qualquer tipo de alimentação, com ou sem a intenção de atrair os botos;
- Produzir ruídos excessivos de qualquer tipo, além daqueles gerados pela operação normal da embarcação;
- Interromper intencionalmente o curso de deslocamento, tentar alterar ou dirigir esse curso ou adentrar grupos de botos;
- Aproximar-se de indivíduo ou grupo de botos que já esteja sendo submetido à aproximação simultânea de, pelo menos, duas outras embarcações;
- Navegar em velocidade superior a cinco nós (aproximadamente 10 km/h) ou realizar mudança brusca de direção ou velocidade na presença de botos a menos de 100m (cem metros) da embarcação;
- Acompanhar os botos por mais de 30 (trinta) minutos, ainda que respeitadas as distâncias supra-estipuladas;
- No caso de aproximação de fêmeas de botos, acompanhadas de filhotes, o tempo de acompanhamento desses animais, respeitadas as distâncias supracitadas, não deve exceder 15 (quinze) minutos.
- Aproximar-se a uma distância menor que 100m (cem metros) de botos, utilizando embarcações com propulsão por hidrojato (jet ski e jetboats), bem como utilizando reboques (pranchas, bóias e banana boat) e motonetas aquáticas (scooter scuba).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Cabe à UC envolvida determinar o cadastramento de embarcações que operem com o turismo de avistagem de botos na UC, devendo constar o seu registro competente junto à Marinha do Brasil e ao Cadastro Técnico Federal;
- Todos os atores envolvidos na prestação de serviços relacionados ao turismo com botos deverão desenvolver ações de Educação Ambiental em parceria com a UC envolvida;

ANEXO VI – Exemplo de livreto de educação ambiental com atividades variadas para baixar na internet.



ANEXO VII – Mini-folders utilizado na divulgação de pontos turísticos culturais do Estado.

